

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

2012



ÍNDICE

5	A RELATÓRIO DE GESTÃO	103	C GOVERNO DA SOCIEDADE
6	01 Nota introdutória		
8	02 Enquadramento Estratégico	104	01 Missão, Objectivos e Políticas da empresa
12	03 Actividade Portuária	108	02 Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita
16	04 Gestão de Concessões e Licenciamentos		03 Informação sobre as transacções relevantes com Entidades relacionadas
18	05 Recursos Humanos	112	04 Informação sobre outras transacções
24	06 Sistemas de Informação		05 Modelo de governo
26	07 Investimento	114	06 Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais
32	08 Análise Económica e Financeira	116	07 Sustentabilidade da empresa no domínio económico, social e ambiental
38	09 Proposta De Aplicação de Resultados	120	08 Viabilidade do cumprimento dos Princípios de Bom Governo
40	10 Perspectivas de Desenvolvimento Futuro	128	09 Existência de Código de Ética
43	B DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESPECTIVOS ANEXOS	134	10 Informação sobre a existência de um sistema de controlo compatível com a dimensão e complexidade da empresa
44	01 Balanço	136	11 Identificação dos mecanismos adoptados com vista à prevenção de conflitos de interesses
48	02 Demonstração de Resultados por Natureza	138	12 Explicitação fundamentada da divulgação de toda a informação actualizada prevista na RCM nº 49/2007, de 28 de Março
50	03 Demonstração de Resultados por Funções (Suplementar)	140	
52	04 Demonstração das Variações do Capital Próprio		
58	05 Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Directo	142	
60	06 Notas Anexas às Demonstrações Financeiras do Exercício de 2012		

145	D CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	162	08 Cumprimento da orientação constante no Despacho nº 438/10 – SETF, de 10 de Maio, relativa às normas de contratação pública
146	01 Explicitação das condições e níveis do cumprimento de orientações e objectivos de gestão previstos no artigo 11º do DL nº 300/2007	164	09 Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas e Parque de Veículos do Estado
148	02 Gestão do risco financeiro nos termos do Despacho nº 101/2009 – SETF, de 30 de Janeiro	166	10 Medidas adoptadas relativamente ao Princípio da Igualdade do Género, conforme estabelecido no nº 1 da RCM nº 19/2012 de 23 de Fevereiro
152	03 Evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) em conformidade com a RCM 34/2008, de 22/2 e respectiva alteração introduzida pelo Despacho nº 9870/2009, de 13/4	168	11 Cumprimento do Plano de Redução de Custos, conforme Despacho nº 155/2011- MEF, de 28 de Abril
154	04 Divulgação de atrasos nos pagamentos ("arrears") conforme definidos no Decreto-lei nº 65-A/2011, de 17 de Maio	170	12 Redução do número de efectivos e cargos dirigentes
156	05 Cumprimento dos deveres especiais de informação, nos termos do Despacho nº 14277/2008, de 23 de Maio	172	13 Cumprimento do previsto no artigo 17º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho, ao nível do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado
158	06 Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do accionista emitidas aquando da aprovação das contas de 2011	179	E RELATÓRIO ANUAL DO CONSELHO FISCAL
160	07 Cumprimento das orientações legais relativas a remunerações	193	F CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



MacGREGOR

SWL 10T 5

V:6.6

1³

V:7.16M³

5

4

3

2



| A |

01

NOTA INTRODUTÓRIA

Num ano de 2012 fortemente negativo em termos da conjuntura económica nacional e europeia, o Porto de Sines registou um marco histórico, com novos máximos de movimentação portuária e a entrada no ranking dos 25 principais portos europeus. Este feito foi conseguido quer através dos valores totais da movimentação de mercadorias, com um total de 28,6 milhões de toneladas, e de contentores, alcançando 553.063 TEU movimentados, quer pelas taxas de crescimento registadas face ao ano anterior, em que obteve o maior crescimento percentual dos portos europeus que atingiu 11% segundo os dados da *ESPO – European Sea Ports Organisation*.

Traduzindo este ano excepcional, a APS, SA encerrou o exercício de 2012 com o mais expressivo resultado da sua história, atingindo um lucro de aproximadamente 9,7 milhões de euros. Este resultado foi essencialmente suportado pela componente operacional com o resultado operacional (EBIT) a alcançar 12,6 milhões de euros.

O investimento realizado no exercício de 2012 atingiu 14,2 milhões de euros. Neste volume de investimento destaque para empreitada da 2ª Fase de Ampliação do Molhe Leste do Porto de Sines, fisicamente concluída no final de Outubro e que foi o único investimento de grande significado, responsável por cerca de 96% do total do investimento do ano.

Durante o ano de 2012, registaram-se outros acontecimentos da maior relevância para o desenvolvimento futuro do porto, neles se destacando a inauguração da Fase

1B do Terminal XXI do Porto de Sines à qual corresponde um comprimento total de cais de 730 metros e seis pórticos de cais para movimentação de contentores.

Foi também o caso da conclusão da obra de expansão do Terminal de Gás Natural Liquefeito de Sines. Esta expansão melhorou significativamente as condições de acesso dos operadores através de uma maior e mais flexível oferta de capacidade, potenciando igualmente a utilização do eixo Sines – Espanha no transporte de gás para a Península Ibérica e para a Europa, tendo hoje este terminal um impacto fortemente positivo na economia do país.

De realçar ainda, pela sua importância e no que respeita a acções de cooperação, a assinatura de um protocolo com a entidade gestora do Canal do Panamá numa altura em que a ampliação desta infra-estrutura lhe permitirá desempenhar um papel ainda mais determinante na definição das principais rotas mundiais do transporte marítimo de contentores.

Para a obtenção dos resultados referidos, importa destacar o papel imprescindível dos trabalhadores e trabalhadoras da APS e o apoio e colaboração prestados pelo Conselho Fiscal e pelo Revisor Oficial de Contas. Regista-se, ainda, a colaboração proporcionada ao longo do ano pelos parceiros institucionais integrantes da comunidade local, regional e sectorial onde o Porto de Sines se insere, bem como por todos os clientes, fornecedores, concessionários, licenciados e entidades bancárias.

| A |

02

ENQUADRAMENTO
ESTRATÉGICO

A VISÃO E A MISSÃO DO PORTO DE SINES ENCONTRAM-SE FORMULADAS DA SEGUINTE FORMA:

MISSÃO

“Assegurar o exercício das competências e atribuições de planeamento, modernização, promoção e regulação do Porto de Sines, visando a racionalização e optimização do aproveitamento dos seus recursos e a eficiência económica e operacional, no respeito pelos requisitos de segurança e ambientais, proporcionando satisfação aos clientes e valor acrescentado no mercado ibérico e europeu.”

VISÃO

Ser um porto mais eficiente e competitivo que, tirando partido das suas infra-estruturas portuárias e das suas características físicas e geográficas, se consolida como um activo estratégico nacional com relevo no contexto portuário europeu e mundial.

Na prossecução da sua Missão, a APS assume os seguintes valores:

VALORES

Respeito

A APS respeita o trabalho desenvolvido pelos seus interlocutores e todas as partes interessadas com que se relaciona no âmbito das suas funções.

Integridade

A APS cumpre a legislação e a regulamentação em vigor, com especial atenção para o cumprimento de responsabilidades de natureza fiscal, de concorrência, de protecção do consumidor, de protecção do trabalhador e do local de trabalho, de natureza ambiental, de segurança e de índole laboral.

Responsabilidade

A APS atinge os seus objectivos através da optimização dos recursos, honrando o compromisso com as partes interessadas no propósito de promover o seu desenvolvimento sustentável, tendo como orientação a procura das melhores soluções para o interesse público.

Confiança

A APS fomenta e inspira o comportamento, honesto e íntegro, que motiva a confiança dos colaboradores, clientes, accionistas, fornecedores e sociedade envolvente, promovendo, em tempo útil, o debate necessário à tomada de decisões.

Excelência

A APS visa a superação das necessidades e expectativas dos clientes, colaboradores, accionistas, fornecedores e sociedade envolvente, impulsionando a excelência de desempenho.

Transparência

A APS modela a sua actuação por padrões de integridade e honestidade, cumprindo as suas obrigações de forma responsável e transparente.

Inovação

A APS salvaguarda a sua competitividade na inovação e integração de novas tecnologias no processo produtivo.

O Plano Estratégico do Porto de Sines, inicialmente desenvolvido num horizonte temporal até 2010 e posteriormente enquadrado pelas Orientações para o Sector Marítimo-Portuário definidas pelo MOPTC em Dezembro de 2006, alargando o horizonte temporal até 2015, apresenta os seguintes objectivos estratégicos:

Objectivo 1 – Consolidação do Modelo de Gestão como *LandLord Port*;

Objectivo 2 – Duplicar a movimentação de mercadorias entre 2005 e 2015;

Objectivo 3 – Afirmação do Porto de Sines como motor da actividade económica regional e nacional;

Objectivo 4 – Desenvolver a Info-estrutura portuária;

Objectivo 5 – Aumentar a segurança marítima e portuária.

Estes objectivos estratégicos são constituídos por linhas de acção que por sua vez contemplam um conjunto de projectos de execução. No total, os cinco objectivos estratégicos englobam 19 linhas de acção e 55 projectos de execução.

Sem prejuízo do que anteriormente se refere, considera-se que globalmente os principais objectivos definidos em 2003 aquando da elaboração deste Plano Estratégico se encontram alcançados, nomeadamente:

- O equilíbrio e sustentabilidade financeira da empresa, que desde 2005 tem apresentado resultados positivos e que permitiu liquidar a dívida da empresa e autofinanciar novos investimentos, como a recentemente concluída 2ª fase de Ampliação do Molhe Leste;
- A concessão do serviço público de movimentação de mercadorias no Terminal de Granéis Líquidos, que permitiu a plena adopção do modelo de gestão *LandLord Port*;
- A consolidação das operações no TXXI, que tem crescido sustentadamente ano após ano e que em 2013 deverá aproximar-se dos 700.000 TEU movimentados;
- A implementação da Janela Única Portuária, que permitiu um novo patamar de simplificação e agilização de procedimentos ao nível do que pratica nos melhores portos do mundo, nomeadamente no que respeita ao despacho electrónico de todas as autoridades;
- A ZAL Sines em plena operação, que após a sua infra-estruturação tem vindo a ser ocupada por empresas de logística e serviços;
- A permuta de terrenos entre a APS e a Câmara Municipal de Sines, que formulou uma nova área de jurisdição, tornada efectiva com a publicação em Diário da República do Decreto-Lei nº 95/2010, de 29 de Julho, e que permitirá o crescimento harmonioso do porto e da cidade sem constrangimentos;

Os grandes desafios então identificados foram assim ultrapassados e permitiram posicionar o porto num novo patamar de desenvolvimento que potencia o surgimento de novas oportunidades e novos desafios estratégicos.

É actualmente fundamental uma nova visão integrada e económica do Porto de Sines sustentada numa boa compreensão das actuais dinâmicas de evolução do mundo da logística em geral e do *shipping* em particular, bem como de articulação ao nível da gestão do território, intermodalidade, gestão dos recursos disponíveis e de ligação com as instituições da administração central e local e a participação de agentes económicos e sociais do sector.

Neste novo patamar de desenvolvimento do porto, importa compreender e sistematizar adequadamente as grandes tendências de evolução, os impactos nos tráfegos e nos transportes, e posicionar correctamente as acções a desenvolver para maximizar os benefícios que o Porto de Sines pode aportar à economia nacional.

A elaboração de um novo Plano Estratégico para o Porto de Sines permitirá novamente ter um instrumento de gestão actualizado, que definirá o rumo a seguir, seguro e sustentável, deste activo estratégico nacional.

| A |

03

ACTIVIDADE PORTUÁRIA

3.1 ENQUADRAMENTO

O ano de 2012 traduziu-se para o Porto de Sines em mais um marco histórico, tendo assegurado uma posição no ranking dos 25 principais portos Europeus. Este feito foi conseguido não só pelos valores totais da movimentação de mercadorias, para um total de 28,6 milhões de toneladas, de contentores, com um total de 553.063 TEU movimentados, como também pelas taxas de crescimento registadas face ao ano de 2011, tendo obtido o melhor

crescimento europeu com 11%, segundo os dados da *ESPO – European Sea Ports Organisation*.

No que concerne à quota de mercado no sector marítimo-portuário nacional, o Porto de Sines reafirma a sua posição como principal porto na movimentação de mercadorias com 42% do movimento total dos portos portugueses.

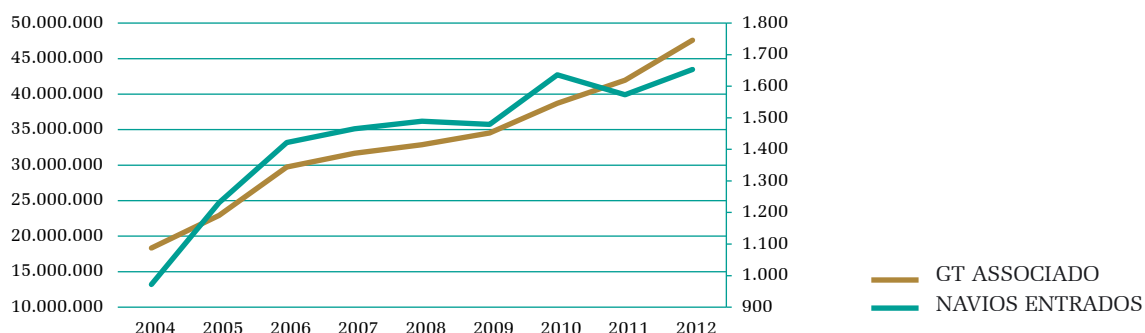
3.2 MOVIMENTO DE NAVIOS

O Porto de Sines registou um novo recorde no movimento de navios com um total de 1.653 navios entrados em 2012, o que representou um crescimento homólogo de 5% face ao ano transacto. Realizaram operação comercial de movimentação de mercadorias 1.597 navios, o que, para além de também configurar um novo máximo, representa um peso relativo de 97% face ao total de navios entrados e reforça a estratégia e posicionamento comercial do Porto de Sines no sector marítimo-portuário nacional.

Acompanhando esta evolução positiva e associado à sua vocação natural no que concerne à recepção dos maiores navios actualmente em operação, sublinha-se o crescimento no seu porte associado (GT – *Gross Tonnage*), totalizando 47.596.766 toneladas de arqueação bruta, o que representou um novo recorde para o Porto de Sines, reflectindo igualmente um crescimento homólogo de 13% face a 2011, associado ao crescimento do porte médio dos navios que escalaram o Porto de Sines para valores de 28.794 GT.

GT ASSOCIADO

N.º NAVIOS



3.3 MOVIMENTO DE MERCADORIAS

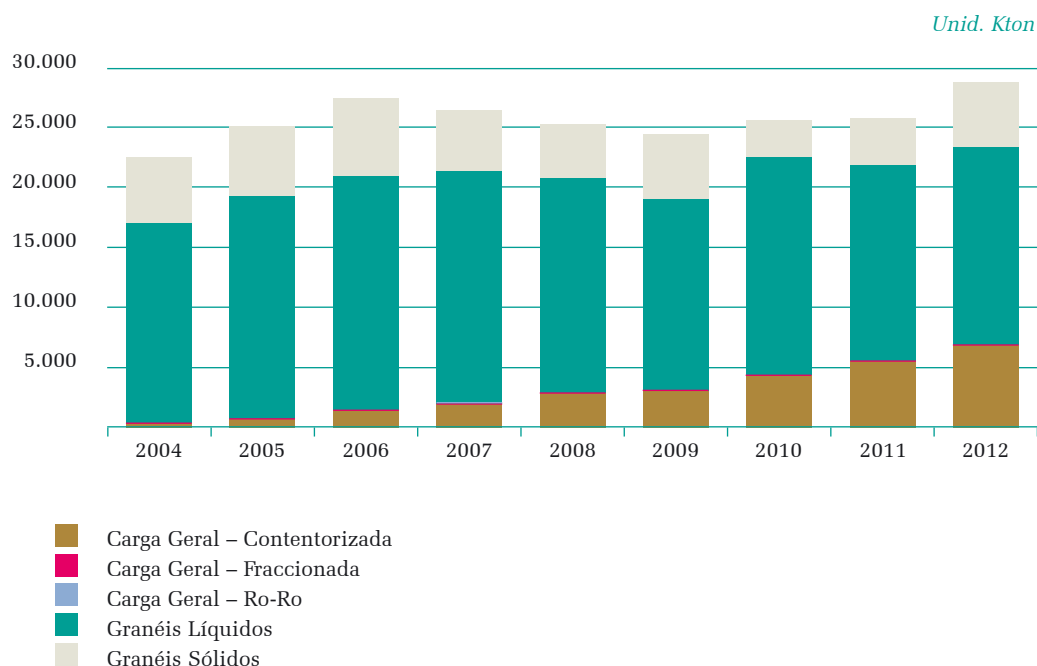
O volume total de mercadorias movimentadas no Porto de Sines no exercício de 2012 representou um crescimento significativo de 11% face ao exercício de 2011, para um total de 28,6 milhões de toneladas.

Para este crescimento sustentado muito contribuíram os terminais especializados Multipurpose, de Contentores e de Granéis Líquidos, com variações homólogas de, respectivamente, 34%, de 23% e de 7%, assegurando, respectivamente, 19%, 24% e 50% do movimento global do porto, num total de 93%.

Unid. Kton

TIPO CARGA	2011	2012	VAR. (%)
Granéis Sólidos	4.042	5.407	33,8%
Carga Geral	5.600	6.881	22,9%
Fraccionada	94	125	31,9%
Contentorizada	5.505	6.756	22,7%
Granéis Líquidos	16.151	16.276	0,8%
TOTAL	25.792	28.563	10,7%

ESTRUTURA DO MOVIMENTO DE MERCADORIAS, 2004-2012 (EM KTON)

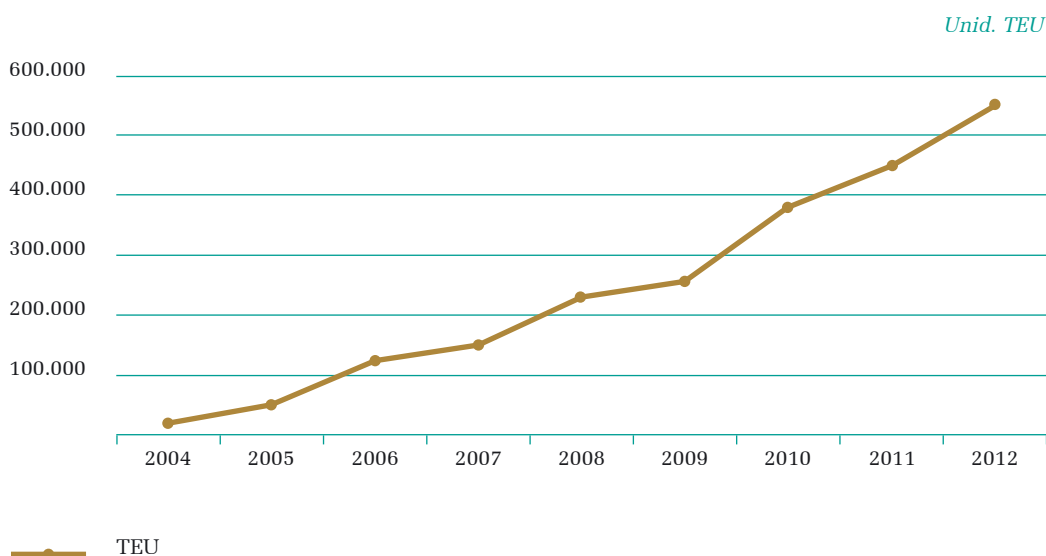


Quanto ao relacionamento do Porto de Sines com os mercados externos, nomeadamente no que diz respeito ao sector das exportações, destacam-se na União Europeia países como a Espanha e a Holanda, e nos restantes mercados países como os Estados Unidos, o Brasil, a China, Gibraltar e a Turquia, na liderança e crescimento nas operações de recepção dos produtos embarcados no

Porto de Sines. Nestes produtos, como resultado do esforço da componente produtiva da indústria nacional, encontram-se os refinados, os mármore e granitos, a pasta e papel, produtos químicos, os vidros, as porcelanas e seus produtos, coque e semicoque, maquinaria e produtos para consumo.

3.4 MOVIMENTO DE CONTENTORES

De acordo com os dados do movimento de contentores no Porto de Sines, o ano de 2012 encerrou com um novo máximo de 553.063 TEU, a que correspondeu um crescimento de 24% face a 2011.



Este crescimento é o reflexo do impulso registado no mercado das exportações neste segmento de carga, onde se registou um crescimento de 52% no total de mercadorias movimentadas em contentores no Porto de Sines face a 2011, e que assim deu suporte à dinâmica empresarial na exportação dos seus bens [*as exportações de bens aumentaram 5,8% no ano de 2012, atingindo um valor total de 45 358,9 milhões de euros (+2 488,7 milhões de euros que em 2011)*], in destaque INE – Estatística do Comércio Internacional de 12 de março de 2013].

China, Estados Unidos, Brasil, Turquia, Singapura, México, Panamá e Canadá estão entre os principais países extra-UE na recepção das mercadorias exportadas neste segmento de carga resultantes da indústria produtiva nacional. Espanha, Bélgica, França, Itália e Alemanha são, dos países da União Europeia, os principais receptores das mercadorias exportadas em contentores, sendo responsáveis por 48% do total das mercadorias exportadas neste segmento de carga. De salientar que os doze países mencionados são responsáveis, neste segmento de carga, pela recepção de 96% do total de mercadorias exportadas e que utilizam o Porto de Sines como porta de saída.

De entre os produtos exportados destaque para os mármore e granitos, a pasta e o papel, os produtos químicos, os vidros, as porcelanas e seus produtos, bem como produtos portugueses para consumo, o que representa 74% do total de mercadorias exportadas neste segmento de carga.

3.4.1 SERVIÇOS REGULARES

O papel desempenhado pelos Serviços de Valor Estratégico, no âmbito das Carreiras Regulares de contentores, para além da projecção e inclusão do Porto de Sines nos principais portos *hub* das rotas intercontinentais, nomeadamente no alcance aos mercados emergentes, representaram em 2012 um peso de 47% do total de contentores (TEU) movimentados no Porto de Sines.

O Porto de Sines disponibiliza um conjunto de serviços regulares de contentores que, em 2012, representaram 93% do movimento global de contentores (TEU), associado aos tráfegos de *Deep Sea* e de *Short Sea*. Esta movimentação representou um crescimento de aproximadamente 34% face a igual período transacto que, muito por força das dinâmicas que os operadores de transporte marítimo têm demonstrado, reforçaram neste mesmo ano a sua presença nos tráfegos Este-Oeste com um novo serviço semanal para a Costa Oeste dos Estados Unidos e Canadá e, no eixo Norte-Sul, com dois novos serviços, um para a Costa Atlântica da América do Sul, e outro para a Costa Ocidental de África, com escalas num dos principais portos Ibérico e Europeu, o Porto de Sines.

3.5 MOVIMENTO FERROVIÁRIO

O Porto de Sines, reforçando o seu posicionamento enquanto uma das principais plataformas ferroviárias europeias, viu o transporte ferroviário de mercadorias contentorizadas aumentar em 20% face ao ano de 2011. Com um total de 3,2 milhões de toneladas movimentadas e 134.227 TEU, o crescimento total registado face ao ano transacto foi de 46%, o que demonstra a dinâmica crescente e a opção da cadeia logística por esta tipologia de transporte.

Para concretizar tal movimentação, foram operados 4.160 comboios, o que representou “retirar” da estrada mais de 170 mil veículos pesados de mercadorias. As poupanças geradas da minimização dos custos das externalidades, quer ambientais quer dos acidentes rodoviários, associados aos menores custos de transporte, são indicadores que reflectem alguns dos factores de competitividade do sector ferroviário.

| A |

04

GESTÃO DE CONCESSÕES
E LICENCIAMENTOS

Em termos de novos contratos, destaque para a emissão de licenças de atividade à Svitzer Lisboa e à Pioneiro do Rio para a prestação de serviços de reboque e de amarração, respetivamente, a navios que não carreguem, descarreguem ou transportem mercadorias perigosas a granel, processos que exigiram um grande empenho da APS e das próprias interessadas para que se cumprisse o objetivo de as duas licenças entrarem em vigor no primeiro dia do ano 2013, tal como veio a suceder. Com a celebração destes contratos, o Porto de Sines passou a dispor de 2 empresas prestadoras de serviços de reboque e de amarração.

No que se refere à gestão dos contratos de concessão e licenciamentos, no ano de 2012 é de destacar o forte incremento na movimentação de contentores no Terminal XXI associado ao início de vários novos serviços regulares, da MSC e da Sitank/WEC, o que fez com que o ano de 2012 tenha terminado com 13 serviços de linha regular, os quais cobrem as principais regiões do globo.

Em Junho de 2012 ocorreu a conclusão da obra do Projeto de Expansão do Terminal de Gás Natural Liquefeito de Sines (PETS). A expansão do Terminal de GNL de Sines melhorou significativamente as condições de acesso aos comercializadores, através de uma maior e mais flexível oferta de capacidade, potenciando igualmente a utilização do eixo Sines – Espanha no transporte de gás para a Península Ibérica e para a Europa, tendo hoje este terminal um impacto fortemente positivo na economia do País. Uma vez que os novos equipamentos foram integrados no conjunto de equipamentos que constituem o Terminal de GNL, todo o conjunto passou a ser operado com os mesmos meios humanos, obtendo a REN ganhos de eficiência que são importantes para a competitividade e afirmação do Terminal de GNL de Sines no contexto ibérico.

Em Agosto de 2012, e no seguimento de processo iniciado pela CLT (concessionária do TGLS e da GIR) em 2011, foi formalizado entre a CLT e a empresa Ecoslops Portugal, S.A., o Contrato de Subconcessão da Gestão Integrada de Resíduos e Fornecimento de Utilidades do Porto de Sines, o qual viria a entrar em vigor em 1 de dezembro de 2012 e tem um prazo de 15 anos.

Destaque no ano de 2012 para a consolidação do incremento de actividade da ZALSINES – Zona Intraportuária, que registou o seu quarto ano completo de comercialização e actividade, e a certificação do sistema integrado de gestão da qualidade, ambiente e segurança para a gestão da ZALSINES.

A nave logística da SITANK, inaugurada em Julho de 2010, recebeu em 2012 o seu alvará de autorização de utilização definitivo, tendo mantido um volume assinalável de operações efectuadas e de tráfego de contentores.

Ainda nos lotes da ZALSINES, verificou-se o início de duas actividades de grande importância para a plataforma e de ampla relevância para o porto: o armazenamento e exposição de rochas ornamentais, a cargo da C&G, com posterior exportação por contentor através do Terminal XXI; e a reparação, manutenção, limpeza, inspecção e estacionamento de contentores vazios, a cargo da ALCONT, que veio preencher uma lacuna nos serviços disponibilizados no porto.

Em termos tarifários, especial destaque para a não actualização do Regulamento de Tarifas da APS em 2012, de modo a incentivar a actividade económica e a defender os interesses e a competitividade do porto e dos seus clientes.

| A |

05

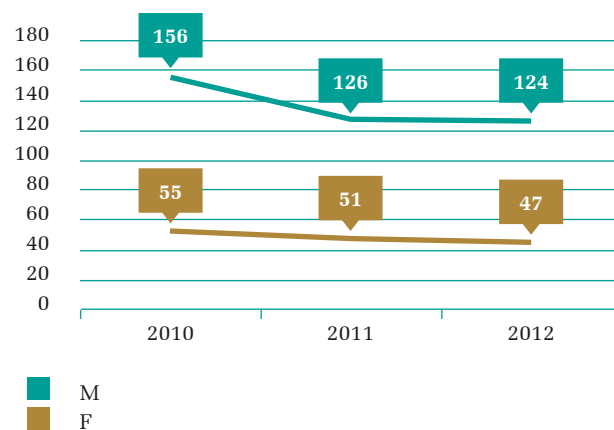
RECURSOS HUMANOS

Os indicadores reportados a partir de 2011 reflectem a forma de contabilização das trabalhadoras e dos trabalhadores que se encontram afectos à prestação de serviços em empresas concessionárias, sendo que relativamente ao efectivo total tem vindo a manter-se estável a partir desse ano.

EVOLUÇÃO DO EFETIVO EM 31 DE DEZEMBRO



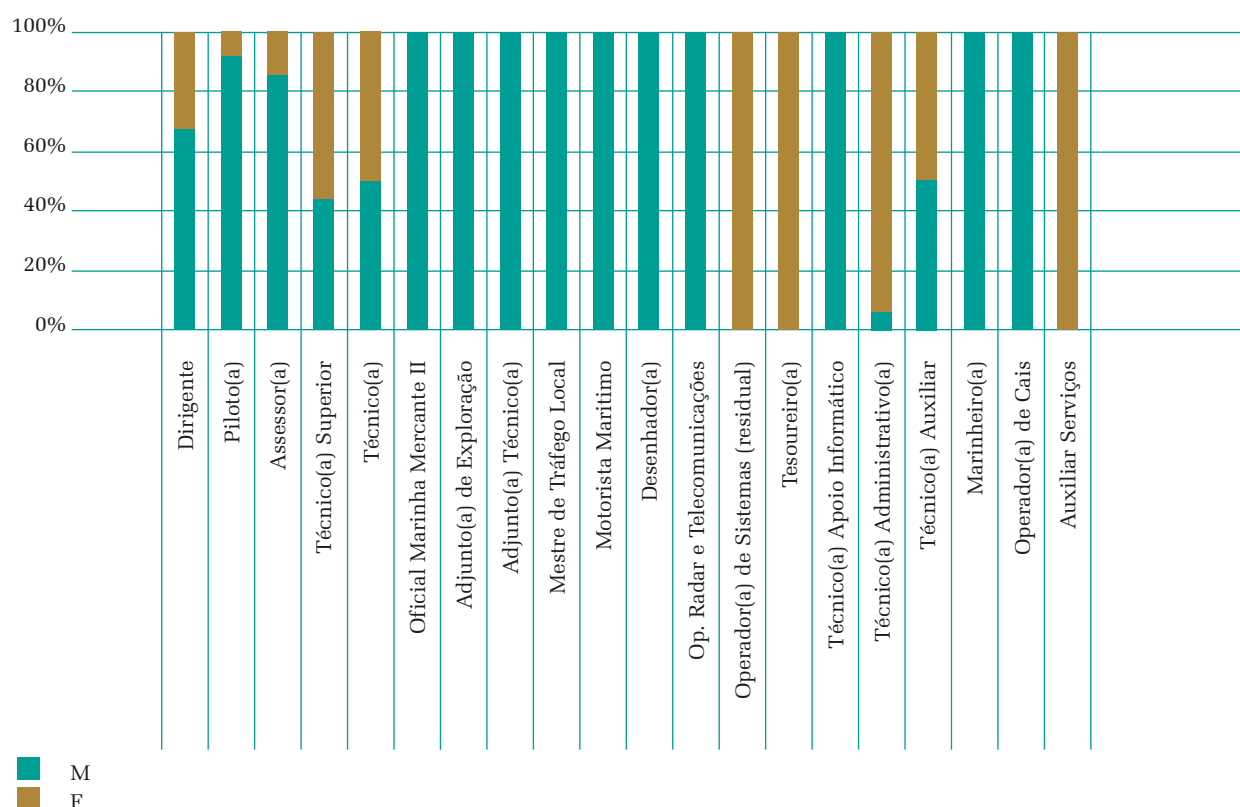
EVOLUÇÃO DO EFETIVO MÉDIO



Os 172 trabalhadores e trabalhadoras registados(a) registados em 2012, têm um vínculo por tempo indeterminado, o que demonstra uma forte estabilização do efectivo.

A distribuição por carreira profissional é a apresentada no gráfico abaixo, verificando-se no ano de 2012 uma taxa de feminização de 27%.

DISTRIBUIÇÃO POR CARREIRA 2012



A distribuição do efectivo por níveis de qualificação profissional é apresentada no ponto 8 das Notas Anexas às Demonstrações Financeiras.

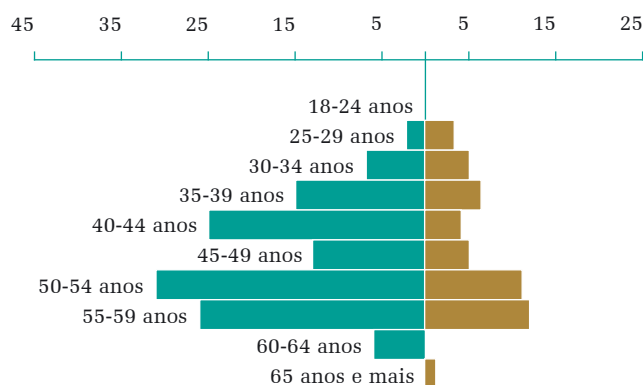
O número médio de trabalhadores e de trabalhadoras durante o exercício de 2012 foi de 171. No final do ano, o efectivo total ascendia a 172 e apresentava a seguinte distribuição:

INDICADORES	2012*	2011*
Dirigentes	3	3
Quadros Superiores	71	69
Quadros Médios	13	14
Profissionais Altamente Qualificados e Qualificados*	52	56
Profissionais Semi-qualificados	32	33
Profissionais não Qualificados	1	1
TOTAL	172	176

*Exclui 33 trabalhadores e trabalhadoras a exercer funções em concessionários no ano de 2011, e 30 no ano de 2012.

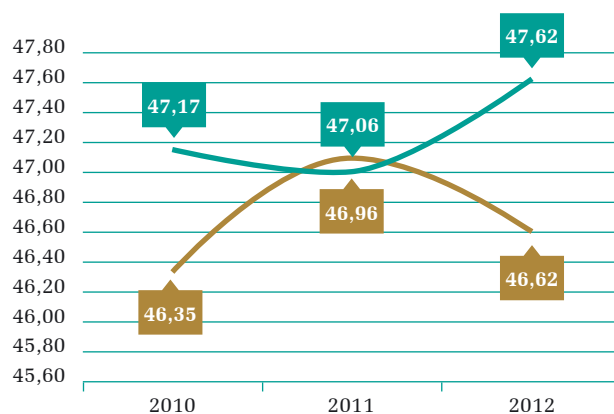
A evolução da estrutura etária demonstra que grande parte dos trabalhadores se encontra nos escalões etários superiores a 40 anos de idade, sendo a classe modal das mulheres a correspondente ao escalão etário dos 55 aos 59 anos de idade, e a classe modal dos homens a que corresponde ao escalão etário dos 50 aos 54 anos de idade. Verifica-se ainda um aumento do nível etário médio dos homens face ao ano transacto e a diminuição do nível etário médio das mulheres.

PIRÂMIDE ETÁRIA 2012



■ M
■ F

EVOLUÇÃO DO NÍVEL ETÁRIO MÉDIO

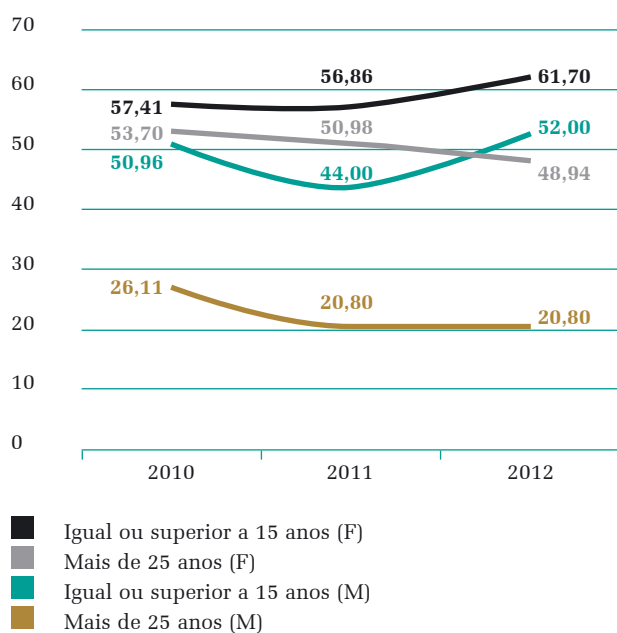


■ Nível Etário Médio Masculino
■ Nível Etário Médio Feminino

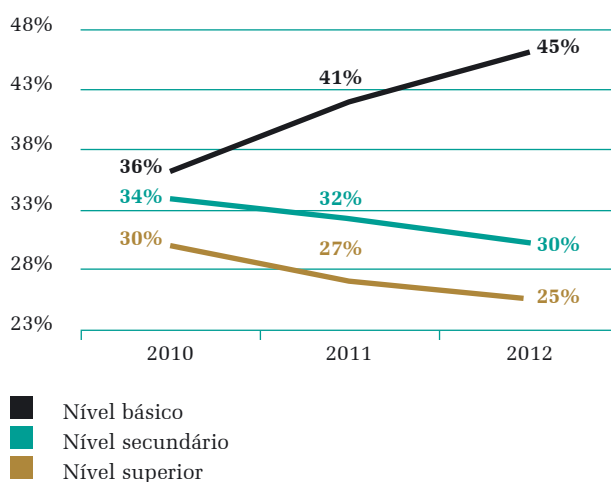
Relativamente à antiguidade na empresa, continua a verificar-se uma estrutura de antiguidade elevada e uma tendência de aumento do nível de antiguidade igual ou superior a 15 anos, quer de trabalhadores quer de trabalhadoras. Regista-se ainda uma tendência de diminuição do nível médio de antiguidade superior a 25 anos, também relativamente a homens e a mulheres.

Do efectivo em 2012 verifica-se que 45% tem escolaridade de nível superior, 25% de nível secundário e 30% de nível básico, sendo a evolução da estrutura de habilitações indicativa do progressivo aumento de escolaridade ao nível do ensino superior. Regista-se ainda que no ano de 2012 as mulheres se encontram representadas maioritariamente no grau de ensino superior (53%) e no grau de ensino secundário (30%), referindo-se que os homens estão representados na sua grande maioria no grau de ensino superior (42%) e no grau de ensino básico (35%).

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE ANTIGUIDADE



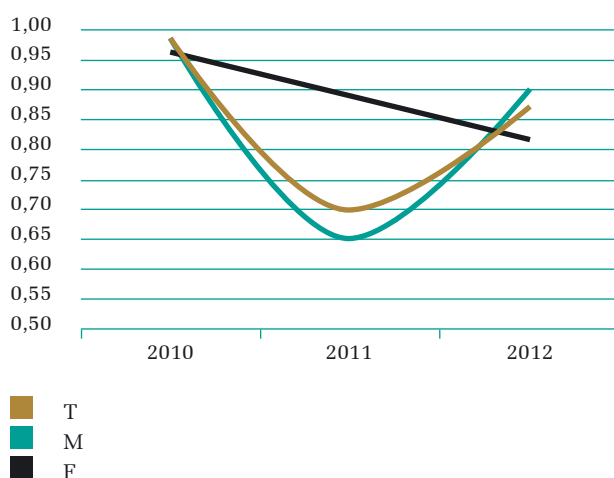
EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE HABILITAÇÃO



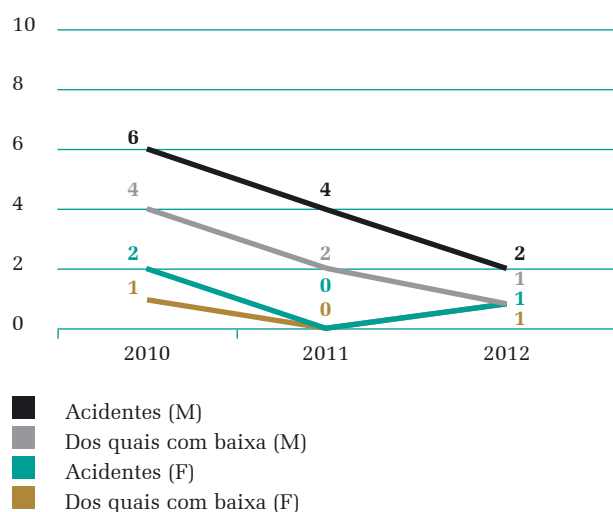
No último triénio, o índice de rotação afastou-se da unidade mais incisivamente no ano de 2011, por efeito de saída de trabalhadores e de trabalhadoras por diferentes motivos e pela nova forma de contabilização de efetivos afetos à prestação de serviços em empresas concessionárias a partir desse ano.

Relativamente aos indicadores de Segurança e Saúde no Trabalho, a evolução das ocorrências de acidentes em serviço e de trabalho, foi a seguinte:

ÍNDICE DE ROTAÇÃO



EVOLUÇÃO DE ACIDENTES



No que se refere aos elementos financeiros associados aos Recursos Humanos, será de destacar:

INDICADORES	2011	2012	VAR % 2011/2012
Custo Fator Trabalho	8.555.856,00	8.249.634,75	-3,58
Massa Salarial	7.061.405,00	6.738.426,33	-4,57
Efetivo Médio	177	171	-3,39
Custo Fator Trabalho / Efectivo Médio	48.338,17	48.243,48	-0,20
Massa Salarial / Efectivo Médio	39.894,94	39.406,00	-1,23
Trabalho Extraordinário	6.750,00	7.879,92	16,74
Subsídio de Isenção de Horário de Trabalho	998.013,00	955.841,87	-4,23

A redução das remunerações totais ilíquidas previstas no artigo 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro, em conjugação com o artigo 20º da Lei nº 64-B/2011 de 30-12, a redução dos montantes associados à isenção de horário de trabalho, bem como a diminuição do efetivo médio, determinaram a diminuição da massa salarial e do custo do fator trabalho em 2012.

| A |

06

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Os investimentos no âmbito dos sistemas e tecnologias de informação da APS realizados em 2012 responderam ao crescimento verificado na actividade da empresa e foram alinhados com a estratégia de melhoria e agilização dos processos do negócio portuário.

Nesse sentido, foram efectuados investimentos relevantes no âmbito da evolução da JUP, tanto na melhoria de processos existentes, como na implementação de funcionalidade novas que objectivam a agilização dos processos de negócio. De salientar, no âmbito das novas funcionalidades, o alargamento dos processos de meio de transporte e de movimentação de mercadorias à rodovia e à ferrovia, permitindo uma evolução do paradigma JUP para a nova realidade JUL – Janela Única Logística.

O projeto de construção da “Janela Única Logística” tem por âmbito o desenho e implementação de um modelo de referência para a integração da informação referente ao transporte de mercadorias de e para o Porto de Sines. O modelo em causa assenta essencialmente na aplicação dos procedimentos simplificados já desenvolvidos na JUP para as escalas de navio, e tem como objectivo final permitir a fluidez da informação em suporte electrónico ao longo da cadeia logística, considerando todas as entidades envolvidas, desde os operadores de transporte marítimo, ferroviário, operadores dos terminais portuários, operadores logísticos, responsáveis das plataformas logísticas, agentes económicos e autoridades, nomeadamente a Alfândega.

Importa ainda referir que, embora o objectivo primário seja a integração dos sistemas dos vários parceiros via webservices, servindo a Janela Única Logística de

broker, serão também disponibilizados nesta plataforma funcionalidades (via front-end) no propósito de troca de informação entre os vários atores. Esta solução pretende assim, garantir alguma independência do estado de maturidade no uso de tecnologias de informação de outros parceiros que venham a integrar a cadeia logística de transporte, mas também garantir algum nível de redundância à operação.

No âmbito do projecto SGSI – Sistema de Gestão da Segurança da Informação, foram concluídos os trabalhos de criação e implementação do sistema de gestão, tendo o mesmo sido operacionalizado com vista às auditorias que permitem aferir da sua prática, objectivando a obtenção da certificação ISO27001 pela APS. Este processo resultou ainda numa melhoria dos processos internos, com a operacionalização das boas práticas, *standards* e normas que são determinantes, não só no âmbito da segurança da informação, mas também na gestão de tecnologias e sistemas de informação, dotando a gestão dos sistemas e tecnologias de informação da APS de um instrumento que lhe permite conhecer melhor os recursos, sistemas e infra-estruturas de sua responsabilidade, medir diversas métricas relevantes e obter indicadores que lhe permitem desempenhar de forma mais eficiente a sua função.

Foi também concretizado o projecto de expansão da rede WLAN – Wireless Local Area Network, ao porto de recreio. Este projecto veio dotar o porto de recreio de condições que permitem, aos clientes daquela infra-estrutura, o acesso à internet através da disponibilização de pontos de ligação sem fios (WiFi), com recurso a tecnologia WLAN interligada com a infra-estrutura de rede da APS.

| A |

07

INVESTIMENTO

O investimento realizado no exercício de 2012 atingiu 14,2 milhões de euros, representando 54,3% do investimento planeado. O facto de algumas das premissas que estiveram na base da orçamentação não se terem confirmado, conjugado com a exigência de contenção resultante da situação económica nacional, levou ao deslizamento de alguns destes investimentos para anos subsequentes.

A empreitada da 2ª Fase de Ampliação do Molhe Leste do Porto de Sines, fisicamente concluída no final de Outubro foi o único investimento de grande significado, tendo sido responsável por cerca de 96% do total do investimento do ano.

Outras intervenções a destacar foram ao nível dos edifícios e outras construções:

Pavilhão para recolha e lavagem de viaturas

Construção do pavimento interior, instalações técnicas, caleira de drenagem, esgotos interiores e instalação de separador de hidrocarbonetos, permitindo a lavagem das viaturas, tal como o seu estacionamento.

Reabilitação Pavilhões 1, 2

Substituição de 1500 m² da cobertura do pavilhão n.º 2, que se encontrava num estado de elevada corrosão, permitindo assegurar as condições mínimas necessárias à sua utilização, estimando-se que esta intervenção aumente a vida útil deste pavilhão em cerca de 10 anos.

No que se refere ao equipamento:

Sistemas de Contagem de Energia

Implementação da telecontagem de energia eléctrica com o fornecimento e instalação de *modems* GSM nos contadores de facturação de energia eléctrica e reprogramação destes para aquisição de dados emitidos a partir de impulsos. Esta modernização no sistema de contagem dispensa a contagem presencial e permite igualmente uma monitorização em contínuo.

Sistemas de AVAC

Modernização e melhoramento das instalações de climatização dos edifícios do Porto de Serviços e Posto Médico.

Equipamento hidráulico para filtragem água

Melhorar a qualidade de água potável disponibilizada nos edifícios. Devido à elevada dureza da água da rede pública, registam-se danos e deficiente funcionamento dos equipamentos/acessórios hidráulicos. Esta situação é particularmente crítica nos equipamentos de AVAC.

O investimento em sistemas de informação e comunicação, objecto de detalhe em ponto anterior, totalizou 75 milhares de euros.

O detalhe global do investimento realizado é apresentado no quadro seguinte:

INVESTIMENTO	2012		GRAU DE REALIZAÇÃO
(VALORES ACUMULADOS EM EUROS)	ORÇAMENTO	REALIZADO	
Acessibilidades, Infra-Estruturas, Edifícios e Outras Construções	24.110.000	13.892.255	57,6%
Ampliação do Molhe Leste (2ª Fase)	20.000.000	13.714.318	68,6%
Cobertura do Edifício do Porto de Pesca	400.000		0,0%
Prolongamento Molhe de Abrigo do Porto Serviços	2.000.000		0,0%
Nave Logística ZALAPS	500.000		0,0%
Paioi Trem Naval	70.000		0,0%
Reabilitação do Cais Provisório do Tms (Cais de Carga)	140.000		0,0%
Arranjos Exteriores Área Portuária (Ciclovía Costa Norte)	50.000		0,0%
Sinalização Horizontal	30.000		0,0%
Melhoramento da Via Férrea (Zona Leste)	60.000		0,0%
Reabilitação do Pavimento do "Finger" do Tms	600.000		0,0%
Reabilitação Pavilhões 1, 2 E 3 E P. Serviços	200.000		0,0%
Vedações Heliporto, Posto 10	60.000		0,0%
Pavilhão para recolha e lavagem de viaturas		41.636	-
Substituição da cobertura do pavilhão 2		48.000	-
Ampliação da área de serviço (1ª fase)		16.037	-
Equipamento hidráulico para filtragem água		22.750	-
Outras Construções		49.514	-
Equipamento Portuário e Outro Equipamento Básico	982.500	74.927	7,6%
Execução de Rede de Anel de 15 Kv para o Pt13	60.000		0,0%
Integração do Pt13 na Telegestão da Rede Eléctrica	15.000		0,0%
Sistemas de Contagem de Energia	20.000	24.560	122,8%
Eficiência Energética	150.000	6.408	4,3%
Novas Instalações Eléctricas	50.000		0,0%
Sistemas de Avac	500.000		0,0%
Sistemas Automáticos Detecção de Incêndio, Detecção de Co e Anti-Intrusão	3.000		0,0%
Ramal Ferroviário do Terminal XXI	100.000		0,0%
- P. Serviços - Parque de Separação de Resíduos com 5 Boxes	50.000		0,0%
- Porto De Abrigo - Cintas de Borracha Perfild P/ Reforço dos Passadiços	20.000		0,0%
Expansão e Actualização da Central Telefónica	7.000		0,0%
Impressão de Paineis para o Stand Promocional	7.500		0,0%

INVESTIMENTO	2012		GRAU DE REALIZAÇÃO
(VALORES ACUMULADOS EM EUROS)	ORÇAMENTO	REALIZADO	
Grupo gerador 100 KVA com reboque de 2 eixos lança		17.285	-
Outros		26.674	-
Equipamento de Segurança e Ambiente	60.000	29.710	49,5%
Material de Segurança (Carroçaria p/ Transporte de Material de Intervenção)	60.000	29.710	49,5%
Sistemas de Informação e Comunicação	627.500	74.835	11,9%
Alargamento da Jup à Ferrovia	180.000		0,0%
Sistema de Gestão de Seg ^a da Informação	5.000	12.515	250,3%
Ecrã Promocional Multi-Touch	7.500		0,0%
Actualização de Postos de Trabalho	30.000		0,0%
Actualização dos Servidores Aplicacionais e de Base de Dados do Vts	90.000		0,0%
Expansão de Rede Wlan ao Porto de Recreio	15.000	14.727	98,2%
Conversão para Sistema Digital dos Rádios Uhf da Segurança	60.000		0,0%
Evolução e Reestruturação Lógica da Lan com Preparação para Ipv6	40.000		0,0%
Evolução da Infraestrutura do Sítio Internet da Aps	15.000		0,0%
Extensão do Cartão Único e SSP ao Porto de Abrigo	30.000		0,0%
Disponibilização de Imagens do Ssp no TXXI	15.000		0,0%
Interligação do Cup com o TXXI	35.000		0,0%
Ligação de Novos Sinais ao Sistema de Supervisão Portuária	10.000		0,0%
JUL - Mapa Anuncio de Contentor ARTLANT	0	453	-
Evolução do Sistema Osiris para Interligação ao SIIG	15.000	104	0,7%
Extensão do SIIG a outras Áreas Funcionais da APS e Novas Funcionalidades	80.000		0,0%
Novas Mensagens SSN no PCOM e JUP II	0	18.104	-
Equipamento Informático Diverso	0	28.932	-
Conservação, Reabilitação e Reconversão de Infra-Estruturas e Equipamento	364.000	0	0,0%
Outros	56.000	165.114	294,8%
Equipamento Transporte	35.000	139.745	399,3%
Equipamento Administrativo	21.000	25.369	120,8%
TOTAL	26.200.000	14.236.841	54,3%
<i>Realizado no período homólogo do ano anterior</i>		<i>22.181.533</i>	
<i>Variação % face a 2011</i>		<i>-35,8%</i>	

Por outro lado, em 2012 procedeu-se ao reconhecimento dos bens construídos ou adquiridos pelos concessionários públicos que reverterão para a APS no final das concessões. Não se tratando de investimento da empresa, ainda assim o activo não corrente da APS foi aumentado conforme abaixo discriminado:

BENS REVERSÍVEIS CONCESSIONÁRIOS (VALORES EM EUROS)	VALOR
Edifícios e Outras Construções	9.971.325
Bens Reversíveis Concessionários - Parque de Contentores	9.691.650
Bens Reversíveis Concessionários - Edifício Cantina Melhoramentos	51.965
Bens Reversíveis Concessionários - Edifício Nova Portaria	40.512
Bens Reversíveis Concessionários - Edifício Balneários Extensão	187.197
Equipamento Básico, Maquinaria E Equipamento	12.644.153
Bens Reversíveis Concessionários - Grua de Cais #05	6.218.260
Bens Reversíveis Concessionários - Grua de Cais #04	6.425.893
TOTAL	22.615.478

O financiamento do investimento foi assegurado principalmente pelo financiamento do Fundo de Coesão à empreitada da 2ª Fase de Ampliação do Molhe Leste, tendo o diferencial sido assegurado pelos meios disponíveis da empresa. Este montante recebido do Fundo de Coesão inclui grande parte da comparticipação referente à despesa realizada em 2011.

DESIGNAÇÃO	VALOR
POVT - PROGRAMA OPERACIONAL DE VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO (FUNDO DE COESÃO)	
Ampliação do Molhe Leste do Porto de Sines – 2ª Fase	12.959.662
SUB-TOTAL FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO	12.959.662
AUTOFINANCIAMENTO	1.277.179
TOTAL	14.236.841

| A |

08

ANÁLISE ECONÓMICA
E FINANCEIRA

O exercício de 2012, ano em que o Porto de Sines bateu os seus máximos de movimentação portuária e entrou para o Top 25 dos portos europeus, encerrou com um lucro de 9,7 milhões de euros. Este resultado, superior em 34% ao resultado reexpresso do exercício anterior, foi essencialmente suportado pela componente operacional, com o EBIT a atingir 12,6 milhões de euros e a crescer 22% relativamente ao registo de 2011. O Resultado Financeiro continuou positivo, embora de pouca expressão, reflectindo por um lado a não existência de qualquer passivo bancário e, por outro lado, o reduzido valor dos juros obtidos em virtude da aplicação do princípio de Unidade de Tesouraria do Estado.

Por sua vez, o cash-flow operacional (EBITDA) cresceu 10% atingindo 27,8 milhões de euros. Se descontadas as imputações de subsídios registadas em rendimentos, alcançou 20,5 milhões de euros, mais 15% do que em 2011.

Deve referir-se que no presente exercício foi concretizada a contabilização dos bens dos concessionários de serviço público reversíveis para a autoridade portuária no final das respectivas concessões, com um efeito muito significativo sobre o balanço da empresa. Relativamente ao resultado do exercício, o efeito desta contabilização foi positivo em cerca de 1,83 milhões de euros. Para efeitos de comparativo as demonstrações financeiras de 2011 foram reexpressas.

- euros -

RESULTADOS DO EXERCÍCIO	2012	2011 (REEXPRESSO)	VAR. %
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)	27.766.676	25.268.409	9,89%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)	12.568.699	10.328.426	21,69%
Resultado Financeiro	51.655	206.895	-75,03%
Resultado antes de impostos	12.620.353	10.535.321	19,79%
Resultado líquido do período	9.722.723	7.272.152	33,70%

O total dos Rendimentos ascendeu a 44 milhões de euros, ficando 7% acima do valor do ano anterior, conforme o seguinte quadro:

- euros -

RENDIMENTOS	2012	2011 (REEXPRESSO)	VAR. %
Vendas	1.532.955	1.420.135	7,94%
Prestações de serviços	31.067.333	29.476.992	5,40%
TUP – Navio	9.584.883	9.008.629	6,40%
Tarifa de Pilotagem	2.587.596	2.447.623	5,72%
Fornecimentos e Serviços	555.254	873.963	-36,47%
Concessões	17.127.099	16.061.946	6,63%
Licenciamentos	846.005	657.071	28,75%
Náutica de Recreio	203.765	220.854	-7,74%
Outras	162.731	206.906	-21,35%
Subsídios à Exploração	17.460	6.296	177,33%
Outros rendimentos e ganhos	11.453.610	10.315.003	11,04%
TOTAL	44.071.358	41.218.426	6,92%

O volume de negócios cresceu 5,5% face ao ano anterior, totalizando 32,6 milhões de euros. As vendas ascenderam a 1,5 milhões de euros, crescendo 8% relativamente a 2011.

Na sua totalidade, as Prestações de Serviços cresceram 5,4%, atingindo 31,1 milhões de euros. Ao nível das suas principais rubricas destacam-se a TUP-Navio e Tarifa de Pilotagem que cresceram 6,4% e 5,7%, respectivamente.

As receitas relativas aos contratos de concessão e licenciamento atingiram em 2012 17,9 milhões de euros, mais 7,3% do que no ano anterior, representando um aumento em valor na ordem de 1,2 milhões de euros.

O principal destaque vai para a concretização do crescimento na movimentação de contentores, o que teve um impacto mais do que proporcional nos proveitos da respectiva concessão, devido ao escalonamento progressivo da aplicação de royalties prevista no contrato de concessão e também à tendência de desvalorização do

euro face ao dólar. Os rendimentos com os royalties do Terminal XXI atingiram 1,22 milhões de euros em 2012, passando a ser a 3ª concessão que mais rendimentos específicos gera para a APS (isto é, não considerando os que decorrem da TUP-Navio aplicada aos navios que utilizam os terminais). Os dois primeiros lugares deste *ranking* continuam a ser ocupados pelas concessões do TGLS e do TMS, respectivamente.

Ainda no âmbito das Prestações de Serviços, os Fornecimentos e Serviços a terceiros apresentam um considerável decréscimo (36,5%) face ao ano anterior, atingindo os 555 mil euros.

As rubricas relativas à Náutica de Recreio e Outros Rendimentos e Ganhos também decresceram face ao ano anterior, em 7,7% e 21,4%, respectivamente.

Quanto aos Gastos, os mesmos apresentam um acréscimo pouco significativo de aproximadamente 2% face a 2011, como podemos observar no seguinte quadro:

- euros -

GASTOS	2012	2011 (REEXPRESSO)	VAR. %
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1.238.628	1.172.189	5,67%
Fornecimentos e serviços externos	3.703.117	3.323.112	11,44%
Gastos com o pessoal	8.257.010	8.601.872	-4,01%
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	8.667	-809	1171,36%
Provisões (aumentos / reduções)	1.136.769	1.345.849	-15,54%
Outros gastos e perdas	1.960.492	1.507.803	30,02%
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	15.197.978	14.599.420	4,10%
Imparidade de Activos Fixos Tangíveis	0	340.563	-100,00%
TOTAL	31.502.660	30.890.000	1,98%

O Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas, que corresponde na sua maioria ao consumo de energia eléctrica destinada à transformação para média ou baixa tensão e posterior revenda aos concessionários, aumentou 5,7%, registando um valor próximo dos 1,2 milhões de euros.

No final do exercício, registou-se um aumento na ordem dos 11,4% relativamente à rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, directamente relacionado com o crescimento da actividade do porto. Por seu lado, os Gastos com o Pessoal sofreram uma redução de 4% face ao exercício anterior, a qual seria superior sem a especialização do subsídio de férias a pagar em 2013. Para uma melhor compreensão apresentam-se as naturezas mais significativas de gastos em Fornecimentos e Serviços Externos no seguinte quadro:

- euros -

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2012	2011 (REEXPRESSO)	VAR. %
Trabalhos Especializados e Honorários	479.306	425.879	12,55%
Publicidade e Propaganda	148.685	181.245	-17,96%
Vigilância e Segurança	233.779	245.682	-4,84%
Conservação e Reparação	825.744	819.188	0,80%
Manutenção Licenças Hardware e Software	247.666	160.210	54,59%
Electricidade	444.084	200.241	121,77%
Combustíveis	222.914	208.115	7,11%
Água	113.045	137.453	-17,76%
Transportes de Pessoal	112.381	112.381	0,00%
Limpezas Industriais + Limpeza Higiene e Conforto	385.792	309.832	24,52%
Seguros	109.436	99.159	10,36%
Outros FSE	380.284	423.727	-10,25%
TOTAL	3.703.117	3.323.112	11,44%

Em termos de estrutura patrimonial, o activo da empresa aumentou cerca de 21,8 milhões de euros em 2012 levando em comparação o ano de 2011 reexpresso. Na realidade o efeito da contabilização dos bens dos concessionários que reverterão para a autoridade portuária traduziu-se no aumento de 77,7 milhões de euros do activo não corrente da empresa.

A sua cobertura por capitais próprios, ou autonomia financeira, decresceu ligeiramente (67,8% em 2012 contra 70,1% em 2011). O passivo corrente da empresa

continuou inferior a 3% do seu activo e significativamente inferior ao activo corrente, assegurando significativos níveis de liquidez. Na sua totalidade o passivo registou um aumento na ordem dos 17,1 milhões de euros. Este exercício ficou marcado, mais uma vez, pela não existência de passivo bancário por parte da empresa, realidade que se verifica desde Fevereiro de 2011, quando foi liquidada a última prestação do reembolso do empréstimo contraído junto do BEI no início da década de 90 para o financiamento da Reabilitação do Molhe Oeste.

- euros-

BALANÇOS	2012		2011 (REEXPRESSO)	
	VALOR	%	VALOR	%
ACTIVO				
Activo não corrente	456.699.574	96,30%	434.146.398	95,95%
Activo corrente	17.555.643	3,70%	18.307.780	4,05%
Total do activo	474.255.217	100,00%	452.454.178	100,00%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio				
Total do capital próprio	321.724.171	67,84%	317.053.169	70,07%
PASSIVO				
Passivo não corrente	139.781.882	29,47%	121.891.890	26,94%
Passivo corrente	12.749.163	2,69%	13.509.119	2,99%
Total do passivo	152.531.045	32,16%	135.401.009	29,93%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	474.255.217	100,00%	452.454.178	100,00%

O quadro seguinte resume os principais indicadores económico-financeiros no final do exercício de 2012 e a sua comparação os indicadores calculados após a reexpressão das Demonstrações Financeiras de 2011:

INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS	2012	2011 (REEXPRESSO)
Volume de Negócios (euros)	32.600.288	30.897.127
EBITDA 1 (euros)	27.766.676	25.268.409
EBITDA 2 (ajustado do reconhecimento anual subsídios ao investimentos) (euros)	20.508.506	17.863.416
Margem do EBITDA %	85,2%	81,8%
Margem do EBIT	38,55%	33,43%
ROACE	3,94%	3,29%
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	39	32
Indicador de Eficiência:		
- Gastos Operacionais / EBITDA 1	1,13	1,22
- Gastos Operacionais / EBITDA 2	1,54	1,73
Valor Acrescentado Bruto (euros)	27.658.544	26.401.826
Rentabilidade das Vendas %	29,8%	23,5%
Rentabilidade Capitais Próprios %	3,0%	2,3%
Rentabilidade do Activo %	2,1%	1,6%
Autonomia Financeira %	67,8%	70,1%
Divida Remunerada / Capital Próprio %	0,0%	0,0%
Solvabilidade	2,11	2,34
Liquidez	1,38	1,36

| A |

09

PROPOSTA DE APLICAÇÃO
DE RESULTADOS

Para elaboração da proposta de aplicação de resultados, foram levados em consideração os seguintes factos:

- O Porto de Sines concluiu recentemente um investimento de quase 35 milhões de euros relacionado com as obras da 2ª fase de ampliação do Molhe Leste e com as dragagens de aprofundamento e regularização do canal de acesso e bacia de manobra do Terminal de Contentores, as quais são imprescindíveis para continuar a assegurar as condições de acessibilidade e protecção marítima ao desenvolvimento faseado do referido terminal;
- Com estes investimentos da autoridade portuária, que se juntam ao investimento da concessionária PSA Sines nos cais, terraplenos e equipamentos do terminal, o Porto de Sines estará preparado para receber os maiores navios porta-contentores que constam da carteira de encomendas dos grandes armadores mundiais. Como único porto da fachada atlântica europeia capacitado para a recepção destes navios, o Porto de Sines reforçará o seu papel como maior porto exportador do país, bem como reforçará as suas condições para se constituir como uma grande plataforma de distribuição no tráfego mundial de contentores, capacidades igualmente potenciadas pelo alargamento do canal do Panamá. Este papel a desempenhar pelo Porto de Sines, que vem sendo assumido como um objectivo estratégico nacional, deverá potenciar o aparecimento de novos projectos que exigirão o envolvimento financeiro da autoridade portuária;
- Para além do impacto directo e indirecto na economia nacional que resulta da actividade do Porto de Sines, a APS, SA tem procurado constituir-se como

um factor de estímulo do sector empresarial, nomeadamente através do cumprimento e superação das metas definidas pelo Governo relativamente aos prazos de pagamento a fornecedores;

- Até à data tem sido possível conjugar a implementação do seu programa de investimentos, o seu papel de estímulo ao sector empresarial nacional e o seu contributo para a consolidação orçamental nacional através do pagamento de dividendos, os quais desde que a empresa começou a registar resultados positivos em 2005 ascenderam a quase 22 milhões de euros.
- Em termos futuros, no entanto, a prossecução do papel que vem sendo desempenhado pela APS, SA, cuja importância ressalta do referido nos pontos anteriores, apenas poderá ser conjugada com a minimização do recurso a capitais alheios se for permitido à empresa incorporar parte substancial dos resultados obtidos na sua actividade.

Assim, tendo presente o referido nos pontos anteriores, o disposto no n.º 1 do art.º 33, no n.º 1 do art.º 294 e no n.º 1 do art.º 295, todos do CSC, e também o constante do n.º 1 do art.º 17 dos estatutos da APS, para além do acordado relativamente à política contabilística a implementar no que se refere aos bens adquiridos ou construídos por concessionários e reversíveis gratuitamente para a autoridade portuária, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o Resultado Líquido do Exercício de 2012 seja distribuído conforme proposto no quadro abaixo:

APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO	2012	% DO RL	% DO RD
Resultado líquido (RL):	9.722.722,98		
P/ reserva indisponível - bens reversíveis	1.825.324,81	18,77%	
P/ reserva legal	972.272,30	10,00%	
Resultado distribuível (RD):	6.925.125,87	71,23%	
50% p/ reserva livre	3.462.562,93	35,61%	50,00%
50% p/ dividendos accionista	3.462.562,94	35,61%	50,00%

| A |

10

PERSPECTIVAS
DE DESENVOLVIMENTO
FUTURO

O Porto de Sines tem actualmente uma posição consolidada no “shipping” mundial de contentores, através de linhas directas aos principais centros de produção e consumo do mundo, sendo escala dos grandes navios de 14.000 TEU, e encontra-se presente um novo conjunto de desafios face a esta nova realidade que motiva uma nova análise estratégica.

As grandes mudanças que se preconizam a prazo nas rotas marítimas transcontinentais, influenciadas pelas alterações das dinâmicas de crescimento das várias regiões do globo, pelas alterações geofísicas como será exemplo o alargamento do canal do Panamá e pelo constante aumento do porte dos navios na tentativa de maximizar as economias de escala, são temáticas que agora se colocam e assumem a maior relevância para o futuro crescimento do porto.

A aposta nas ligações ferroviárias para ligar o porto ao hinterland nacional é já uma solução consolidada, mas o potencial de continuar a crescer além-fronteiras até Madrid terá de ser dinamizado com a construção dos troços em falta para a eficiente ligação à fronteira do Caia.

A continuação da expansão do segmento de contentores através da última fase do TXXI e do futuro Terminal Vasco da Gama, para uma capacidade de 4,5 milhões de TEU, são um dos vectores fundamentais de desenvolvimento estratégico do porto, associado a uma política comercial agressiva junto de operadores de terminais e armadores, respondendo às projecções de procura que se vão impondo no mercado e que mesmo num período adverso continua a ser uma excepção pela positiva face às claras vantagens de Sines.

Noutra área, a expansão recente do Terminal de Gás Natural irá elevar a capacidade deste terminal para servir o mercado nacional e abrirá novas oportunidades no mercado ibérico.

Ao nível da simplificação de procedimentos importa transpor o bom exemplo da Janela Única Portuária ao longo da cadeia logística, de forma a torná-la mais competitiva e atractiva para os importadores e exportadores. A integração de todos os modos de transporte, das plataformas logísticas e dos transitários, são acções que devem ser desenvolvidas sem hesitação, sustentadas numa forte articulação e parceria com os diferentes organismos públicos, nomeadamente com as Alfândegas.

Será, assim, fundamental uma nova visão integrada e económica do Porto de Sines sustentada numa boa compreensão das actuais dinâmicas de evolução do mundo da logística em geral e do *shipping* em particular, bem como de articulação ao nível da gestão do território, intermodalidade, gestão dos recursos disponíveis e de ligação com as instituições da administração central e local e a participação de agentes económicos e sociais do sector.

Neste novo patamar de desenvolvimento do porto, importa compreender e sistematizar adequadamente as grandes tendências de evolução, os impactos nos tráfegos e nos transportes, e posicionar correctamente as acções a desenvolver para maximizar os benefícios que o Porto de Sines pode aportar à economia nacional.

Sines, Maio de 2012

O Conselho de Administração

Maria Lúdia Ferreira Sequeira
Presidente

Duarte Manuel Lynce de Faria
Vogal

João Paulo Farinha Franco
Vogal





| B |

01

BALANÇO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2012	31-12-2011
ACTIVO			REEXPRESSO
Activo não corrente			
Activos Fixos Tangíveis	11	376.298.817	374.742.102
Ativos Fixos Tangíveis - Bens reversíveis	2.1/11/22	57.902.431	49.379.270
Propriedades de Investimento	25	76.021	77.860
Activos intangíveis	12/22	653.925	952.185
Ativos Intangíveis - Bens reversíveis	2.1/12/22	19.769.456	7.921.156
Participações Financeiras - Outros Métodos	13	434.265	434.265
Activos por impostos diferidos	14	1.564.659	639.560
		456.699.574	434.146.398
Activo corrente			
Inventários	6	425.803	424.781
Clientes	15	7.147.023	7.184.193
Adiantamentos a fornecedores	18	1.451	0
Estado e outros entes públicos	19	0	0
Outras contas a receber	20	1.728.529	8.576.440
Diferimentos	20	673.469	555.808
Caixa e outros depósitos bancários	4	7.579.368	1.566.558
		17.555.643	18.307.780
Total do activo		474.255.217	452.454.178
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	16	80.000.000	80.000.000
Outros instrumentos de capital próprio	16	4.500.000	4.500.000
Reservas legais	16	4.029.234	3.192.168
Reserva indisponível - Bens reversíveis	2.1	5.715.131	4.732.838
Outras reservas	16	41.577.132	41.577.132
Resultados Transitados	16	1.966.672	463.687
Outras variações no capital próprio	16	174.213.279	175.315.193
Resultado líquido do período	16	9.722.723	7.272.152
Total do capital próprio		321.724.171	317.053.169

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2012	31-12-2011
PASSIVO			
Passivo Não Corrente			
Provisões	17	3.212.672	2.505.306
Financiamentos Obtidos		0	0
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	8	2.546.749	2.721.301
Passivos por impostos diferidos	2.1/14	70.667.370	70.581.629
Bens reversíveis - Diferimentos	2.1/20	61.854.030	46.083.654
Outras contas a pagar	20	1.501.061	
		139.781.882	121.891.890
Passivo Corrente			
Fornecedores	18	871.117	732.703
Estado e outros entes públicos	19	1.627.664	1.819.610
Financiamentos Obtidos		0	0
Outras contas a pagar	20	3.271.448	5.402.834
Diferimentos	2.1/20	6.978.935	5.553.971
		12.749.163	13.509.119
Total do passivo		152.531.045	135.401.009
Total do Capital Próprio e do Passivo		474.255.217	452.454.178

| B |

02

DEMONSTRAÇÃO
DE RESULTADOS
POR NATUREZA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

- euros -

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2012	2011 (REEXPRESSO)
Vendas e Serviços Prestados	5	32.600.288	30.897.127
Subsídios à exploração	23	17.460	6.296
CMVMC	6	-1.238.628	-1.172.189
Fornecimentos e Serviços Externos	7	-3.703.117	-3.323.112
Gastos c/Pessoal	8	-8.257.010	-8.601.872
Imparidade de Dividas a receber (perdas/reversões)	15	-8.667	809
Provisões (aumentos/reduções)	17	-1.136.769	-1.345.849
Outros Rendimentos e Ganhos	2.1/9	11.453.610	10.315.003
Outros Gastos e Perdas	27	-1.960.492	-1.507.803
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		27.766.676	25.268.409
Gastos de depreciação e de amortização	2.1/11/12/25	-15.197.978	-14.599.420
Imparidade de Activos Fixos Tangíveis	11	0	-340.563
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		12.568.699	10.328.426
Juros e Rendimentos similares obtidos	5/28	51.655	218.379
Juros e custos similares suportados	10	0	-11.484
Resultado antes de impostos		12.620.353	10.535.321
Imposto s/Rendimento do período	2.1/14	-2.897.630	-3.263.169
Resultado Líquido do período		9.722.723	7.272.152

| B |

03

DEMONSTRAÇÃO
DE RESULTADOS POR FUNÇÕES
(SUPLEMENTAR)

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

- euros -

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2012	2011 (REEXPRESSO)
Vendas e serviços prestados	5	32.600.288	30.897.127
Gasto das vendas e dos serviços prestados	7/8/24	-14.545.156	-14.152.450
Resultado bruto		18.055.132	16.744.677
Outros rendimentos		4.213.974	3.186.971
Gastos de distribuição			
Gastos administrativos		-4.864.024	-5.165.030
Gastos de investigação e desenvolvimento			
Outros gastos		-4.738.137	-4.389.892
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		12.666.945	10.376.726
Gastos de financiamento (líquidos)		-46.592	158.595
Resultados antes de impostos		12.620.353	10.535.321
Imposto sobre o rendimento do período		-2.897.630	-3.263.169
Resultado líquido do período		9.722.723	7.272.152

| B |

04

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES
DO CAPITAL PRÓPRIO

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL EM 2012

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL REALIZADO	OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO	
Posição em 1 de Janeiro de 2012		80.000.000	4.500.000	
Alterações no período				
Aplicação do RLE				
Alterações de políticas contabilísticas				
Subsídios ao investimento				
Ganhos/Perdas atuariais				
Total		0	0	
Resultado líquido do período				
Resultado integral				
Operações com detentores de Capital no período				
Distribuições				
Distribuições				
Outras Operações				
		0	0	
Posição no fim de 2012		80.000.000	4.500.000	

O movimento das outras variações de capital próprio respeita a subsídios para investimento.

- euros -

	RESERVAS LEGAIS	RESERVA INDISPONÍVEL BENS REVERSÍVEIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	OUTRAS VARIÁÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
	3.192.168	4.732.838	41.577.132	-1.617.116	175.315.193	9.352.955	317.053.169
							0
	837.066	982.293		3.348.265		-5.167.624	0
							0
					-1.101.914		-1.101.914
				235.524			235.524
	837.066	982.293	0	3.583.789	-1.101.914	-5.167.624	-866.390
						9.722.723	9.722.723
						4.555.099	8.856.333
							0
						-4.185.331	-4.185.331
							0
							0
	0	0	0	0	0	-4.185.331	-4.185.331
	4.029.234	5.715.131	41.577.132	1.966.672	174.213.279	9.722.723	321.724.171

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL EM 2011 (REEXPRESSA)

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL REALIZADO	OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO	
Posição em 1 de Janeiro de 2011		80.000.000	4.500.000	
Alterações de políticas contabilísticas	2.1			
Posição em 1 de Janeiro de 2011 (Reexpressa)		80.000.000	4.500.000	
Alterações no período				
Aplicação dos resultados				
Subsídios ao investimento				
Ganhos/Perdas atuariais				
Posição em 1 de Janeiro de 2011		80.000.000	4.500.000	
Resultado líquido do período				
Resultado integral				
Operações com detentores de Capital no período				
Realizações de Capital				
Diferença Reexpressão Capital				
Distribuições				
Outras Operações				
		0	0	
Posição no fim do 2011 (Reexpressa)		80.000.000	4.500.000	

	RESERVAS LEGAIS	RESERVA INDISPONÍVEL BENS REVERSÍVEIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	OUTRAS VARIACÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
	2.589.094	0	41.577.132	-124.078	174.789.181	6.030.741	309.362.070
		4.732.838					4.732.838
	2.589.094	4.732.838	41.577.132	-124.078	174.789.181	6.030.741	314.094.908
							0
	603.074			150.769		-753.843	0
					526.011		526.011
				436.996			436.996
	2.589.094	0	41.577.132	587.765	526.011	-753.843	5.695.845
						7.272.152	7.272.152
						6.518.309	12.967.997
							0
							0
							0
						-5.276.898	-5.276.898
							0
	0	0	0	0	0	-5.276.898	-5.276.898
	3.192.168	4.732.838	41.577.132	463.687	175.315.193	7.272.152	317.053.169

| B |

05

DEMONSTRAÇÃO
DOS FLUXOS DE CAIXA –
MÉTODO DIRECTO

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA - SNC	NOTA	2012	2011
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		37.538.881	34.899.557
Pagamentos a fornecedores		-5.643.908	-4.760.351
Pagamentos ao pessoal		-7.769.041	-9.016.665
Caixa gerada pelas operações			
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-3.536.124	-3.161.545
Outros recebimentos/pagamentos		-6.538.724	-5.310.565
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		14.051.084	12.650.431
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-16.647.621	-18.518.271
Activos intangíveis		-268.237	-994.975
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		51.708	100.430
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento		12.959.662	256.257
Juros e rendimentos similares		2.816	165.668
Dividendos		48.829	50.440
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-3.852.843	-18.940.450
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-99	-2.506.464
Juros e gastos similares			
Dividendos		-4.185.331	-5.276.898
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-4.185.431	-7.783.362
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		6.012.810	-14.073.381
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.566.558	15.639.939
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	7.579.368	1.566.558

| B |

06

NOTAS ANEXAS
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO DE 2012

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Administração do Porto de Sines (adiante designada por “APS” ou “empresa”), foi inicialmente constituída sob a forma de instituto público dotado de personalidade jurídica de direito público e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Pelo Decreto-lei nº 337/98, de 3 de Novembro, foi transformada em Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos. A partir dessa data a APS passou a reger-se pelo referido diploma e pelos seus Estatutos e, em tudo o que neles não estiver previsto, pelas normas aplicáveis às sociedades anónimas e pelas normas especiais cuja aplicação decorra do objecto da empresa.

A APS, SA sucedeu assim automática e globalmente à Administração do Porto de Sines, e continuou a personalidade jurídica desta, conservando a universalidade dos bens, direitos e obrigações integrantes da sua esfera jurídica no momento da transformação. Mantiveram-se integrados no domínio público do Estado afecto à APS, SA os terrenos, terraplenos e molhes de protecção situados dentro da área de jurisdição da Administração do Porto de Sines ou com ela confinantes, delimitada pelos contornos e linhas definidos pelos pontos constantes da planta anexa ao referido diploma que se manteve em vigor até à sua substituição pela planta anexa ao Decreto-Lei n.º 95/2010 que redefiniu a área de jurisdição da APS — Administração do Porto de Sines, S. A. (APS, S. A.), procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 337/98, de 3 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 46/2002, de 2 de Março e ainda os bens afectos à actividade de pesca, serviços de primeira venda e actividades conexas. Neste contexto, os bens de domínio público encontram-se afectos à actividade da Empresa, que os pode administrar livremente, nesse âmbito, mas não pode dispor dos mesmos no que diz respeito ao comércio jurídico privado.

Foram desafectados do domínio público do Estado, e integrados no património da APS, SA, todos os equipamentos e edifícios, ainda que implantados sobre terrenos dominiais, afectos à Administração do Porto de Sines. A empresa sucedeu ainda na titularidade de todos os bens, direitos e obrigações do Departamento de Pilotagem de Sines do Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos (INPP). Passaram também a constituir património da APS, SA, os imóveis do INPP afectos ao Departamento de Pilotagem de Sines.

A APS, SA tem sede na Rua do Porto Industrial, em Sines, Portugal. O seu principal centro de negócio é exercido no mesmo local. A APS, SA, assegura o exercício das competências necessárias ao regular funcionamento do Porto de Sines nos seus múltiplos aspectos de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efectivos e de exploração portuária e ainda a actividades que lhe sejam complementares, subsidiárias ou acessórias. Assim, são competências da empresa:

- a) Atribuição de usos privativos e definição de respectivo interesse público para efeitos de concessão, relativamente aos bens de domínio público que lhe está afecto, bem como à prática de todos os actos respeitantes à execução modificação e extinção de licença ou concessão;
- b) Licenciamento de actividades portuárias de exercício condicionado e concessão de serviços públicos portuários, podendo praticar todos os actos necessários à atribuição, execução, modificação e extinção de licença ou concessão, nos termos da legislação aplicável;
- c) Expropriação por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários, nos termos legais;
- d) Fixação das taxas a cobrar pela utilização do porto, dos serviços nele prestados e pela ocupação de espaços dominiais ou destinados a actividades comerciais ou industriais;
- e) Protecção das suas instalações e do seu pessoal;
- f) Uso público dos serviços inerentes à actividade portuária e sua fiscalização.

Na sua área de jurisdição, só a APS pode conceder licenças para execução de obras directamente relacionadas com a sua actividade e cobrar taxas inerentes às mesmas. As atribuições referentes à gestão da água na área de jurisdição da APS, incluindo a supervisão da sua qualidade, competem ao Instituto da Água e à respectiva Direcção Regional do Ambiente. A APS terá de obter parecer prévio das entidades responsáveis pela protecção do ambiente, no que respeita a utilização de edifícios ou de instalações a licenciar, de que possa resultar poluição de qualquer natureza.

No âmbito das orientações da política comum de transportes e da política nacional para o sector marítimo-portuário, a Empresa tem vindo a alterar o modelo de gestão de autoridade portuária, através do accionamento dos processos de concessão ao sector privado das operações e infra-estruturas portuárias, com o consequente afastamento da APS da área operacional (mais “Landlord Port” e menos “Tool Port”) e acentuando as funções de controlo e fiscalização e de Autoridade Portuária.

A empresa é detida integralmente pelo Estado Português, não sendo participada por qualquer sociedade mãe. A empresa foi inicialmente constituída com um capital social de 49.393.461,76 euros, tendo subsequentemente sido aumentado para 80.000.000,00 euros. Este reforço foi determinado em função da estrutura dos capitais próprios, das responsabilidades e das reservas subjacentes ao valor de avaliação dos bens integrados nas contas aquando da sua constituição.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), devendo entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), e as Normas Interpretativas. Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transacções ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações SIC-IFRIC. As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de Dezembro de 2012 são comparáveis com os utilizados na preparação dos comparativos das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011.

Para esse efeito e em conformidade com a NCRF 4 a APS reexpressou as suas Demonstrações Financeiras de 2011 de acordo com a política comum adoptada pelas diversas administrações portuárias relativa ao registo de activos que no final das concessões revertem para as concedentes ver nota 3.c e 23.

AJUSTES AO BALANÇO EM 1 DE JANEIRO DE 2011

Ativos Fixos Tangíveis - Bens reversíveis	30.962.144
Ativos Intangíveis - Bens reversíveis	8.420.491
Diferimentos	-32.800.106
Passivos por impostos diferidos	-1.849.690
Reserva indisponível - Bens reversíveis	-4.732.838

2.1 REEXPRESSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO 2011

No exercício de 2012 a APS efectuou a reexpressão das Demonstrações financeiras de 2011, em conformidade com a NCRF 4 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros, por forma a permitir a comparabilidade das mesmas.

Esta reexpressão vem no seguimento da adopção da política contabilística descrita na nota 3.c. e também por forma a dar cumprimento ao entendimento da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), publicado em Abril de 2013, sobre a regularização anual dos passivos por impostos diferidos associados ao reconhecimento anual dos subsídios ao investimento. O montante dos passivos por impostos diferidos a regularizar no exercício de 2012 foram reconhecidos em capitais próprios. Adicionalmente, para que as demonstrações financeiras de 2011 sejam comparáveis com as do exercício de 2012, procedeu-se à reclassificação do montante de 2.080.803 euros previamente incluído na rubrica de Impostos sobre o Rendimento, da Demonstração dos Resultados, para a rubrica de Balanço - Resultados Transitados.

RECONCILIAÇÃO ENTRE O BALANÇO APROVADO NA ASSEMBLEIA GERAL DE 22 DE MAIO DE 2012 E O BALANÇO REEXPRESSO

RUBRICAS	31-12-2011	AJUSTAMENTO	BALANÇO REEXPRESSO
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos Fixos Tangíveis	374.742.102		374.742.102
Activos Fixos Tangíveis - Bens reversíveis		49.379.270	49.379.270
Propriedades de Investimento	77.860		77.860
Activos intangíveis	952.185		952.185
Activos Intangíveis - Bens reversíveis		7.921.156	7.921.156
Participações Financeiras - Outros Métodos	434.265		434.265
Activos por impostos diferidos	639.560		639.560
	376.845.973	57.300.426	434.146.398
Activo corrente			
Inventários	424.781		424.781
Clientes	7.184.193		7.184.193
Estado e outros entes públicos			0
Outras contas a receber	8.576.440		8.576.440
Diferimentos	555.808		555.808
Caixa e outros depósitos bancários	1.566.558		1.566.558
	18.307.780	0	18.307.780
Total do activo	395.153.752	57.300.426	452.454.178
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	80.000.000		80.000.000
Outros instrumentos de capital próprio	4.500.000		4.500.000
Reservas legais	3.192.168		3.192.168
Reserva indisponível - Bens reversíveis		4.732.838	4.732.838
Outras reservas	41.577.132		41.577.132
Resultados Transitados	-1.617.116	2.080.803	463.687
Outras variações no capital próprio	175.315.193		175.315.193
Resultado líquido do período	8.370.662	-1.098.510	7.272.152
Total do capital próprio	311.338.039	5.715.131	317.053.169

RUBRICAS	31-12-2011	AJUSTAMENTO	BALANÇO REEXPRESSO
PASSIVO			
Passivo Não Corrente			
Provisões	2.505.306		2.505.306
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	2.721.301		2.721.301
Passivos por impostos diferidos	68.348.038	2.233.591	70.581.629
Bens reversíveis - Diferimentos		46.083.654	46.083.654
	73.574.645	48.317.245	121.891.890
Passivo Corrente			
Fornecedores	732.703		732.703
Estado e outros entes públicos	1.819.610		1.819.610
Outras contas a pagar	5.402.834		5.402.834
Diferimentos	2.285.921	3.268.050	5.553.971
	10.241.068	3.268.050	13.509.119
Total do passivo	83.815.714	51.585.295	135.401.009
Total do Capital Próprio e do Passivo	395.153.752	57.300.425	452.454.178

RECONCILIAÇÃO ENTRE A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS APROVADA NA ASSEMBLEIA GERAL DE 22 DE MAIO DE 2012 E A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS REEXPRESSA

RENDIMENTOS E GASTOS	31-12-2011	AJUSTAMENTO	DR REEXPRESSA
Vendas e Serviços Prestados	30.897.127		30.897.127
Subsídios à exploração	6.296		6.296
CMVMC	-1.172.189		-1.172.189
Fornecimentos e Serviços Externos	-3.323.112		-3.323.112
Gastos c/Pessoal	-8.601.872		-8.601.872
Imparidade de Dívidas a receber (perdas/reversões)	809		809
Provisões (aumentos/reduções)	-1.345.849		-1.345.849
Outros Rendimentos e Ganhos	7.489.428	2.825.575	10.315.003
Outros Gastos e Perdas	-1.507.803		-1.507.803
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	22.442.834	2.825.575	25.268.409
Gastos de depreciação e de amortização	-13.140.038	-1.459.383	-14.599.420
Imparidade de Activos Fixos Tangíveis	-340.563		-340.563

RENDIMENTOS E GASTOS	31-12-2011	AJUSTAMENTO	DR REEXPRESSA
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	8.962.233	1.366.193	10.328.426
Juros e Rendimentos similares obtidos	218.379		218.379
Juros e custos similares suportados	-11.484		-11.484
Resultado antes de impostos	9.169.128	1.366.193	10.535.321
Imposto s/Rendimento do período	-798.466	-2.464.703	-3.263.169
Resultado Líquido do período	8.370.662	-1.098.510	7.272.152

RECONCILIAÇÃO ENTRE A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES APROVADA NA ASSEMBLEIA GERAL DE 22 DE MAIO DE 2012 E AO DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES REEXPRESSA

RENDIMENTOS E GASTOS	31-12-2011	AJUSTAMENTO	DRF REEXPRESSA
Vendas e serviços prestados	30.897.127		30.897.127
Custo das vendas e dos serviços prestados	-12.693.068	-1.459.383	-14.152.450
Resultado bruto	18.204.060	-1.459.383	16.744.677
Outros rendimentos	361.396	2.825.575	3.186.971
Gastos de distribuição			
Gastos administrativos	-5.165.030		-5.165.030
Gastos de investigação e desenvolvimento			
Outros gastos	-4.389.892		-4.389.892
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	9.010.533	1.366.193	10.376.726
Gastos de financiamento (líquidos)	158.595		158.595
Resultados antes de impostos	9.169.128	1.366.193	10.535.321
Imposto sobre o rendimento do período (*)	-798.466	-2.464.703	-3.263.169
Resultado líquido do período	8.370.662	-2.464.703	7.272.152

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES

a. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

Edifícios e outras construções	– 10 a 50
Equipamento básico	– 2 a 15
Equipamento de transporte	– 2 a 10
Equipamento administrativo	– 2 a 10

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um activo, é revista a depreciação desse activo de forma prospectiva para reflectir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspecção e conservação dos activos são registados como gasto.

Os activos fixos tangíveis em curso referem-se a activos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes activos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do activo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

b. Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado. Não é considerada qualquer quantia residual.

Se existe algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um activo, é revista a amortização desse activo de forma prospectiva para reflectir as novas expectativas.

c. Bens Reversíveis adquiridos ou construídos pelos concessionários de serviços públicos e de uso privativo, que reverterem para as AP's

As Administrações Portuárias desenvolveram sob a égide da APP um trabalho conjunto, na sequência de parecer da Comissão de Normalização Contabilística, no desenvolvimento de políticas contabilísticas comuns para os bens a reverter, que baseadas nos princípios do SNC, o complementam. Essas políticas aplicam-se apenas aos bens cuja vida útil em novo ultrapassa o termo das concessões, sendo, por esse motivo, o seu valor determinável seguindo regras semelhantes às aplicadas aos restantes activos.

Nestes termos define-se a política contabilística, a adotar pelas Administrações Portuárias no reconhecimento, registo, mensuração e divulgação de bens adquiridos ou construídos por concessionários de serviço público e por concessionários de usos privativos de bens dominiais afetos à atividade portuária, que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos, como se indica:

1. Âmbito

Pretende-se expressar a política contabilística a adotar pelas Administrações Portuárias no reconhecimento, registo, mensuração e divulgação de bens adquiridos ou construídos por concessionários de serviço público e por concessionários de usos privativos de bens dominiais afetos à atividade portuária, que revertam gratuitamente, para as Administrações Portuárias, no final dos respetivos contratos.

Foram tomados em consideração o parecer da Comissão de Normalização Contabilística datado de 3 de Janeiro de 2012 e o princípio do custo-benefício na preparação das demonstrações financeiras, em particular a minimização de custos na identificação e mensuração de ativos e a objetividade na aplicação de um único procedimento de política contabilística e seu contributo relevante para garantir a harmonização contabilística entre as Administrações Portuárias.

2. Reconhecimento

2.1. Registo contabilístico

Para efeitos de reconhecimento e tendo em consideração a substância económica dos contratos de concessão em que as Administrações Portuárias beneficiam de contrapartidas na concessão de um direito de prestação de serviço público e/ou de ocupação de um espaço dominial para a realização de atividade portuária, será incorporada no ativo intangível da concedente a quantia correspondente ao valor do direito aos bens a reverter, com a

exceção das infraestruturas portuárias que serão incorporadas no ativo tangível da concedente. Consideram-se como infraestruturas portuárias os cais, terraplenos e molhes marítimos afetos diretamente à realização de operações portuárias.

O ativo intangível será reconhecido na conta 445 – Concessões – Bens a reverter (esta conta poderá ser subdividida em 4451 – Concessões – Bens a reverter em contratos de serviço público e 4452 – Concessões – Bens a reverter em contratos de usos privativos) por contrapartida da conta 282 - Rendimentos a reconhecer.

No caso específico das infraestruturas portuárias, o ativo tangível será reconhecido em subconta apropriada da conta 432 – Edifícios e outras construções por contrapartida da conta 282 - Rendimentos a reconhecer.

O ativo deverá ser amortizado/depreciado pelo período de vida útil económica estimado pela Administração Portuária, tendo em conta a afetação dos bens à atividade portuária por uma vida útil que não se esgota no horizonte da concessão. Os rendimentos serão reconhecidos numa base linear e anual, durante a vida útil do contrato até à data mais curta em que se estime que previsivelmente se virá a exercer o direito de reversão. As quantias correspondentes à diferença entre a amortização/depreciação do ativo intangível e o rendimento do período, incluídas nos resultados líquidos anuais, serão transferidas, no período imediatamente seguinte, para a conta 553 – Reservas não distribuíveis – Concessões.

No momento do exercício contratual da reversão, haverá lugar ao desreconhecimento do ativo intangível seguido do reconhecimento no ativo fixo tangível dos bens revertidos, por transferência do saldo da conta 445 – Concessões – Bens a reverter. O ativo tangível será depreciado por continuidade do período de vida útil económica estimado pela Administração Portuária. O saldo respetivo da conta 553 – Reservas não distribuíveis – Concessões será transferido para a conta 595 – Outras variações no capital próprio – Concessões.

2.2. Mensuração

A mensuração inicial será realizada pelo montante suportado pelo concessionário com a aquisição ou construção do ativo em causa. Este custo real do concessionário será obtido com base em informação contabilística a fornecer pelo concessionário. Eventuais custos adicionais ao longo da concessão serão incorporados nos períodos da sua realização.

2.3. Divulgação em anexo

Na nota 23 procedeu-se às divulgações aplicáveis (ver parágrafos 117 a 119 da NCRF 6), com especial ênfase para:

- Descrição dos bens, contratos e direitos de reversão envolvidos;

- Os critérios de reconhecimento;
- Os critérios de mensuração inicial e subsequente;
- As quantias brutas, amortizações/depreciações acumuladas.

2.4. Notas adicionais

Os contratos de concessão de serviço público poderão incluir cláusulas específicas sobre a reversão de bens e investimentos realizados nos últimos anos do período de concessão que impliquem o reconhecimento de ativos nas contas da concedente apenas no momento da efectiva realização desses investimentos. Sempre que um contrato de concessão incluir condição que implique o pagamento pela administração portuária de montante relativo à reversão de bens, essa condição dará lugar ao reconhecimento de passivo pela parte relativa à obrigação no momento em que esta obrigação se torne certa (ex.: nos contratos de concessão de serviço público que impliquem o pagamento de indemnização pelos investimentos realizados nos últimos 10 anos do contrato, apenas se procederá ao reconhecimento no momento da efectiva realização destes investimentos). Proceder-se-á, igualmente, aos restantes registos contabilísticos de reconhecimento do ativo, sendo a rubrica de rendimentos a reconhecer creditada pela diferença entre o montante dos ativos e dos passivos (indemnização contratual) reconhecidos. No caso específico dos contratos de concessão de usos privativos de bens dominiais não afetos à atividade portuária, que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos, o reconhecimento do ativo será realizado apenas no final do contrato, utilizando-se a subconta apropriada da 432 – Edifícios e outras Construções por contrapartida de 78 - Outros Rendimentos e Ganhos.

Proceder-se-á ao reconhecimento de passivo por imposto diferido, tendo em consideração a diferença temporária entre o apuramento anual de resultado e a tributação que ocorre no momento da realização efetiva da reversão dos bens. O apuramento anual de resultado decorre da aplicação do justo valor, ainda que baseado nos custos incorridos pelos concessionários, pelo que considerando o n.º 9 do art.º 18.º do CIRC a sua concorrência para a formação do lucro tributável ocorre no período de tributação em que o direito de reversão é exercido. Assim, a tributação em sede de IRC ocorrerá no ano da realização da reversão, ou seja no final do contrato de concessão.

d. Participações financeiras

A rubrica “participações financeiras – outros métodos” inclui os investimentos numa participada na qual a empresa não exerce controlo (o que ocorreria se a empresa controlasse directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral ou detivesse o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais) nem influência significativa (o que ocorreria se a empresa participasse nas decisões financeiras e operacionais da empresa o que geralmente ocorre nos investimentos que representam entre 20% a 50% do capital de uma empresa).

As participações financeiras são relevadas ao custo subtraído de qualquer perda por imparidade acumulada. Os dividendos são reconhecidos quando se estabelece o direito ao respectivo recebimento por parte da empresa, e são relevados em “Juros e outros rendimentos similares”.

e. Imparidade dos activos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou uma alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável, é efectuada uma avaliação de imparidade dos activos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”, ou na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)”, caso a mesma respeite a contas a receber.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de tal não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica supra referida. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

f. Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo é registado no activo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo

e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização/depreciação do activo, calculada conforme descrito acima, são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas referentes a bens adquiridos neste regime são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

g. Custos de empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo.

h. Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao custo médio de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade concedidos pelos fornecedores, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

Os produtos acabados e semi-acabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, e que é inferior ao valor de mercado.

i. Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e que o respectivo montante possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

j. Activos e Passivos Financeiros

Cientes

Nos termos da NCRF 27 as entidades podem utilizar dois métodos para mensurar as contas de clientes: i) o método do custo, ou ii) o método do custo amortizado.

A maioria das vendas é realizada em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente. Quando o crédito apresenta um prazo superior ao das condições normais de crédito, as contas de clientes são mensuradas ao custo amortizado utilizando o método do juro efectivo.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das

suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

Empréstimos e contas a pagar não correntes

Os empréstimos e as contas a pagar não correntes, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo amortizado.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

k. Activos e passivos contingentes

Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos ou não totalmente sob o controlo da entidade.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objecto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objecto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.

l. Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a “Imposto sobre o rendimento do período” representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respectivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

m. Rédito

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando: i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens; ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efectivo dos bens vendidos; iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada; iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transacções fluam para a empresa; e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os restantes réditos e gastos são registados de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos gerados são registados nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras contas a pagar ou a receber”.

n. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e pressupostos assumidos pelo órgão de gestão foram efectuados com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, e iii) provisões;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conheci-

mento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

o. Subsídios do governo

Na preparação das demonstrações financeiras a entidade regista os subsídios para investimento desde que seja certo que serão cumpridas as condições ao seu acesso e que os mesmos serão recebidos. Estes subsídios são reconhecidos na demonstração de resultados numa base sistemática e racional durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados.

No caso dos subsídios relacionados com rendimentos, os mesmos são reconhecidos quando cumpridas as condições do seu recebimento e afectos ao período em que ocorre o gasto relacionado.

p. Reformas antecipadas

A APS é responsável pelo pagamento de pensões de reforma antecipadas, aos trabalhadores e trabalhadoras que optaram pelo benefício previsto no Dec. Lei nº 467/99, de 6 de Novembro. Este decreto refere que, desde que se verificassem determinadas condições até 31 de Dezembro de 2002, era permitida a reforma antecipada dos trabalhadores ligados aos institutos e demais entidades portuárias, que fossem subscritores da Caixa Geral de Aposentações. Esta responsabilidade cessa quando os trabalhadores que tenham optado pela aposentação perfazam 36 anos de serviço ou 70 anos de idade.

As responsabilidades, determinadas com base no valor da pensão actual multiplicada pelo número de anos em que esse benefício ainda vai vigorar (tendo por base as condições da sua cessação), encontram-se cobertas por registo na rubrica Benefícios pós emprego - encargos D.L. 467/99 (ver Nota 8). Esta responsabilidade encontra-se registada ao seu valor nominal, por se considerar que qualquer ajustamento a efectuar decorrente do descontro destes valores não seria significativo.

q. Pensões de reforma

Nos termos do artigo nº 16 do Dec. Lei nº 337/98, de 3 de Novembro, a APS ficou obrigada a contribuir, em conjunto com as outras Administrações, para a manutenção do fundo de aposentações do INPP - Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos, criado pelo Dec. Lei nº 188/89, de 3 de Junho, relativamente aos aposenta-

dos que integravam o ex-departamento de pilotagem. A empresa possui ainda uma responsabilidade relacionada com o pagamento de pensões vitalícias, de sobrevivência e de sangue a alguns aposentados e aposentadas, previstas respectivamente no D.L. 498/72 de 9/12 e D.L. 125/94 de 18/5.

A partir do exercício de 2005 (inclusive), a empresa passou a adoptar a Norma Internacional de Contabilidade nº 19, face à entrada em vigor do SNC passou-se a aplicar a NCRF 28, que deriva da adaptação do anterior normativo, para reconhecimento destas responsabilidades (ver Nota 8).

O financiamento destas responsabilidades, as quais são avaliadas por estudo actuarial desenvolvido anualmente por entidade independente, foram registadas na rubrica Benefícios pós emprego (ver Nota 8).

Os desvios actuariais, caso existam, são registados em rubricas de Capital próprio.

r. Benefícios de acção social pós-emprego (assistência médico-medicamentosa e assistência hospitalar)

A empresa tem instituído determinados benefícios de acção social pós-emprego para os colaboradores e colaboradoras afectos(as) à Caixa Geral de Aposentações e seus familiares. O financiamento destas responsabilidades, as quais são avaliadas por estudo actuarial desenvolvido anualmente por entidade independente, foram registadas na rubrica Benefícios pós emprego (ver Nota 8).

A partir do exercício de 2005 (inclusive), a empresa passou a adoptar a Norma Internacional de Contabilidade nº 19. Face à entrada em vigor do SNC passou-se a aplicar a NCRF 28, que deriva da adaptação do anterior normativo, para reconhecimento destas responsabilidades (ver Nota 8).

s. Propriedades de investimento

Na mensuração das propriedades de investimentos a empresa utiliza o modelo do custo.

t. Periodização económica

A empresa regista os seus réditos e gastos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual os réditos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são facturados, sendo as diferenças registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos conforme detalhe na nota 20.

4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Não existem, em 31 de Dezembro do período de relato saldos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para utilização. Os saldos de caixa e seus equivalentes discriminam-se como se segue:

DISPONIBILIDADES

-euros-

DESCRIÇÃO	2012	2011	VARIAÇÃO %
Depósitos à ordem	7.579.368	1.566.558	383,82%
TOTAIS	7.579.368	1.566.558	383,82%

5. RÉDITOS, JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

-euros-

	2012	2011	VARIAÇÃO %
Vendas	1.532.955	1.420.135	7,94%
TUP - Navio	9.584.883	9.008.629	6,40%
Tarifa de Pilotagem	2.587.596	2.447.623	5,72%
Fornecimentos e Serviços	555.254	873.963	-36,47%
Concessões	17.127.099	16.061.946	6,63%
Licenciamentos	846.005	657.071	28,75%
Outros réditos	366.496	427.760	-14,32%
Subtotal - Vendas + Prestação de Serviços	32.600.288	30.897.127	5,51%
Juros de Depósitos	2.826	167.939	-98,32%
Dividendos	48.829	50.440	-3,19%
Outros réditos			n/a
Subtotal Rendimentos financeiros	51.655	218.379	-76,35%
TOTAL	32.651.943	31.115.506	4,94%

6. VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DE PRODUÇÃO E CUSTO DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

A APS tem como inventários as seguintes categorias de bens:

- Pedra destinada a prover as necessidades de conservação de molhes e taludes no montante de 292.182,71 € (2011: 292.182,71 €);
- Material de uso corrente para manutenção dos activos fixos tangíveis afectos à operação portuária, nomeadamente lanchas e skimmers no montante de 107.450,61 € (2011: 104.105,62 €);
- Equipamento de protecção individual dos serviços operacionais no montante de 10.371,26 € (2011: 12.155,43 €);
- Materiais diversos no montante de 15.942,53 € (2011: 15.898,12 €);

Não existem inventários escriturados pelo justo valor, não foram efectuados ajustamentos de inventários reconhecidos como gastos do período e não existem inventários dados como penhor de garantia a passivos. Os inventários à data de 31 de Dezembro de 2012 apresentam as seguintes classificações e montantes:

-euros-

DESCRIÇÃO	2012	2011	VARIAÇÃO %
Existências Iniciais	424.781	435.230	-2,40%
Compras / Produção	1.239.650	1.161.740	6,71%
Existências Finais	425.803	424.781	0,24%
Custo Das Existências	1.238.628	1.172.189	5,67%

7. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS

EXTERNOS

Para uma melhor compreensão apresenta-se quadro discriminativo das naturezas mais significativas de gastos em fornecimentos e serviços externos:

-euros-

DESCRIÇÃO	2012	2011	VARIAÇÃO %
Trabalhos Especializados	444.285	412.978	7,58%
Publicidade e Propaganda - Serviços	148.685	181.245	-17,96%
Vigilância Segurança	233.779	245.682	-4,85%
Conservação e Reparação	723.280	739.943	-2,25%
Manutenção Software e Hardware	247.666	160.210	54,59%
Electricidade	444.084	200.241	121,77%
Gasóleo	203.510	193.412	5,22%
Água	113.045	137.453	-17,76%
Transportes Pessoal	112.381	112.381	0,00%
Seguros	109.436	99.159	10,36%
Limpeza Higiene e Conforto	376.135	296.357	26,92%
Outros FSE	546.831	544.052	0,51%
TOTAIS	3.703.117	3.323.113	11,44%

8. GASTOS COM O PESSOAL

A redução nos gastos com o pessoal deve-se à redução do número de efectivos e à redução da rubrica relativa a indemnizações por cessação de funções.

Os gastos com pessoal no período de relato são discriminados por naturezas no quadro abaixo:

-euros-

DESCRIÇÃO	2012	2011	VARIAÇÃO %
Remunerações dos Órgãos Sociais	236.343	234.954	0,59%
Remunerações do pessoal	6.209.355	6.424.910	-3,35%
Benefícios pós-emprego	7.693	2.521	205,13%
Indemnização P/Cessação de Funções	166.376	274.675	-39,43%
Encargos sobre remunerações	1.181.701	1.160.412	1,83%
Seguros acidentes trabalho doen. profissionais	47.718	46.905	1,73%
Gastos de acção social	268.906	300.015	-10,37%
Outros gastos com o pessoal	138.918	157.479	-11,79%
TOTAIS	8.257.010	8.601.872	-4,01%

Durante o exercício o número médio de trabalhadores e trabalhadoras e o número de trabalhadores e de trabalhadoras no fim do período de relato era, respectivamente de 171 (2011: 177), e de 172, (2011: 176) e apresentava a seguinte distribuição:

INDICADORES	2012*	2011*
Dirigentes (Conselho de Administração)	3	3
Quadros Superiores	71	69
Quadros Médios	13	14
Profissionais Altamente Qualificados e Qualificados *	52	56
Profissionais Semi-qualificados	32	33
Profissionais não Qualificados	1	1
TOTAL	172	176

* Exclui 33 trabalhadores e trabalhadoras a exercer funções em concessionários no ano de 2011, e 30 no ano de 2012.

Responsabilidades assumidas por reformas antecipadas, pensões de reforma, benefícios sociais pós-emprego e outras

a) Conforme referido na Nota 3. q), a empresa é responsável pela manutenção do fundo de aposentações do INPP - Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos, criado pelo Dec. Lei nº 188/89, de 3 de Junho, relativamente aos aposentados que integravam o ex-departamento de pilotagem. A empresa possui ainda uma responsabilidade relacionada com o pagamento de pensões vitalícias de sobrevivência e de sangue a alguns aposentados e aposentadas.

Os estudos actuariais desenvolvidos por entidade independente, com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, para efeitos de apuramento nessas datas, das responsabilidades acumuladas, tiveram por base os seguintes pressupostos:

DATA DE REFERÊNCIA	31-12-2012	31-12-2011
Tábuas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábuas de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa de desconto	3,75%	4,75%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	1,75%
Taxa de inflação	2,00%	2,00%

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a cobertura das responsabilidades da Empresa registada em Balanço era a seguinte:

-euros-

BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO	31-12-2012	31-12-2011
Responsabilidades por serviços passados - pensionistas	463.018	642.674
Benefícios pós emprego em Balanço	463.018	642.674
Percentagem de cobertura	100,00%	100,00%

Conforme também referido na Nota 3. q), a empresa adopta como política contabilística para reconhecimento das suas responsabilidades com pensões de reforma, os critérios consagrados na Norma contabilística e de relato financeiro 28.

A evolução das responsabilidades por serviços passados entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2012, é discriminada seguidamente:

-euros-

PENSÕES VITALÍCIAS + SUBSÍDIO DE MORTE E FUNERAL	31-12-2012	31-12-2011
Saldo Inicial	-642.674	-673.515
Custo com serviços correntes	-196	-1.236
Custo financeiro	-28.964	-32.409
Ganhos e perdas actuariais	143.522	-11.153
Pensões pagas	65.293	75.639
Saldo Final	-463.019	-642.674

Os ganhos actuariais, que ascenderam a 189,8 milhares de euros, foram registados na rubrica de resultados transitados.

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros foram registados a débito da rubrica de gastos com pessoal.

b) Conforme referido na Nota 3. r), a empresa tem instituído determinados benefícios de acção social pós-emprego para os colaboradores e colaboradoras afectos(as) à Caixa Geral de Aposentações e seus familiares.

Os estudos actuariais desenvolvidos por entidade independente, com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, para efeitos de apuramento nessas datas, das responsabilidades acumuladas, tiveram por base os seguintes pressupostos:

DATA DE REFERÊNCIA	31-12-2012	31-12-2011
Tábuas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábuas de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa de desconto	3,75%	4,75%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	1,75%
Taxa de inflação	2,00%	2,00%

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a cobertura das responsabilidades da Empresa pela provisão em Balanço era a seguinte:

-euros-

CUSTOS DE ACÇÃO SOCIAL	31-12-2012	31-12-2011
Responsabilidades por serviços passados:	2.083.731	2.077.688
Custos de Acção Social em Balanço	2.083.731	2.077.688
Percentagem de cobertura	100%	100%

Conforme também referido na Nota 3. r), a empresa adopta como política contabilística para reconhecimento das suas responsabilidades com benefícios de acção social pós emprego, os critérios consagrados na Norma de Contabilidade e Relato Financeiro n.º 28.

A evolução das responsabilidades por serviços passados entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2012, é discriminada seguidamente:

-euros-

CUSTOS DE ACÇÃO SOCIAL	31-12-2012	31-12-2011
Saldo Inicial	-2.077.688	-2.404.299
Custo com serviços correntes	-22.024	-24.146
Custo financeiro	-96.546	-118.899
Ganhos e perdas actuariais	92.002	448.151
Benefícios pagos	20.525	21.505
Saldo Final	-2.083.731	-2.077.688

Os ganhos actuariais, os quais de acordo com o estudo actuarial ascenderam a 363,0 milhares de euros, foram registados na rubrica de Resultados Transitados.

O gasto dos serviços correntes e o gasto dos juros foram registados a débito da rubrica de gastos com pessoal.

c) Conforme referido na Nota 3. p), a empresa é responsável pelo pagamento de pensões de reforma antecipadas aos trabalhadores e às trabalhadoras que optaram pelo benefício previsto no Dec. Lei nº 467/99, de 6 de Novembro.

A variação nas responsabilidades (determinada a custos nominais) ocorrida no exercício, bem como o valor da provisão em Balanço é a seguinte:

-euros-

DEC. LEI 467/99	31-12-2012	31-12-2011
- Registo em Balanço no início do exercício	939	23.814
- Ganhos e Perdas Actuarais	0	939
- Benefícios Pagos	939	23.814
- Registo em Balanço no final do exercício	0	939
Percentagem de cobertura da Provisão	100%	100%

9. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Os outros rendimentos incluem os itens conforme descrito no seguinte quadro:

Outros rendimentos e ganhos

-euros-

DESCRIÇÃO	2012	2011*	VARIAÇÃO %
Mais valias contabilísticas	25.612	3.302	675,73%
Imputação Subsídios para investimento do governo	7.258.170	7.404.993	-1,98%
Rendimentos bens reversíveis - Ativos Tangíveis	4.069.341	2.825.575	44,02%
Outros rendimentos e ganhos	100.487	81.133	23,85%
TOTAIS	11.453.610	10.315.003	11,04%

* Os Rendimentos de bens reversíveis em 2011 decorrem da reexpressão das contas desse exercício.

10. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

-euros-

DESCRIÇÃO	2012	2011	VARIAÇÃO %
Juros e gastos similares suportados	0	11.484	-100,00%

11. ACTIVO FIXO TANGÍVEL

A composição e os movimentos ocorridos, por natureza, do activo fixo tangível e respectivas depreciações, no período de relato são como se indica nos quadros seguintes:

2012

-euros-

DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	ABATES	SALDO FINAL
Tangível-Terrenos/Recursos Naturais	4.749.399	0	0	0	0	4.749.399
Tangível-Edifícios/Construções	65.293.671	161.900	0	457.778	0	65.913.349
Activo Fixo Tangível - Bens do Domínio Público	359.346.137	13.730.355	0	20.507.007	0	393.583.498
Equipamento Básico	12.459.521	83.314	0	-398.446	-225	12.144.163
Equipamento de Transporte	1.514.154	139.745	-250.257	0	0	1.403.641
Equipamento Administrativo	3.689.239	54.301	0	205.779	-18.112	3.931.208
Activo Tangível-Outros	512.740	7.740	0	0	-2.491	517.989
Activo Tangível em Curso	20.519.007	3.750	0	-20.507.007	0	15.750
Subtotal	468.083.868	14.181.104	-250.257	265.111	-20.829	482.258.998
Activo Fixo Tangível - Bens reversíveis	55.193.916	9.691.650	0	0	0	64.885.566
TOTAL	523.277.784	23.872.754	-250.257	265.111	-20.829	547.144.564

As adições de Activos fixos tangíveis - bens domínio público, em 2011 e 2012, respeitam à construção da expansão do Molhe Leste, concluída no presente exercício.

2011

-euros-

DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	TRANSFERRÊNCIAS	ABATES	SALDO FINAL
Tangível-Terrenos/Recursos Naturais	4.749.399	0	0	0	0	4.749.399
Tangível-Edifícios/Construções	65.153.025	140.647	0	0	0	65.293.671
Activo Fixo Tangível - Bens do Domínio Público	359.299.249	46.888	0	0	0	359.346.137
Equipamento Básico	11.300.577	629.774	-25.937	555.108	0	12.459.521
Equipamento de Transporte	1.522.683	9.864	-16.645	0	-1.748	1.514.154
Equipamento Administrativo	3.571.611	117.628	0	0	0	3.689.239
Activo Tangível-Outros	248.001	264.739	0	0	0	512.740
Activo Tangível em Curso	756.302	20.317.812	0	-555.108	0	20.519.007
Subtotal	446.600.847	21.527.351	-42.582	0	-1.748	468.083.868
Activo Fixo Tangível - Bens reversíveis	35.834.242	19.359.674	0	0	0	55.193.916
TOTAL	482.435.089	40.887.025	-42.582	0	-1.748	523.277.784

O registo da linha “Activo Fixo Tangível - Bens reversíveis em 2011” decorre da reexpressão das contas desse exercício.

DEPRECIAÇÕES E IMPARIDADES ACUMULADAS DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

2012

-euros-

RÚBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
Terrenos	2.288.563	0	0	2.288.563
Tangível-Edifícios/Construções	18.458.598	2.597.072	443.013	21.498.683
Activo Fixo Tangível - Bens do Domínio Público	61.779.856	8.369.928	0	70.149.784
Equipamento Básico	6.415.526	1.108.620	-376.269	7.147.877
Equipamento de Transporte	1.110.735	242.316	-223.993	1.129.057
Equipamento Administrativo	3.050.643	266.368	181.896	3.498.906
Activo Tangível-Outros	237.845	11.957	-2.491	247.311
Subtotal	93.341.766	12.596.260	22.156	105.960.181
Activo Fixo Tangível - Bens reversíveis	5.814.646	1.168.489	0	6.983.135
TOTAL	99.156.412	13.764.749	22.156	112.943.316

A imparidade dos terrenos da ZAL ascende a 2.288.563 euros dos quais foram registados no exercício de 2011 340.563 euros. Esta imparidade foi determinada tendo por base uma avaliação efectuada em 2011 por entidade independente.

Não existem itens afectos como garantia de passivos.

2011

-euros-

RÚBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
Terrenos	1.948.000	340.563	0	2.288.563
Tangível-Edifícios/Construções	15.878.184	2.580.414	0	18.458.598
Activo Fixo Tangível - Bens do Domínio Público	53.583.038	8.196.818	0	61.779.856
Equipamento Básico	5.243.610	1.193.246	-21.330	6.415.526
Equipamento de Transporte	845.693	287.803	-22.761	1.110.735
Equipamento Administrativo	2.701.754	348.888	0	3.050.643
Activo Tangível-Outros	220.656	17.189	0	237.845
Subtotal	80.420.935	12.964.922	-44.091	93.341.766
Activo Fixo Tangível - Bens reversíveis	4.872.098	942.548	0	5.814.646
TOTAL	85.293.033	13.907.470	-44.091	99.156.412

O registo da linha “Activo Fixo Tangível - Bens reversíveis” em 2011 decorre da reexpressão das contas desse exercício.

Pela sua relevância nas demonstrações financeiras listam-se os bens que, nos termos do Decreto-Lei 337/98, são considerados bens de domínio público, afectos à APS e que não podem ser alienados ou onerados.

BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO

euros

DESCRIÇÃO	2012			2011
	VALOR DE AQUISIÇÃO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Ampliação do Molhe Leste do Porto de Sine	55.570.335	7.203.392	48.366.943	49.478.827
Terminal XXI Acessos terrestres com rotunda de nível	90.180	35.501	54.679	58.680
Talude de retenção do molhe Oeste	3.357.514	350.582	3.006.932	3.073.629
Viaduto Especial	2.909.883	882.965	2.026.917	2.124.600
Acessibilidades Rodo-Ferrovárias à Zona Leste Porto	12.776.734	4.319.726	8.457.009	9.095.274
Moinho de Monte Chãos pedra de Sines	79.824	50.706	29.118	37.059
Sinalização do Ramal ferroviário do Terminal XXI	923.375	720.753	202.622	318.406
Via-férrea	19.480	5.221	14.259	15.037
Regularização do talude a sul do posto 2 do TP	17.100	6.199	10.901	11.756
Iluminação do Molhe Leste	39.119	27.780	11.339	16.199
Molhe Oeste	87.043.725	13.530.424	73.513.301	74.976.252
Terraplenos do Terminal Petroleiro	4.080.167	3.774.154	306.013	714.029
Terraplenos do Terminal Petroquímico	2.444.110	2.260.801	183.308	427.719
Molhe do Porto de Pesca	2.993.815	426.169	2.567.646	2.613.702
Obras Interiores Porto de Pesca	3.754.749	840.295	2.914.454	3.009.233
Molhe do Porto de Recreio	4.144.262	514.293	3.629.969	3.685.601
Obras Interiores Porto Recreio	2.455.831	567.911	1.887.920	1.949.316
Ampliação da área de serviço (1ª fase)	33.574	1.538	32.036	17.464
Molhe do Porto de Construção	9.477.908	3.987.850	5.490.058	5.920.651
Obras Interiores Porto Construção	9.437.755	2.494.925	6.942.830	7.212.455
Molhe do Terminal de Carvão	77.404.071	11.018.454	66.385.617	67.576.391
Obras Interiores Terminal Carvão	50.541.695	9.735.389	40.806.306	41.859.372
Posto de Descarga Provisória de Carvão	2.618.689	654.497	1.964.192	2.034.974
Via Rápida 52	1.751.778	810.198	941.581	1.029.170
Via Rápida 53	4.696.135	2.044.368	2.651.767	2.898.443
Viaduto na VR 53	636.965	196.497	440.468	461.695
Ampliação do Terminal Multipurpose do Porto Sines	20.011.184	3.501.933	16.509.251	16.909.476
Terraplenos do Terminal Multipurpose	22.865	9.432	13.433	14.576
Sinalização Vertical na Área de Jurisdição da APS	29.351	6.726	22.624	26.293
2ª Fase de Ampliação do Molhe Leste do Porto Sines	34.221.325	171.107	34.050.218	0
TOTAIS	393.583.498	70.149.784	323.433.714	297.566.281

A APS tem compromissos contratuais para aquisição de activos fixos tangíveis no montante inferior a 1.000.000,00 euros (2011): 14.442.621,24 euros.

12. ACTIVO INTANGÍVEL

A composição e os movimentos ocorridos, por natureza, do activo fixo intangível no período de relato são como se indica nos quadros seguintes:

2012

-euros-

DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	TRANSFE-RÊNCIAS	ABATES	SALDO FINAL
Programas de computador	2.345.565	18.661	0	-265.111	0	2.099.114
Activo Intangível em Curso	92.630	37.075	0	0	0	129.706
Subtotal	2.438.195	55.736	0	-265.111	0	2.228.820
Activo Fixo Intangível - Bens reversíveis	12.240.222	12.923.828	0	0	0	25.164.050
TOTAL	14.678.417	12.979.563	0	-265.111	0	27.392.870

2011

-euros-

DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	TRANSFE-RÊNCIAS	ABATES	SALDO FINAL
Programas de computador	1.560.594	654.182	0	130.789	0	2.345.565
Activo Intangível em Curso	223.420	0	0	-130.789	0	92.630
Subtotal	1.784.013	654.182	0	0	0	2.438.195
Activo Fixo Intangível - Bens reversíveis	12.222.722	17.500	0	0	0	12.240.222
TOTAL	14.006.735	671.682	0	0	0	14.678.417

O registo da linha “Activo Intangível - Bens reversíveis” em 2011 decorre da reexpressão das contas desse exercício.

As respectivas depreciações foram as seguintes:

2012

-euros-

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
Programas de computador	1.486.010	355.863	-266.978	1.574.895
Activo Fixo Intangível - Bens reversíveis	4.319.066	1.075.527		5.394.593
TOTAIS	5.805.077	1.431.390	-266.978	6.969.489

Os activos intangíveis foram gerados por entidades externas. A generalidade dos itens de activos fixos intangíveis têm vida finita sendo amortizados conforme descrito anteriormente. Com excepção dos Bens Reversíveis, que estão na posse e em exploração pelos concessionários e que teriam sido registados como Ativos Fixos Tangíveis caso tivessem sido adquiridos para exploração pela APS, a empresa não detém qualquer outro activo fixo intangível cuja titularidade esteja restringida nem dado como garantia de passivos.

A APS tem compromissos contratuais para aquisição de activos fixos intangíveis no montante de 209.392,34 (2011: 229.717,14 euros).

2011

-euros-

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
Programas de computador	972.171	513.839	0	1.486.010
Activo Fixo Intangível - Bens reversíveis	3.802.232	516.834		4.319.066
TOTAIS	4.774.403	1.030.673	0	5.805.076

O registo da linha “Activo Intangível - Bens reversíveis” em 2011 decorre da reexpressão das contas desse exercício.

13. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – OUTROS MÉTODOS

A APS, SA participa nas sociedades seguintes, com as percentagens de capital indicadas:

ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.

SEDE:

Rua 24 de Julho nº 1 - 7000-171 Évora

PARTICIPAÇÃO: 3,6% no montante de 17.957 € (2010: 3,6% - 17.957 €)

CAPITAIS PRÓPRIOS 2012: 550.346 €

(2011: 607.529 €)

RESULTADO LÍQUIDO 2012: 1.588,00 €

(2011: 3.663,23 €)

O custo de aquisição desta participação foi de 17.956,72 e foi registada imparidade pelo mesmo valor em 2010

AICEP GLOBAL PARQUES – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, SA.

SEDE:

BlueBiz - Estrada do Vale da Rosa - 2910-845 Setúbal

PARTICIPAÇÃO 2011: 2,15% no montante

de 434.265 € (2010: 2,15% - 434.265 €)

CAPITAIS PRÓPRIOS 2011: 27.216.727 €

(2010: 27.172.167 €)

RESULTADO LÍQUIDO 2011: 2.389.225 €

(2010: - 2.468.165 €)

DIVIDENDOS ATRIBUÍDOS EM 2012 REFERENTES EXERC. 2011: 48.829 € (2011: 84.603)

EDAB – Empresa para o Desenvolvimento do Aeroporto de Beja, S.A.

SEDE:

Rua Fernando Namora nº 20 - 7800-502 Beja

PARTICIPAÇÃO: 1,25% no montante de 50.000,00 €

(2010: 1,25% - 50.000,00 €)

CAPITAIS PRÓPRIOS 2010: 20.815.802 €

(2009: 19.292.713 €)

RESULTADO LÍQUIDO: 0 € (2009: 5 €)

O custo de aquisição desta participação foi de 50.000,00 e foi registada imparidade pelo mesmo valor em 2010

A EDAB está em processo de liquidação.

14. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O valor do imposto corrente e os saldos verificados nos activos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 foi como segue:

IMPOSTO CORRENTE

-euros-

DESCRIÇÃO	2012	2011	VARIAÇÃO %
Imposto do período	3.306.338	2.985.678	10,74%
Imposto diferido	-408.707	277.491	-247,29%
Imposto corrente	2.897.630	3.263.169	-11,20%

IMPOSTOS DIFERIDOS

-euros-

DESCRIÇÃO	2012	2011	VARIAÇÃO %
Impostos diferidos Activos	1.564.659	639.560	144,65%
Impostos diferidos Passivos	70.667.370	70.581.629	0,12%

DECOMPOSIÇÃO DO IMPOSTO EM IMPOSTO CORRENTE E IMPOSTO DIFERIDO

-euros-

DESCRIÇÃO	2012	2011
Resultado antes de Imposto	12.620.353	10.535.321
Apuramento do Lucro Tributável (i)		
Variações Patrimoniais	(346.827)	(346.827)
Gastos não dedutíveis	1.117.734	2.028.956
Rendimentos não tributáveis	(2.234.459)	(1.875.898)
	(1.463.553)	(193.769)
Lucro Tributável	11.156.801	10.341.552

Taxa de imposto	25,00%	25,00%
Derrama	1,50%	1,50%
	2.956.552	2.740.511
Efeito 12,5% até 12.500€ do LT	-	(1.563)
Derrama estadual	312.840	208.539
Tributação autónoma	36.945	38.191
Impostos diferidos	(408.707)	277.491
Imposto sobre o rendimento	2.897.630	3.263.169
Imposto s/ rendimento corrente	3.306.338	2.985.678
Imposto s/ rendimento diferido	(408.707)	277.491

DECOMPOSIÇÃO DO IMPOSTO EM IMPOSTO CORRENTE E IMPOSTO DIFERIDO

-euros-

DESCRIÇÃO	2012	2011
Imposto s/ rendimento	2.897.630	3.263.169
Taxa efectiva de imposto	23,0%	31,0%
(i) Apuramento do Lucro Tributável		
Variações Patrimoniais	(346.827)	(346.827)
Gastos não dedutíveis		
Provisões não dedutíveis	928.850	1.190.088
Gastos com benefícios pós emprego	143.829	177.091
Outros	45.055	661.776
	1.117.734	2.028.956
Rendimentos não tributáveis		
Resultado decorrente do registo de bens reversíveis	(1.837.693)	(1.366.193)
Redução de Provisões não tributadas	(149.467)	(21.599)
Outros	(247.300)	(488.106)
	(2.234.459)	(1.875.898)
	(1.463.553)	(3.792.457)

A taxa aplicada em 2012 para cálculo dos impostos diferidos foi de 28,10%, a qual resulta do apuramento de uma taxa média teórica ponderada pela taxa de 3% para resultados superiores a 1,5 milhões de euros por aplicação da derrama estadual e de 5% para resultados superiores a 10 milhões de euros. No cálculo dos impostos diferidos referentes a 2011 a empresa utilizou a taxa de 28,10%.

IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS

2012

-euros-

IMPOSTO DIFERIDOS ATIVOS 2012	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REDUÇÕES	SALDO FINAL
Impostos diferidos - Efeito de transição POC vs SNC	793.631		99.977	693.655
Casa de Santo André	44.558		1.074	43.484
Imparidades de clientes 2011	73.169	10.189	83.273	85
ID - Estudo actuarial	174.570	2.461.055	88.876	2.546.749
ID - Provisão para reestruturação	1.190.087	928.851	148.393	1.970.545
Pedreira (anos 2008 e 2009)		313.664		313.664
TOTAL	2.276.016	3.713.758	421.592	5.568.182
Imposto diferido activo (taxa 28,1%)	639.560	1.043.566	118.467	1.564.659

2011

-euros-

IMPOSTO DIFERIDOS ATIVOS 2011	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REDUÇÕES	SALDO FINAL
Impostos diferidos - Efeito de transição POC vs SNC	1.140.457		346.827	793.630
Casa de Santo André	45.632		1.074	44.558
Imparidades de clientes 2011	207.204		134.035	73.169
ID - Estudo actuarial	190.377		15.807	174.570
ID - Provisão para reestruturação		1.190.088		1.190.087
Pedreira (anos 2008 e 2009)	313.664		313.664	0
TOTAL	1.897.334	1.190.088	811.407	2.276.014
Imposto diferido activo (taxa 28,1%)	533.151	334.415	228.005	639.560

2012

-euros-

IMPOSTO DIFERIDOS PASSIVOS 2012	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REDUÇÕES	SALDO FINAL
Subsídios para investimento	243.231.453	5.872.429	7.404.993	241.698.889
Bens Reversíveis	7.948.721	1.837.693		9.786.414
TOTAL	251.180.174	7.710.121	7.404.993	251.485.303
Imposto diferido activo (taxa 28,1%)	70.581.629	2.166.544	2.080.803	70.667.370

2011

-euros-

IMPOSTO DIFERIDOS PASSIVOS 2011	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REDUÇÕES	SALDO FINAL
Subsídios para investimento	242.499.866	8.136.580	7.404.993	243.231.453
Bens Reversíveis	5.874.673	2.074.048		7.948.721
TOTAL	248.374.539	10.210.628	7.404.993	251.180.174
Imposto diferido activo (taxa 28,1%)	69.793.245	2.869.187	2.080.803	70.581.629

O registo das linhas “Bens reversíveis...” em 2011 decorre da reexpressão das contas desse exercício.

O registo de impostos diferidos passivos respeita a subsídios para activos fixos, tangíveis e intangíveis em capitais próprios e ao proveito (liquido de amortizações) dos activos fixos tangíveis e intangíveis, reversíveis no final das concessões.

15. CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a rubrica Clientes apresentava as seguintes maturidades:

DÍVIDAS DE CLIENTES

-EUROS-

DESCRIÇÃO	2012	2011	VARIAÇÃO %
Antiguidade < 90 dias	6.819.312	7.010.577	-2,73%
Antiguidade 90 -180 dias	104.808	90.032	16,41%
Antiguidade > 180 dias	397.991	261.386	52,26%
TOTAIS	7.322.111	7.361.996	-0,54%

IMPARIDADES DE CLIENTES

-EUROS-

DESCRIÇÃO	2012	2011	VARIAÇÃO %
Cumprimento do Critério Fiscal	175.003	104.634	67,25%
Diferencial segundo Critério Económico	85	73.169	-99,88%
TOTAIS	175.088	177.803	-1,53%

16. CAPITAL E RESERVAS E OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Os saldos a 31 de Dezembro de 2012 e 2011 de 80.000.000,00 Euros compreendem 16.000 acções com um valor nominal cada de 5,00 Euros, as quais se encontram integralmente liberadas.

O Código das Sociedades Comerciais estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, no entanto o Dec. Lei 337/98 determina que a reserva legal seja no mínimo de 10% até que esta represente pelo menos 20% do capital. No caso da APS, e por força do disposto no n.º 1 do art.º 17 dos estatutos, o mínimo a afectar ao reforço da

reserva legal é de 10% do resultado líquido. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da entidade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporada no capital.

O registo dos bens reversíveis gera um resultado não tributável nem distribuível devido ao facto de não ter sido efectuada a tradição dos bens.

Os instrumentos desta natureza discriminam-se no quadro seguinte:

-EUROS-

RUBRICAS	2012	2011	VARIAÇÃO %
Outros Instrumentos de Capital Próprio	4.500.000	4.500.000	0,00%
Reserva Legal	4.029.234	3.192.168	26,22%
Reservas Livres	8.116.206	8.116.206	0,00%
Reserva Indisponível - Constituição Capital	33.460.926	33.460.926	0,00%
Reserva indisponível - Bens reversíveis	5.715.131	4.732.838	20,75%
TOTAIS	55.821.497	54.002.138	3,37%

Destes instrumentos destacam-se o terreno desanexado do domínio público para instalação da Zona de Atividades Logísticas intraportuária determinada pelo Dec.-Lei 94/2003 de 30 de Abril que prevê a sua contabilização para aumento de capital e a Reserva Constituição Capital resultante do processo de transformação de instituto público para sociedade anónima DL n.º 337/98 de 3 de Novembro.

17. PROVISÕES

2012

euros

DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	UTILIZAÇÃO	SALDO FINAL
Provisões para Processos Judiciais em Curso	50.000	1.731			51.731
Recuperação paisagística da Pedreira	1.215.672	157.262		231.010	1.141.923
Outras Provisões	49.546		1.074		48.472
Provisões-Reestruturação	1.190.088	928.850		148.393	1.970.546
TOTAIS	2.505.306	1.087.842	1.074	379.403	3.212.672

2011

euros

DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	UTILIZAÇÃO	SALDO FINAL
Provisões para Processos Judiciais em Curso	62.508			12.508	50.000
Recuperação paisagística da Pedreira	1.066.860	156.832		8.020	1.215.672
Outras Provisões	50.617		1.071		49.546
Provisões-Reestruturação		1.190.088			1.190.088
TOTAIS	1.179.985	1.346.920	1.071	20.528	2.505.306

A empresa constituiu provisão para reestruturação, para fazer face a incentivos por atribuir, a trabalhadores e trabalhadoras que reunissem condições legais de aposentação antecipada, e a requeressem, pelos anos em falta para atingir a idade limite de aposentação (70 anos). Nos exercícios de 2011 e 2012 esta provisão foi registada por contrapartida da Demonstração de Resultados – provisões.

18. FORNECEDORES E FORNECEDORES DE INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a rubrica Fornecedores apresentava as seguintes maturidades:

-euros-

DESCRIÇÃO	2012	2011	VARIAÇÃO %
Antiguidade < 90 dias	2.244.991	4.536.611	-50,51%
Antiguidade 90 - 180 dias	213	500	-57,46%
Antiguidade > 180 dias		225.998	-100,00%
TOTAIS	2.245.204	4.763.109	-52,86%

19. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a rubrica Estado e Outros Entes Públicos apresentava os seguintes valores a pagar ao Estado:

-euros-

DESCRIÇÃO	2012	2011	VARIAÇÃO %
Imposto sobre o Valor Acrescentado	583.877	563.369	3,64%
Imposto s/ Rend. P. Colectivas (liquido pagamentos p/conta)	680.078	909.880	-25,26%
Imposto sobre o Rend. P. Singulares	155.881	161.945	-3,74%
Contribuições para a Segurança Social	207.828	184.417	12,70%
TOTAIS	1.627.664	1.819.610	-10,55%

Não existiam débitos em mora em 31/12/2012.

O saldo credor do IRC decompõe-se como se segue:

-euros-

DESCRIÇÃO	2012	2011	VARIAÇÃO %
Pagamentos por conta	2.205.696	1.820.774	21,14%
Pagamentos adicionais por conta	227.871	121.972	86,82%
Retenção na fonte	192.693	133.052	44,83%
Estimativa de imposto	-3.306.338	-2.985.678	-10,74%
TOTAIS	-680.078	-909.880	25,26%

20. OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR

A rubrica de outras contas a receber em 2011 e 2012 corresponde essencialmente ao subsídio ao investimento relacionado com a expansão do Molhe Leste.

As outras Contas a pagar incluem credores por acréscimos de gastos relativos a direitos adquiridos por trabalho prestado (férias e subsídio de férias a pagar no exercício de 2013 na sequência do acórdão do Tribunal Constitucional 187/2013 de 5 de Abril) e outras naturezas conforme detalhe do quadro seguinte:

-euros-

ACTIVO	2012	2011	VARIAÇÃO %
Outras Contas a receber	1.728.529	8.576.440	-79,85%
Devedores por acréscimos	1.079.559	691.114	56,21%
Outras Contas a receber	648.969	7.885.326	-91,77%
Gastos a reconhecer	673.469	555.808	21,17%
Seguros	65.399	19.261	239,55%
Direito Superfície - terreno IAPMEI	64.313	0	n/a
Outros Gastos Antecipados	66.247	40.331	64,26%
Redução área TGLS	477.510	496.216	-3,77%
PASSIVO	2012	2011	VARIAÇÃO (A-B) / B
Outras contas a pagar	4.772.509	5.402.834	-11,67%
Encargos Com Férias e Sub. Férias	1.027.283	550.002	86,78%
IPTM	360.851	342.008	5,51%
Credores por acréscimos de gastos - Outros	281.031	403.017	-30,27%
Outras contas a pagar não corrente – Bens reversíveis	1.501.061	0	n/a
Outras contas a pagar corrente	1.602.283	4.107.806	-60,99%
Rendimentos a reconhecer	75.811.900	57.191.598	32,56%
Rendimentos a reconhecer não corrente	61.854.030	46.083.654	34,22%
Rendimentos a reconhecer corrente	6.978.935	5.553.972	25,66%
Rendimentos de Clientes	165.498	79.390	108,46%
Acréscimo proveitos - Concessões	2.216.585	2.150.676	3,06%
Rendimentos bens reversíveis*	4.542.750	3.268.050	39,00%
Outros rendimentos a reconhecer	54.102	55.855	-3,14%

*O registo das linhas “Rendimentos a reconhecer não corrente” na sua totalidade e “Rendimentos a reconhecer corrente” de forma significativa em 2011 decorrem da reexpressão das contas desse exercício.

A variação da rubrica de Outras Contas a pagar respeita essencialmente ao saldo relacionado com o fornecedor da empreitada do Molhe Leste.

21. PARTES RELACIONADAS

Remunerações do pessoal-chave da gestão:

-euros-

DESCRIÇÃO	2012	2011	VARIAÇÃO %
Total de remunerações	184.839	240.858	-23,26%
Total de benefícios de curto prazo	40.526	50.534	-19,80%

22. RECONHECIMENTO E REGISTO DE BENS REVERSÍVEIS

As concessões que se enquadram na política contabilística adoptada pelas AP's e descrita na nota 3) c. são as seguintes:

CONCESSÃO	Terminal Petroquímico
Concessionário	REPSOL POLIMEROS, LDA.
Data de início	2006/01/01
Prazo	20 anos
Equipamentos	Não tem bens reversíveis passíveis de registo de acordo com a política contabilística adoptada para esse efeito.
Reversão do estabelecimento da concessão pelo decurso do prazo	Os bens afectos à concessão reverterão para a APS, livres de qualquer ónus ou encargos, salvo aqueles cuja oneração ela tiver consentido, tendo a Repsol direito a uma indemnização respeitante, exclusivamente, aos investimentos e encargos com manutenção e conservação por si efectuados no objecto da concessão e que ainda não se encontrem amortizados pelo decurso do prazo, correspondente ao respectivo valor líquido contabilístico (nº 4 cl. 12ª)

CONCESSÃO	Terminal Multipurpose do Porto de Sines
Concessionário	PORTSINES-TERMINAL MULTIPURPOSE DE SINES, S.A.
Data de início	1992/05/02
Prazo	25 anos
Equipamentos	Ver quadro seguinte
Reversão do estabelecimento da concessão pelo decurso do prazo	Os bens afectos à concessão reverterão gratuitamente para a Concedente, livres de quaisquer ónus ou encargos, salvo aqueles cuja oneração ela tiver consentido (cl. XXXIV). A concessionária terá no entanto direito a uma indemnização correspondente ao valor histórico, líquido de amortizações, dos investimentos realizados nos últimos cinco anos em equipamento para movimentação de carga geral, com exclusão do carvão, desde que tais investimentos tenham sido aprovados por escrito pela Concedente (nº 5 cl. X)

A aplicação da política contabilística adoptada determinou o registo dos ativos seguintes com valores registados a 31/12/2012.

- euros -

DESIGNAÇÃO DOS BENS COM REVERSÃO	VALOR AQUISIÇÃO	DEPRECIAÇÃO AC.	VALOR CONTABILÍSTICO
Cobertura parque estacionamento	5.600	1.727	3.873
Separadores de Hidrocarbonetos	37.126	8.972	28.154
Edifício EAC	123.130	43.609	79.521
Drenagem e Pavimentação entre Torres TS2-TS11-TS12	3.851	2.969	883
Edifício Administrativo	4.146.045	1.865.720	2.280.325
Vedações Ligeiras - ISPS CODE	14.131	7.164	6.968
Vedação Parque dos Resíduos	3.180	1.458	1.723
Válvula Mural para a ETAR	3.950	1.613	2.337
Unidade de Tratamento de absorventes contaminados	880	308	572
Bobcat S220	17.500	4.583	12.917
Soma	4.355.394	1.938.122	2.417.272

CONCESSÃO	Serviço Público de Abastecimento de Bancas por Meios Terrestres Fixos nos Terminais Petroléiro e Petroquímico
Concessionário	PETRÓLEOS DE PORTUGAL - PETROGAL, S.A.
Data de início	2003/06/01
Prazo	10 anos + 5 anos
Equipamentos	Ver quadro seguinte
Reversão do estabelecimento da concessão pelo decurso do prazo	A reversão para a concedente dos bens afectos à concessão será feita livre de ónus ou encargos, à excepção daqueles cuja oneração a concedente tiver consentido e mediante o pagamento à concessionária do montante que for fixado por avaliação, efectuada por entidade independente, a designar por mútuo acordo ou, na sua falta, pelo presidente do Tribunal da relação de Évora, a qual terá por base o estado de operacionalidade e o tempo de vida útil dos equipamentos, à data da avaliação (nº 4 cl. 14ª)

A aplicação da política contabilística adoptada determinou o registo dos ativos seguintes com valores registados a 31/12/2012.

- euros -

DESIGNAÇÃO DOS BENS COM REVERSÃO	VALOR AQUISIÇÃO	DEPRECIAÇÃO AC.	VALOR CONTABILÍSTICO
TANQUE GASÓLEO - APS	142.196	33.574	108.622

CONCESSÃO	Porto de Pesca de Sines
Concessionário	DOCAPESCA - PORTOS E LOTAS, S.A.
Data de início	1994/09/28
Prazo	25 anos
Infra-estrutura	Não disponível
Equipamentos	Ver quadro seguinte
Reversão do estabelecimento da concessão pelo decurso do prazo	No termo da concessão a concessionária entregará à concedente, sem direito a qualquer indemnização, o porto de pesca concedido, com todas as instalações que recebeu ou tiverem sido posteriormente construídas pela concedente (nº 1 cl. 15ª)

A aplicação da política contabilística adoptada determinou o registo dos ativos seguintes com valores registados a 31/12/2012.

- euros -

DESIGNAÇÃO DOS BENS COM REVERSÃO	VALOR AQUISIÇÃO	DEPRECIACÃO AC.	VALOR CONTABILÍSTICO
Ed. Armazéns Aprestos, Obras Construção	367.729	176.203	191.525
Módulos Ap. Rampa Varadouro, Construção	175.480	35.827	139.653
Módulos Ap. Rampa Varadouro, Vedações	5.430	1.848	3.582
Ed. Fabrica Gelo (Edifício B), Obra Construção	160.472	32.094	128.378
Ed. Fabrica Gelo, Vedação Área Envolvente	3.718	1.239	2.479
Posto Transformação 800KVA (Porto Pesca)	87.168	15.618	71.550
Soma	799.997	262.830	537.168

CONCESSÃO	Terminal de Granéis Líquidos e da Gestão Integrada de Resíduos do Porto de Sines
Concessionário	CLT - COMPANHIA LOGÍSTICA DE TERMINAIS MARÍTIMOS, S.A.
Data de início	2008/08/01
Prazo	30 anos
Equipamentos	Não tem bens reversíveis passíveis de registo de acordo com a política contabilística adoptada para esse efeito.
Reversão do estabelecimento da concessão pelo decurso do prazo	Com excepção das instalações desmontáveis, que poderão ser livremente retiradas pela Concessionária a expensas suas, reverterem para a Concedente todos os bens que integram o estabelecimento da Concessão, livres de ónus ou encargos, em bom estado de conservação, funcionamento e segurança. Exceptuam-se, quanto ao direito de indemnização, os investimentos de substituição ou de actualização tecnológica realizados pela Concessionária durante os últimos 8 (oito) anos de vigência do Contrato, mediante aprovação expressa da Concedente, no caso em que esta tenha assumido o compromisso de indemnizar aquela, no termo do prazo da Concessão, pelo respectivo valor contabilístico actualizado líquido de amortizações (cl. 30ª)

CONCESSÃO	Terminal de Contentores do Porto de Sines
Concessionário	PSA SINES - TERMINAIS DE CONTENTORES, S.A.
Data de início	1999/09/28
Prazo	30 anos
Equipamentos	Ver quadro seguinte
Reversão do estabelecimento da concessão pelo decurso do prazo	Todos os Bens Imóveis e Móveis serão transferidos para a APS em estado de conservação razoável (tendo em consideração o desgaste natural dos bens), e em consideração pelo mesmo, a APS pagará ao Concessionário uma quantia por cada um dos Bens assim transferidos com base na fórmula seguinte: Preço do bem X Restante tempo de vida / Tempo de vida A aquisição de qualquer equipamento nos últimos oito (anos) do Prazo de Duração deverá ser aprovada pela APS e as obrigações da APS determinadas nesta secção 15 só serão aplicadas relativamente ao equipamento cuja aquisição tenha sido por ela aprovada (Secção 15)

A aplicação da política contabilística adoptada determinou o registo dos ativos seguintes com valores registados a 31/12/2012.

- euros -

DESIGNAÇÃO DOS BENS COM REVERSÃO	VALOR AQUISIÇÃO	DEPRECIACÃO AC.	VALOR CONTABILÍSTICO
Cais de Acostagem	20.390.617	3.840.233	16.550.384
Cais de Acostagem	34.423	5.737	28.686
Cais de Acostagem	19.359.674	613.056	18.746.618
Cais de Acostagem	8.016	922	7.094
Cais de Acostagem	6.580	658	5.922
Parque de Contentores	7.803.141	1.469.592	6.333.549
Parque de Contentores	10.550	1.758	8.792
Parque de Contentores	9.248	1.048	8.200
Parque de Contentores	1.340.089	107.207	1.232.881
Parque de Contentores	1.231.755	121.123	1.110.632
Plataforma de caminho-de-ferro	4.021.314	690.326	3.330.989
Plataforma de caminho-de-ferro	978.509	66.865	911.644
Parque de Contentores	9.691.650	64.611	9.627.039
Edifício Administrativo	2.756.002	519.047	2.236.955
Edifício Alfândega	449.001	30.682	418.320
Acesso pedonal	37.478	1.562	35.916
Edifício Cantina-melhoramentos	51.965	866	51.099
Grua de Cais#05	6.218.260	259.094	5.959.166
Edifício Nova Portaria	40.512	675	39.837
Edifício Balneários-extensão	187.197	3.120	184.077
Grua de Cais#04	6.425.893	294.520	6.131.373
Soma	81.051.875	8.092.701	72.959.174

CONCESSÃO	Estação Bombagem LPG
Concessionário	SIGÁS - ARMAZENAGEM DE GÁS, ACE
Data de início	20-10-2000
Prazo	15 anos
Equipamentos	Ver quadro seguinte
Reversão do estabelecimento da concessão pelo decurso do prazo	A extinção da Concessão produzirá os efeitos previstos nos artigos 26º, 27º e 28º do Decreto-Lei nº 468/71, de 5 de Novembro, nomeadamente, findo o prazo da concessão, as instalações fixas reverterão gratuitamente para a Concedente.

A aplicação da política contabilística adoptada determinou o registo dos ativos seguintes com valores registados a 31/12/2012. A aplicação da política contabilística adoptada determinou o registo dos ativos seguintes:

- euros -

DESIGNAÇÃO DOS BENS COM REVERSÃO	VALOR AQUISIÇÃO	DEPRECIAÇÃO AC.	VALOR CONTABILÍSTICO
CONSTRUÇÃO CIVIL	3.700.154	2.050.502	1.649.652

23. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

SUBSÍDIOS PARA INVESTIMENTOS

- euros -

DESCRIÇÃO	2012			2011
	VALOR DE AQUISIÇÃO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	VALOR LIQUIDO	VALOR LIQUIDO
Acessibilidades Rodoferroviárias à Zona Leste - T	9.273.158	2.824.718	6.448.440	6.935.115
ACESSO FERROV T.C.G. LINHA FERREA	580.225	212.417	367.809	402.023
ACESSO FERROV T.C.G. PLAT. BETÃO	71.044	26.009	45.035	49.225
Ampliação do molhe Leste XXI	29.762.944	3.593.166	26.169.778	26.754.578
Ampliação do molhe Leste XXI - Subsidio FEDER	912.105	42.348	869.757	889.302
Cartão Único Portuário CUP - Subsidio	125.000	25.136	99.864	108.017
EMBARCAÇÃO DE COMBATE À POLUIÇÃO	101.340	79.056	22.284	35.018
ESTAÇÃO METEREOLÓGICA	7.545	7.545	0	
ESTUDO PROLONG MOLHE LESTE XXI 2ª FASE	78.750	32.250	46.500	46.500
FEDER-ENVIREG - EMBARCAÇÃO RECOLHA HIDROCARBONETOS	191.674	191.674	0	0
FEDER ENVIREG - VIATURA PESADA COMBATE A INCÊNDIOS	135.336	135.336	0	17.035
FEDER-MOLHE OESTE	54.713.096	5.902.115	48.810.980	49.754.188
Infraest. Alta disponibilidade - Comon. Seg. dados	197.906	66.710	131.196	157.880
MOLHE DO PORTO DE CONSTRUÇÃO	8.163.322	2.673.264	5.490.058	5.920.651
MOLHE DO PORTO DE PESCA	1.853.045	185.678	1.667.367	1.697.275
MOLHE DO PORTO DE RECREIO	2.693.043	233.973	2.459.070	2.496.757
MOLHE DO TERMINAL DO PORTO DE CARVÃO	73.778.336	7.392.718	66.385.617	67.576.391
OBRAS INTERIORES DO PORTO DE CONSTRUÇÃO	8.616.749	1.673.919	6.942.830	7.212.455
OBRAS INTERIORES DO PORTO DE PESCA	2.163.170	376.183	1.786.987	1.845.101
OBRAS INTERIORES DO PORTO DE RECREIO	1.543.686	259.311	1.284.375	1.326.143
OBRAS INTERIORES DO TERMINAL DO PORTO DE CARVÃO	47.344.090	6.537.784	40.806.306	41.859.372
POAT-Const. Circulação Rodoviária Acesso ZAL P. Recreio	693.522	183.442	510.080	545.667
POSTO DE DESCARGA PROVISÓRIO DE CARVÃO	2.403.629	439.436	1.964.192	2.034.974
RODOVIA LESTE P.SINES-FUNDO CO - VR53	3.178.993	1.163.808	2.015.185	2.202.644
Sistema integrador comunicações AIS - Subsidio	109.934	109.934	0	
Sistema recep. Alarmes Vigilância Vídeo - Subsidio	260.016	114.531	145.485	182.630
Sub. Ampliação Molhe Leste XXI 2ª Fase	13.724.238	68.621	13.655.617	7.998.632
Sub. Aplic. Inform. Suporte modelos matemáticos	19.980	19.980	0	6.244

- euros -

DESCRIÇÃO	2012			2011
	VALOR DE AQUISIÇÃO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	VALOR LIQUIDO	VALOR LIQUIDO
Sub - Cartão Único Portuário CUP	253.118,59	17.138,24	235.980,35	
Sub - Módulo SAP Recursos Humanos	165.933	78.357	87.576	2.745.856
Subsídio Infra-estrutura ZAL + Edif. A9	2.633.322	265.470	2.367.853	2.420.765
Subsídio lancha pilotos e outros	1.193.405,71	1.193.405,71	0	321.130
Subsídio PCOM + JUP - Centro de Suporte/HelpDesk	616.839	616.839	0	0
Sub Sist. Informação Geográfica SIG	64.198	22.011	42.187	64.198
Subs. Plan. Controlo Operações Marítimo-Portuárias	54.699	0	54.699	473.750
Sub. Talude de retenção Molhe Oeste do Porto Sines	2.983.594,57	297.323,31	2.686.271,26	
Sub. Upgrade de UPS do Datacenter	14.148	14.148	0	0
TERMINAL MULTIPURPOSE PORTO SINES	5.626.459	736.034	4.890.425	5.008.981
TERRAPLENOS DO TERMINAL PETROLEIRO	2.839.116	2.533.103	306.013	427.719
TERRAPLENOS DO TERM. PETROQUIMICO	1.700.693	1.517.385	183.308	714.029
VIADUTO ESPECIAL DE ACESSO AO TERM. PET.	1.708.698	400.938	1.307.759	1.029.170
VIADUTO VR52	572.255	134.277	437.978	1.372.340
VIA RAPIDA VR52 (NORTE)	1.485.362	543.781	941.581	459.606
VIATURA COMBATE A INCENDIOS 10-20-FR	77.021	68.720	8.302	19.371
VTS Vessel Trafic Sistem	465.791	441.646	24.145	120.724
TOTAL			241.698.889	243.231.453,11

A APS concluiu a ampliação do Molhe Leste, tendo contratado com o Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT) a atribuição de subsídio no montante até 13.641.749,53 euros.

Face ao contrato referido e aos valores já recebidos, foi reconhecido nas contas da empresa (rúbrica contas a receber) o valor remanescente do subsídio contratualizado que a empresa ainda prevê receber no montante de 646.267,09 euros.

Subsídios para exploração

Os subsídios desta natureza no exercício do relato foram no montante de 17.460 euros (2011: 6.296 euros).

24. MATÉRIAS AMBIENTAIS

A empresa no âmbito do desenvolvimento da sua actividade incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um gasto nos resultados operacionais do exercício.

Os dispêndios de carácter ambiental incorridos para preservar recursos ou para evitar ou reduzir danos futuros, e que se considera que permitem prolongar a vida ou aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros activos detidos pela empresa, são capitalizados. Os dispêndios capitalizados durante os últimos exercícios encontram-se descritos nas duas primeiras linhas do quadro seguinte.

A empresa detém a exploração de uma pedreira situada na sua área de jurisdição, estando obrigada a promover a respectiva recuperação paisagística. Para fazer face a esse encargo tem constituído sistematicamente uma provisão que no termo do exercício de relato é de (ver nota 17).

Os dispêndios de carácter ambiental reconhecidos como um gasto nos resultados dos últimos exercícios foram os seguintes:

DESPESAS DE CARÁCTER AMBIENTAL

- euros -

DESCRIÇÃO	2012	2011	VARIAÇÃO %
Investimento em equipamento ambiental	0	67.319	-100,00%
Análises do ar, água e areia	103.360	85.921	20,30%
Donativos Mecenato Ambiental (Comparticipação projecto GISA)	2.700	2.700	0,00%
Totais	106.060	155.940	-31,99%

25. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

A composição e os movimentos ocorridos, por natureza, do activo registado como propriedades de investimento no período de relato são como se indica nos quadros seguintes:

2012

-euros-

	SALDO INICIAL	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	ABATES	SALDO FINAL
Propriedades de Investimento	93.118					93.118

2011

-euros-

	SALDO INICIAL	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	ABATES	SALDO FINAL
Propriedades de Investimento	93.118					93.118

As respectivas depreciações são as seguintes:

2012

-euros-

	SALDO INICIAL	REFORÇO	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
Propriedades de Investimento	15.258	1.839	0	17.097

2011

-euros-

	SALDO INICIAL	REFORÇO	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
Propriedades de Investimento	13.418	1.839		15.258

As propriedades de investimento detidas pela APS caracterizam-se por edifícios de habitação e atingem à data do relato o montante de 93.118 euros, sendo o valor líquido de 76.021 euros.

O critério de mensuração é o previsto na NCRF n.º 11 parágrafo 58 (modelo do custo).

Não se indica o justo valor das propriedades de investimento por não se justificar a avaliação devido ao seu reduzido valor e carácter residual.

26. GARANTIAS

Os valores de garantias e retenções prestadas à APS, SA por clientes e fornecedores, para garantir a boa execução de contratos, não relevados no balanço detalham-se no quadro seguinte:

-euros-

GARANTIAS A FAVOR DA EMPRESA	2012	2011
Garantias ou Seguros Caução denominadas em EUR	15.053.478	16.487.595
Garantias ou Seguros Caução denominadas em USD	2.000.000	2.000.000
Depósitos Caução	172.158	144.947

A APS para acautelar a recuperação paisagística da pedreira, situada na sua área de jurisdição e cuja exploração se destina ao desenvolvimento portuário, tem prestadas à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo as garantias que se resumem no quadro seguinte:

-euros-

GARANTIAS PRESTADAS PELA EMPRESA	2012	2011
CCDRA – Recuperação Paisagística da Pedreira	793.932	704.159

27. OUTROS GASTOS E PERDAS

Estas naturezas de gastos de que se destaca a taxa do IPTM apresentam os valores que se descrevem no quadro seguinte:

- euros -

	2012	2011	VARIAÇÃO %
IMI - Imposto Municipal sobre Imoveis	76.272	40.821	86,84%
Taxa Instituto Portuário Transportes Marítimos	1.396.145	1.280.228	9,05%
Quotizações	45.112	42.404	6,39%
Penalidades Contratuais - Outras	95.243	47.629	99,97%
Outros gastos e perdas	319.471	91.502	249,14%
Outros	28.248	5.219	441,23%
TOTAL	1.932.244	1.507.803	28,15%

28. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Esta natureza de rendimentos no montante de 51.655 € é constituída por rendimentos distintos conforme a seguir se discrimina:

- euros -

	2012	2011	VARIAÇÃO %
Juros	2.826	167.939	-98,32%
Dividendos (ver nota 13)	48.829	50.440	-3,19%
TOTAL	51.655	218.379	-76,35%

29. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

De acordo com a NCRF 24 não se verificaram acontecimentos passíveis de relato e ajustamentos nas demonstrações financeiras.

30. OUTRAS INFORMAÇÕES

A empresa não é devedora de quaisquer contribuições e impostos a instituições de Segurança Social e ao Estado.

O Técnico Oficial de Contas,

O Conselho de Administração,







01

MISSÃO, OBJECTIVOS
E POLÍTICAS DA EMPRESA

Nos termos legais, a APS, S.A., tem por objecto a administração do Porto de Sines, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária. Assim, e de acordo com os seus estatutos, a APS, S.A. assegura o exercício das competências necessárias ao regular funcionamento do porto nos seus múltiplos aspectos de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efectivos e de exploração portuária e ainda as actividades que lhe sejam complementares, subsidiárias ou acessórias.

A visão e a missão do Porto de Sines encontram-se formuladas da seguinte forma:

MISSÃO

“Assegurar o exercício das competências e atribuições de planeamento, modernização, promoção e regulação do Porto de Sines, visando a racionalização e optimização do aproveitamento dos seus recursos e a eficiência económica e operacional, no respeito pelos requisitos de segurança e ambientais, proporcionando satisfação aos clientes e valor acrescentado no mercado ibérico e europeu.”

VISÃO

Ser um porto mais eficiente e competitivo que, tirando partido das suas infra-estruturas portuárias e das suas características físicas e geográficas, se consolida como um activo estratégico nacional com relevo no contexto portuário europeu e mundial.

VALORES

Na prossecução da sua Missão, a APS assume os seguintes valores:

Respeito

A APS respeita o trabalho desenvolvido pelos seus interlocutores e todas as partes interessadas com que se relaciona no âmbito das suas funções.

Integridade

A APS cumpre a legislação e a regulamentação em vigor, com especial atenção para o cumprimento de responsabilidades de natureza fiscal, de concorrência, de protecção do consumidor, de protecção do trabalhador e do local de trabalho, de natureza ambiental, de segurança e de índole laboral.

Responsabilidade

A APS atinge os seus objectivos através da optimização dos recursos, honrando o compromisso com as partes interessadas no propósito de promover o seu desenvolvimento sustentável, tendo como orientação a procura das melhores soluções para o interesse público.

Confiança

A APS fomenta e inspira o comportamento, honesto e íntegro, que motiva a confiança dos colaboradores, clientes, accionistas, fornecedores e sociedade envolvente, promovendo, em tempo útil, o debate necessário à tomada de decisões.

Excelência

A APS visa a superação das necessidades e expectativas dos clientes, colaboradores, accionistas, fornecedores e sociedade envolvente, impulsionando a excelência de desempenho.

Transparência

A APS modela a sua actuação por padrões de integridade e honestidade, cumprindo as suas obrigações de forma responsável e transparente.

Inovação

A APS salvaguarda a sua competitividade na inovação e integração de novas tecnologias no processo produtivo.

O Plano Estratégico do Porto de Sines actualmente em vigor define como objectivos estratégicos os seguintes:

Objectivo 1 – Consolidação do Modelo de Gestão como LandLord Port;

Objectivo 2 – Incremento da movimentação de mercadorias em 102% entre 2005 e 2015;

Objectivo 3 – Afirmação do Porto de Sines como motor da actividade económica regional e nacional;

Objectivo 4 – Desenvolver a Info-estrutura portuária;

Objectivo 5 – Aumentar a segurança marítima e portuária.

Complementarmente, o Anexo I ao Contrato de Gestão para o mandato 2008-2010, dando cumprimento ao disposto no artigo 11º do DL nº 300/2007, define um conjunto de orientações estratégicas específicas e de objectivos de gestão com metas quantificadas.

Essas orientações estratégicas, em grande parte coincidentes com os objectivos do Plano Estratégico, são as seguintes:

- *Consolidação do modelo de gestão landlord port*
- *Desenvolver a info-estrutura portuária*
- *Aumentar a segurança marítima e portuária*
- *Consolidação do saneamento financeiro da empresa*

Considera-se que globalmente quer os principais objectivos definidos em 2003 aquando da elaboração do Plano Estratégico quer as orientações estratégicas emanadas pela tutela se encontram alcançados, nomeadamente:

- O equilíbrio e sustentabilidade financeira da empresa, que desde 2005 tem apresentado resultados positivos e que permitiu liquidar a dívida da empresa e autofinanciar novos investimentos, como a recentemente concluída 2ª fase de Ampliação do Molhe Leste;
- A concessão do serviço público de movimentação de mercadorias no Terminal de Granéis Líquidos, que permitiu a plena adopção do modelo de gestão LandLord Port;
- A consolidação das operações no TXXI, que tem crescido sustentadamente ano após ano e que em 2013 deverá aproximar-se dos 700.000 TEU movimentados;
- A implementação da Janela Única Portuária, que permitiu um novo patamar de simplificação e agilização de procedimentos ao nível do que se pratica nos melhores portos do mundo, nomeadamente no que respeita ao despacho electrónico de todas as autoridades;
- A ZAL Sines em plena operação, que após a sua infra-estruturação tem vindo a ser ocupada por empresas de logística e serviços;
- A permuta de terrenos entre a APS e a Câmara Municipal de Sines, que formulou uma nova área de jurisdição, tornada efectiva com a publicação em Diário da República do Decreto-Lei nº 95/2010, de 29 de Julho, e que permitirá o crescimento harmonioso do porto e da cidade sem constrangimentos;

Os grandes desafios então identificados foram assim ultrapassados e permitiram posicionar o porto num novo patamar de desenvolvimento que potencia o surgimento de novas oportunidades e novos desafios estratégicos. É actualmente fundamental uma nova visão integrada e económica do Porto de Sines sustentada numa boa compreensão das actuais dinâmicas de evolução do mundo da logística em geral e do *shipping* em particular, bem como de articulação ao nível da gestão do território, intermodalidade, gestão dos recursos disponíveis e de ligação com as instituições da administração central e local e a participação de agentes económicos e sociais do sector.

Neste novo patamar de desenvolvimento do porto, importa compreender e sistematizar adequadamente as grandes tendências de evolução, os impactos nos tráfegos e nos transportes, e posicionar correctamente as acções a desenvolver para maximizar os benefícios que o Porto de Sines pode aportar à economia nacional. A elaboração de um novo Plano Estratégico para o Porto de Sines permitirá novamente ter um instrumento de gestão actualizado, que definirá o rumo a seguir, seguro e sustentável, deste activo estratégico nacional.

| c |

02

REGULAMENTOS INTERNOS
E EXTERNOS A QUE A EMPRESA ESTÁ
SUJEITA

ENQUADRAMENTO LEGAL:

a) Estatuto jurídico

A APS, S.A., é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que se rege pelos seus Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 337/98, de 3 de Novembro, cuja versão em vigor se encontra publicada no seu portal da Internet (www.portodesines.pt). A empresa foi criada a partir da transformação em sociedade anónima do anterior instituto público (criado pelo DL 508/77, de 14 de Dezembro) que, por sua vez, herdara competências do departamento portuário do Gabinete da Área de Sines, organismo criado em 1971 com o objectivo de promover o desenvolvimento urbano-industrial da respectiva zona.

Para além da legislação aplicável às sociedades comerciais em geral, a APS, por ter natureza de empresa pública, está também sujeita à legislação específica aplicável ao Sector Empresarial do Estado, designadamente, o Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico deste sector.

b) Enquadramento em matéria de pessoal

O Estatuto do Pessoal das Administrações Portuárias, publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 421/99, de 21 de Outubro (EPAP), redefiniu o regime jurídico do pessoal que transitou das anteriores administrações e juntas autónomas, e dos trabalhadores provenientes do ex-Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos (INPP).

Manteve-se todavia do anterior estatuto o essencial da regulamentação relativa ao regime de trabalho, consagrando-se um normativo de transição para a adopção plena do regime do contrato individual de trabalho, sem prejuízo da situação jurídico-profissional de origem, designadamente, quanto à natureza do vínculo e ao regime de aposentação.

Assim, ao pessoal das administrações portuárias, é aplicável o EPAP e correspondente regulamentação constante da Portaria n.º 1098/99, de 21 de Dezembro, tendo como pano de fundo a legislação do contrato individual de trabalho, ressalvada, no caso dos trabalhadores e trabalhadoras que transitaram do instituto público, a remissão directa em alguns domínios específicos para o regime do contrato de trabalho em funções públicas.

No caso particular do pessoal técnico de pilotagem, oriundo do ex-INPP, foi publicada a Portaria n.º 633/99, de 11 de Agosto, relativa ao desenvolvimento da respectiva carreira e a remunerações, determinando-se no seu preâmbulo, que é ainda aplicável, com as necessárias adaptações, o regime jurídico constante do Decreto-Lei n.º 361/78, de 27 de Novembro.

c) Outros normativos externos

No âmbito da actividade exercida destacam-se ainda:

- O Regulamento do Sistema Tarifário dos Portos do Continente, anexo ao Decreto-Lei nº 273/2000, de 9 de Novembro, que é aplicável na área de jurisdição das autoridades portuárias e regula o fornecimento de bens e a prestação dos serviços nele previstos, fixando as correspondentes taxas;
- O Decreto-Lei nº 48/2002, de 2 de Março, que aprova o Regulamento Geral do Serviço de Pilotagem;
- A regulamentação em matéria de segurança portuária e ambiental, designadamente:
 - O Decreto-Lei nº 46/2000, que atribui às autoridades portuárias a competência em matéria de segurança nas suas áreas de jurisdição;
 - O Decreto-Lei nº 284/2003, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva nº 2001/106/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Dezembro, relativa à aplicação aos navios que escalem os portos da Comunidade ou naveguem em áreas sob a jurisdição dos Estados membros das normas internacionais respeitantes à segurança de navegação, à prevenção de poluição e às condições de vida e do trabalho a bordo dos navios, e a Directiva nº 2002/84/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Novembro, que altera a primeira no domínio da segurança marítima e de prevenção de poluição por navios.
 - O Decreto-Lei nº 226/2006, de 15 de Novembro, que veio estabelecer as modalidades de cooperação entre entidades com competências no âmbito da segurança e protecção dos navios e das instalações portuárias, bem como enquadrar no ordenamento jurídico nacional disposições comunitárias sobre a matéria, tendo em vista a adopção, execução e cumprimento integrais do Código Internacional para a Protecção dos Navios e das Instalações Portuárias (Código ISPS).
 - Regulamentos comunitários e da Organização Marítima Internacional (IMO) sobre segurança e protecção portuária e da navegação;
 - Regime da operação portuária – Dec.-Lei nº 298/93, de 28 de Agosto;
 - Estatuto do agente de navegação – Dec.-Lei nº 264/2012, de 20 de dezembro;
 - Regime das concessões portuárias de serviço público – DL 324/94, de 30 de Dezembro.

d) Normativos Internos

No âmbito do Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança a APS tem em vigor um conjunto de regulamentação interna, devidamente publicitado no seu portal da internet (www.portodesines.pt), assim constituído no final de 2012:

PLANOS

- Plano Portuário de Recepção e Gestão de Resíduos

REGULAMENTOS

- Regulamento de Exploração do Porto de Sines
- Regulamento da Praia Vasco da Gama
- Regulamento de Ambiente e Segurança do Porto de Sines
- Regulamento de Exploração do Porto de Pesca de Sines
- Regulamento de Gestão de Resíduos e Utilidades (RGRU) do Porto de Sines
- Regulamento de Operações do Terminal de Contentores
- Regulamento de Exploração do Terminal Multipurpose
- Regulamento de Exploração de Serviço Público de Reboque e Amarração
- Regulamento de Exploração da ZAL Sines – Zona Intraportuária
- Regulamento de Exploração do Porto de Recreio

NORMAS

- Norma Apresentação e Tratamento de Reclamações no Porto de Sines
- Norma Fornecimentos e Serviços Portuários
- Norma Licenças e Concessões
- Norma de Recepção de Navios e Movimentação de Cargas

PROGRAMAS DE GESTÃO

- Programa de Gestão Ambiental
- Programa de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho

CÓDIGO DE CONDUTA AMBIENTAL

- Código de Conduta para a Praia Vasco da Gama
- Código de Conduta Ambiental para o Porto de Recreio

CÓDIGOS DE BOAS PRÁTICAS (diversos)

| c |

03

INFORMAÇÃO
SOBRE AS TRANSACÇÕES RELEVANTES
COM ENTIDADES RELACIONADAS

A registrar o pagamento ao IPTM – Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, com periodicidade trimestral, de 4,5% dos rendimentos registados na conta 72 – Prestações de Serviços, abatida dos proveitos relativos à prestação do serviço de pilotagem, em conformidade com o disposto na alínea d) do nº 1 do artº 28º dos estatutos daquele organismo, publicados em anexo ao Decreto-Lei nº 257/2002, de 22 de Novembro.

| c |

04

INFORMAÇÃO SOBRE OUTRAS
TRANSACÇÕES:

a) Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços

A APS é uma sociedade que atua exclusivamente no âmbito dos sectores especiais (portos) pelo que, nos termos do art. 7º do CCP, apenas está sujeita aos procedimentos nele previstos para contratos de valor superior aos respetivos limiares comunitários. Não obstante, dispõe de procedimento interno específico, aprovado no âmbito do seu Plano de Qualidade, que, abaixo desses limiares, assegura a transparência, não discriminação e concorrencialidade dos procedimentos de adjudicação. Este procedimento foi elaborado para cumprimento do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Dec.-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, que transpôs, designadamente, a Diretiva 2004/17/CE, aplicável aos sectores especiais.

As adjudicações são publicadas no portal dos contratos públicos, nos termos do Código dos Contratos Públicos. No ano de 2012 foram lançados cinco concursos públicos, tendo três deles sido objeto de publicação no Jornal Oficial da União Europeia. Estes concursos deram lugar a quatro adjudicações,.

b) Universo das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado

Nada a registar

c) Lista de fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (no caso de esta percentagem ultrapassar 1M€)

Iberdrola Generacion, SAU (ESA 95075586) – 1.729.237,96 € (fornecimento de energia eléctrica)

| c |

05

MODELO DE GOVERNO:

a) identificação dos membros dos órgãos sociais e estrutura de gestão

CARGO	ÓRGÃOS SOCIAIS	ELEIÇÃO	MANDATO
Presidente Vice-Presidente Secretário	Mesa da Assembleia - Geral Dr. António Maldonado Gonelha - Dr.ª. Sara Alexandra R. P. Simões D. Ambrósio	2008.04.18 - 2008.04.18	2008/2010 - 2008/2010
Presidente Vogal (1) Vogal (2)	Conselho de Administração Dr.ª. Maria Lídia Ferreira Sequeira Dr. Duarte Manuel Lynce de Faria Dr. João Paulo Farinha Franco Todos os membros do C.A. são executivos	2008.04.18 2008.04.18 2008.04.18	2008/2010 2008/2010 2008/2010
Presidente Vogal Vogal Suplente	Conselho Fiscal Dr.ª. Ana Paula Azurara Dr.ª. Maria Teresa Moraes Dr. Dino Santos Dr.ª. Ana Teresa Peralta Reyes	2008.04.18 2008.04.18 2008.04.18 2008.04.18	2008/2010 2008/2010 2008/2010 2008/2010
Efectivo	Revisor Oficial de Contas PRICEWATERHOUSECOOPERS & Associados Soc. de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada pelo Dr. Jorge Manuel Santos Costa	DUE de 12.09.2008	2008/2010
Suplente	PRICEWATERHOUSECOOPERS & Associados Soc. de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada pelo Dr. José Manuel Henriques Bernardo		

Dando cumprimento ao disposto na alínea i) do art. 13º A do Dec.-Lei nº. 558/99 de 17 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Dec.-Lei nº. 300/2007 de 23 de Agosto, informa-se que o Conselho de Administração, para deliberar sobre as matérias mais relevantes da actividade da empresa, efectuou 51 reuniões em 2012.

b) Estrutura de Gestão:

A competência dos membros do Conselho de Administração relativamente à coordenação das respectivas áreas de gestão é distribuída da seguinte forma:

Presidente – Dr.ª Maria Lídia Ferreira Sequeira:

Além das que expressamente lhe confere o artigo 13º dos Estatutos da APS em Anexo II ao decreto-Lei nº 337/98, de 3 de novembro, detém os pelouros respeitantes à Direção de Sistemas Planeamento e Comunicação e à Direção de Concessões e Áreas Dominiais;

Vogal – Dr. Duarte Manuel Lynce de Faria:

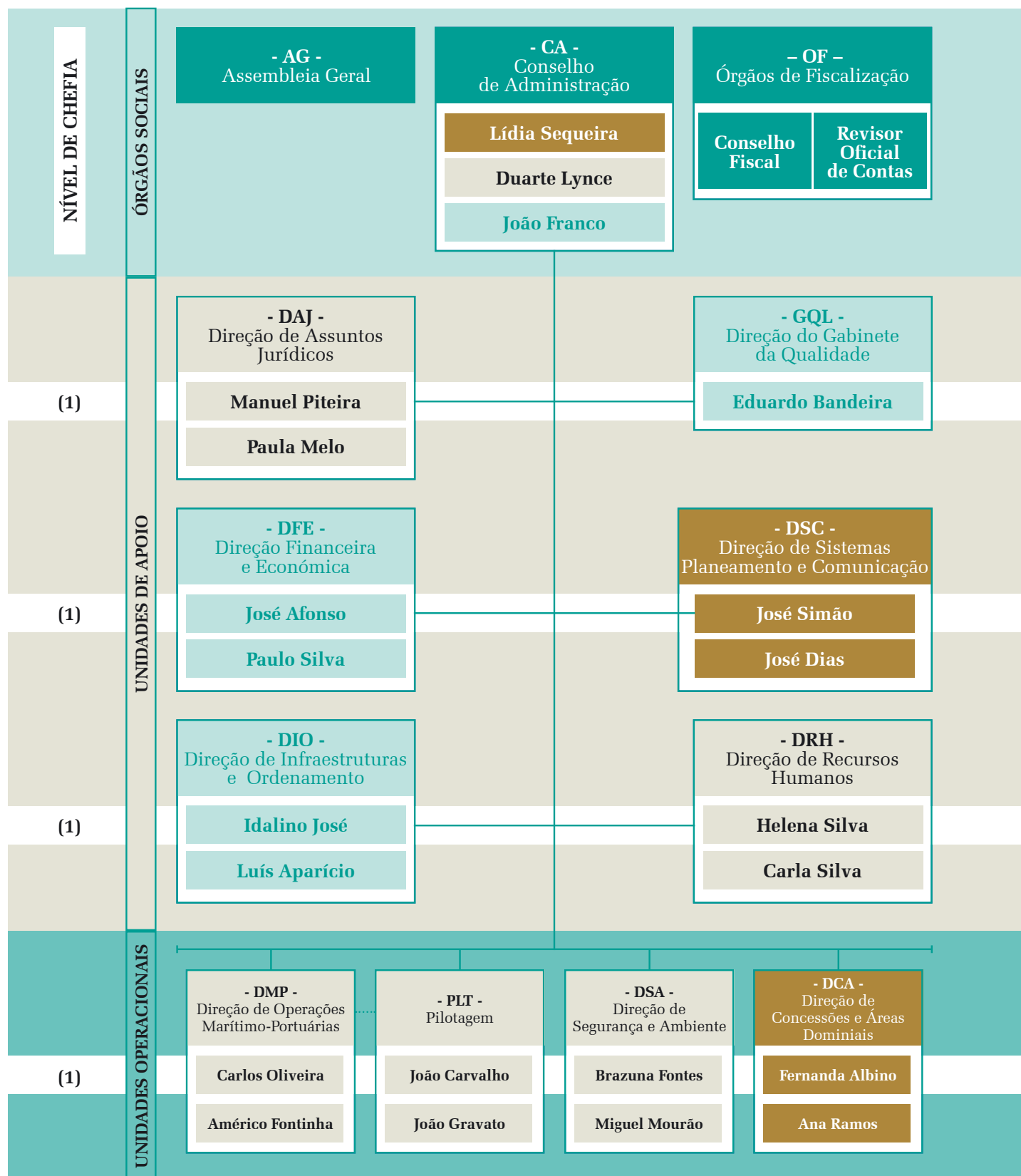
Detém os pelouros respeitantes à Direção de Assuntos Jurídicos, Direção de Recursos Humanos, Direção de Operações Marítimo-Portuárias, Pilotagem e Direção de Segurança e Ambiente;

Vogal – Dr. João Paulo Farinha Franco:

Detém os pelouros relativos à Direção Financeira e Económica, Direção de Infraestruturas e Ordenamento e Direção do Gabinete da Qualidade.

A estrutura orgânica da empresa é apresentada no seguinte organograma:

ESTRUTURA ORGÂNICA



| c |

06

REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS
DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

a) Estatuto remuneratório fixado

Em 2 de Junho de 2009, foi celebrado o Contrato de Gestão entre o Estado Português, representado pelo Secretário de Estado do Tesouro e Finanças e a Secretária de Estado dos Transportes, e cada um dos membros do Conselho de Administração da APS, eleitos na Assembleia Geral de 18 de Abril de 2008, na qualidade de gestores. Este contrato define os termos e as condições do exercício das funções dos gestores como membros daquele Conselho de Administração, entre as quais os objectivos a atingir e o enquadramento das suas remunerações e benefícios sociais.

A Comissão de Fixação de Remunerações da Administração do Porto de Sines, S.A., fixou em 6 de Julho de 2009 a remuneração dos órgãos sociais eleitos em Assembleia-geral de 18 de Abril de 2008, para o triénio 2008/2010. Para tal teve em conta as orientações definidas pelo accionista, através do Despacho Conjunto do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças e da Senhora Secretária de Estado dos Transportes, de 2 de Junho de 2009 e teve ainda em conta o disposto no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, que aprovou o Estatuto do Gestor Público (EGP), designadamente no n.º 7 do seu artigo 28.º, de acordo com o qual as remunerações são determinadas em função da complexidade, exigência e responsabilidade inerentes às funções e atendendo às práticas normais de mercado no respectivo sector de actividade, sem prejuízo, quando aplicável, da observância do disposto em matéria de acumulação de funções e incompatibilidades e impedimentos, designadamente constante da Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto, da Lei n.º 29/87, de 30 de Junho, e da Lei n.º 102/88, de 25 de Agosto.

Assim, e em conformidade com o teor do invocado Despacho Conjunto, deliberou a Comissão de Fixação de Remunerações, por unanimidade, fixar as remunerações dos órgãos sociais da sociedade, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2009, nos termos seguintes:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente – Senha de presença no valor de 672,94 euros;

Secretário – Senha de presença no valor de 448,80 euros.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

- Remuneração Fixa: remuneração mensal ilíquida de 6.357,48 euros, paga 14 vezes por ano;
- Remuneração Variável Anual: atribuição de componente variável anual da remuneração, que se fixa num máximo de 35% da respectiva componente fixa de remuneração, em função do cumprimento dos objectivos anuais definidos.

Vogais

- Remuneração Fixa: remuneração mensal ilíquida de 5.438,52 euros, paga 14 vezes por ano;
- Remuneração Variável Anual: atribuição de componente variável anual da remuneração, que se fixa num máximo de 35% da respectiva componente fixa da remuneração, em função do cumprimento dos objectivos anuais definidos.

Os membros do Conselho de Administração beneficiam, ainda, das seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

- a) Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores e trabalhadoras da sociedade;
- b) Automóvel: atribuição, para utilização pessoal, de uma viatura de serviço até ao limite de renda mensal de 1.000 euros para o Presidente e de 900 euros para os vogais, incluindo-se neste limite as despesas com seguro automóvel e manutenção. O limite mensal de encargos com combustível será fixado pelo Conselho de Administração, tendo em consideração as necessidades e a prática em vigor na Sociedade;
- c) Telemóvel: utilização de telemóvel de serviço, cujo limite máximo mensal deverá ser fixado pelo Conselho de Administração, tendo em consideração as necessidades e a prática em vigor na Sociedade.

A eventual utilização de cartão de crédito da sociedade deve destinar-se, exclusivamente, a fazer face a despesas documentadas inerentes ao exercício das respectivas funções ao serviço da sociedade.

CONSELHO FISCAL

Presidente – Remuneração mensal ilíquida correspondente a 20% da remuneração mensal ilíquida atribuída ao presidente do Conselho de Administração, paga 14 vezes por ano.

Vogais efectivos – Remuneração mensal ilíquida correspondente a 15% da remuneração mensal ilíquida atribuída ao presidente do Conselho de Administração, paga 14 vezes por ano.

Para os membros do Conselho Fiscal, a remuneração mensal ilíquida é devida desde 18 de Abril de 2008, considerando-se como base de incidência, entre aquela data e a data de 1 de Janeiro de 2009, a remuneração de 6.178,31 euros.

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

A prestação de serviços por parte do Revisor Oficial de Contas, bem como a respectiva formalização, correm os seus termos pelo Conselho de Administração, devendo os honorários ser fixados por este órgão social tendo em conta os preços praticados no mercado.

Posteriormente, por determinação constante do Despacho de 25 de Março de 2010, do Ministro de Estado e das Finanças, publicado no D.R. 2ª série, n.º 61 de 29 de Março de 2010, não foi paga a componente variável da remuneração dos gestores contratualizada por iniciativa da accionista. Adicionalmente, por força do disposto no artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho, foram as remunerações fixas dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal reduzidas em 5%.

Através da Declaração sobre Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização da APS, emitida em 2011-05-10 pela Presidente da Comissão de Fixação de Remunerações da APS, foi declarado que, em 2011, até à eleição dos titulares dos órgãos sociais para novo mandato:

- a) Se mantêm inalteradas as remunerações fixas mensais ilíquidas, a abonar 14 vezes, aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Administração do Porto de Sines, SA, que foi fixada na Acta nº 1/2009, de 6 de Julho, da Comissão de Fixação de Remunerações, sem prejuízo do disposto no nº 1 do artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho, e no artigo 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro bem como de outras reduções que venham a ser legalmente determinadas;
- b) Tal como previsto no artigo 172º da Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril (OE/2010), no artigo 29º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro (OE/2011), e no Despacho nº 5696-A/2010, de 25 de Março de 2010, proferido pelo Senhor Ministro de Estado e das Finanças, deverá ser adoptada uma política assente na contenção acrescida de custos no que toca à remuneração dos órgãos de administração, designadamente, não havendo lugar, durante o período de execução do Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013, à atribuição de qualquer componente variável da remuneração.

Em 14 de Maio de 2012, a Comissão de Fixação de Remunerações emitiu nova Declaração sobre Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização da APS com o seguinte teor:

“Assim, neste âmbito, em cumprimento do preceituado no artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, e sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, e no artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro (OE/2011), bem como nos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (OE/2012) e de outras reduções que vierem a ser legalmente determinadas, a Comissão de Fixação de Remunerações propõe que as remunerações dos administradores da empresa se conformem com o estipulado no Estatuto do Gestor Público, tendo, designadamente, em conta a alteração introduzida pelo DL n.º 8/2012, as Resoluções do Conselho de Ministros n.º 16/2012 e n.º 36/2012, que atribuiu à empresa a classificação B, e demais normativos aplicáveis.

Tal como previsto nos artigos 20.º e 29.º da Lei n.º 64-B/2011 (OE/2012) e no artigo 4.º do DL n.º 8/2012, deverá ser adoptada uma política assente na contenção acrescida de custos no que toca à remuneração dos titulares do Conselho de Administração, designadamente, não havendo lugar, durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira, à atribuição de prémios de gestão.”

b) Remunerações e outras regalias (valores anuais)

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Unid: €

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL MANDATO II	2012		
	PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE	SECRETÁRIO
Remuneração anual fixa	0	0	449
Redução remuneratória*	0	0	-28
Remuneração anual efetiva	0	0	421

* Decorrente Lei 64-B/2011

ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO

CONSELHO FISCAL	2012			
	PRESIDENTE	VOGAL	VOGAL	SUPLENTE
Remuneração anual fixa	14.495	11.337	11.337	0
Redução remuneratória*	-1.449	-1.087	-1.033	0
Remuneração anual efetiva	13.046	10.250	10.304	0

* Decorrente da Lei 64-B/2011, conforme aplicável

ROC - PRICEWATERHOUSECOOPERS	2012
Remuneração anual auferida	20.700
Redução remuneratória*	-2.070
Remuneração anual efetiva	18.630

* Decorrente da Lei 64-B/2011, conforme aplicável

	NOME E CARGO	PRESIDENTE DR ^a . MARIA LÍDIA SEQUEIRA	VOGAL DR. DUARTE LYNCE DE FARIA	VOGAL DR. JOÃO PAULO FRANCO
Mandato	I / II	II	II	II
Adaptado ao EGP	Sim/Não	Sim	Sim	Sim
Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)		65.227,80	55.799,16	55.799,16
OPRLO	Sim/Não	Não	Não	Não
Entidade de Origem (identificar)		IMTT, IP - Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, IP	APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA	Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA
Entidade pagadora (origem/Destino)		APS, SA	APS, SA	APS, SA
1.1. Remuneração Anual		76.289,76	65.262,24	65.262,24
1.2. Despesas de Representação (Anual)		0,00	0,00	0,00
1.3. Senha de presença (Valor Anual)		0,00	0,00	0,00
1.4. Redução decorrente da Lei 12-A/2010		3.814,44	3.263,16	3.263,16
1.5. Redução decorrente da Lei 64-B/2011		7.247,52	6.199,92	6.199,92
1.6. Suspensão pagamento subsídios de férias e natal		10.871,29	9.299,87	9.299,87
1.7. Reduções de anos anteriores		0,00	0,00	0,00
1. Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2.+1.3-1.4-1.5-1.6-1.7)		65.227,80	55.799,16	55.799,16
2. Remuneração variável		0,00	0,00	0,00
3. Isenção de Horário de Trabalho (IHT)		0,00	0,00	0,00
4. Outras (identificar)		0,00	0,00	0,00
Subsídio de deslocação		0,00	0,00	0,00
Subsídio de refeição		1.699,05	1.713,51	1.764,12
Custos diretos com formação profissional		0,00	2.500,00	710,00
Encargos com benefícios sociais				
Regime de Proteção Social				
- Identificar Regime (ADSE/Seg.Social/Outros)		CGA	Seg. Social	Seg. Social
- Valor		5.121,36	11.430,32	11.436,14
Seguros de saúde		0,00	313,20	313,20
Seguros de vida		0,00	0,00	0,00

Unid: €

	NOME E CARGO	PRESIDENTE DR ^a . MARIA LÍDIA SEQUEIRA	VOGAL DR. DUARTE LYNCE DE FARIA	VOGAL DR. JOÃO PAULO FRANCO
Seguro de Acidentes Pessoais		380,00	325,00	325,00
Outros (indicar)				
Seguro de Acidentes de Trabalho		28,16	28,16	28,16
Auxílio para estudos		0,00	1.624,32	486,21
Comparticipação de actos médicos		104,04	0,00	0,00
Medicina no trabalho		24,78	73,72	88,72
Acumulação de Funções de Gestão (S/N)		Sim	Não	Não
Entidade (identificar)		AICEP Global Parques, SA		
Remuneração Anual		Reverte para a APS,SA		
PARQUE AUTOMÓVEL	NOME E CARGO	PRESIDENTE DR ^a . MARIA LÍDIA SEQUEIRA	VOGAL DR. DUARTE LYNCE DE FARIA	VOGAL DR. JOÃO PAULO FRANCO
Mandato	I / II	II	II	II
Modalidade de Utilização		Aquisição (*)	Aquisição (*)	Aquisição (*)
Valor de referência da viatura nova		55.068,36	48.327,43	33.500,00 (viatura usada-matricula 2011)
Ano Inicio		2008	2009	2012
Ano Termo		Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
N.º prestações (se aplicável)		Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Valor Residual		Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço		Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Combustível gasto com a viatura		2.763,75	2.114,31	2.048,73
Plafond anual Combustível atribuído (**)		5.837,31	4.669,83	4.669,83
Outros (Portagens / Reparações / Seguro)		5.988,65	5.649,92	6.807,38
Limite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não)		Sim	Sim	Sim

(*) A opção pela aquisição resulta da desejada minimização dos encargos financeiros associados a outro tipo de soluções (*renting*/ALD) já que a alternativa remuneração dos capitais investidos permitida por essas soluções seria sempre inferior aos encargos delas decorrentes. Adicionalmente permitirá ainda a realização de algum encaixe financeiro com a venda futura das viaturas, mesmo que ao abrigo de um processo de retoma. Esta opção permite ainda otimizar a estrutura da empresa criada para outros fins mas que igualmente gere a manutenção e a prestação de outros serviços de apoio às viaturas, minimizando, desta forma, o recurso a prestações de serviços externos.

(**) 25% do montante definido, e não pago, para as despesas de representação.

OUTRAS REGALIAS E COMPENSAÇÕES	NOME E CARGO	PRESIDENTE DR ^a . MARIA LÍDIA SEQUEIRA	VOGAL DR. DUARTE LYNCE DE FARIA	VOGAL DR. JOÃO PAULO FRANCO
Mandato	I / II	II	II	II
Plafond mensal atribuído em comunicações móveis		120,00	120,00	120,00
Gastos anuais com comunicações móveis		913,05	949,37	1.001,38
Outras (indicar)		-	-	-
Limite definido conforme Art.º 32 do EGP (Sim/Não)		Sim	Sim	Sim

GASTOS COM DESLOCAÇÕES	NOME E CARGO	PRESIDENTE DR ^a . MARIA LÍDIA SEQUEIRA	VOGAL DR. DUARTE LYNCE DE FARIA	VOGAL DR. JOÃO PAULO FRANCO
Mandato	I / II	II	II	II
Custo total anual c/ viagens		17.053,38	0,00	1.288,49
Custos anuais com Alojamento		3.453,00	125,60	0,00
Ajudas de custo		1.501,01	333,56	1.000,68
Outras (indicar)				

| c |

07

SUSTENTABILIDADE
DA EMPRESA NO DOMÍNIO
ECONÓMICO, SOCIAL
E AMBIENTAL

ESTRATÉGIAS ADOPTADAS

As estratégias adoptadas para garantir a sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental incorporam-se em dois grandes vectores:

- O Plano Estratégico do Porto de Sines, desenvolvido inicialmente num horizonte temporal até 2010, foi posteriormente adaptado de forma a responder integralmente às Orientações para o Sector Marítimo - Portuário definidas pelo MOPTC— Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações em Dezembro de 2006, as quais apresentam o ano de 2015 como horizonte temporal, e com as Orientações Gerais para o Sector e as Orientações Estratégicas Específicas definidas no Anexo I ao Contrato de Gestão para o mandato 2008/2010;
- A Política de Qualidade, Ambiente e Segurança, concretizada na implementação do Sistema de Gestão Integrado da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho e Segurança de Informação, segundo os referenciais, respectivamente, ISO 9001, ISO 14001, OHSAS 18001 e ISO/IEC 27001;

GRAU DE CUMPRIMENTO DAS METAS FIXADAS

À presente data, considera-se que globalmente os grandes desafios formulados aquando da elaboração do Plano Estratégico se encontram “vencidos”, destacando-se as seguintes medidas executadas que muito contribuíram para este feito e que ultrapassam já o alcance das linhas de acção previstas inicialmente:

- O equilíbrio e sustentabilidade financeira da empresa, que desde 2005 tem apresentado resultados positivos e que permitiu eliminar a dívida da empresa e autofinanciar novos investimentos, como por exemplo a, recentemente concluída, expansão do Molhe Leste;
- A concessão do serviço público de movimentação de mercadorias no Terminal de Graneis Líquidos, que permitiu a plena adopção do modelo de gestão LandLord Port;
- A consolidação das operações no TXXI que tem crescido sustentadamente ano após ano devendo atingir em 2013 uma movimentação próxima dos 700.000 TEU e que se encontra a iniciar a última fase de expansão prevista no contrato de concessão;
- A implementação da Janela Única Portuária, que permitiu um novo patamar de simplificação e agilização de procedimentos ao nível do que se pratica nos melhores portos do mundo, nomeadamente no que respeita ao despacho electrónico de todas as autoridades;
- A ZALSines em plena operação, que após a sua infra-estruturação tem vindo a ser ocupada por empresas de logística e serviços;
- A permuta de terrenos entre a APS e a Câmara Municipal de Sines, que formulou uma nova área de jurisdição, tornada efectiva com a publicação em Diário da República do Decreto-Lei nº 95/2010, de 29 de Julho, e que permitirá o crescimento harmonioso do porto e da cidade sem constrangimentos;

POLÍTICAS PROSEGUIDAS COM VISTA A GARANTIR A EFICIÊNCIA ECONÓMICA, FINANCEIRA, SOCIAL E AMBIENTAL E A SALVAGUARDAR NORMAS DE QUALIDADE

A APS vem apresentando desde 2005, de forma sustentada, resultados líquidos positivos. Em 2012 o resultado líquido ascendeu a 9,7 milhões de euros e o cash-flow operacional (EBITDA) ajustado pela dedução da imputação da amortização de subsídios, a 20,5 milhões. O Valor Acrescentado Bruto, principal indicador representativo do contributo da criação de valor pela empresa para a economia regional e nacional, totalizou cerca de 27,7 milhões de euros. Além disso, por via dos impostos sobre o rendimento e dos dividendos pagos, tendo estes últimos totalizado 4,2 milhões de euros em 2012 correspondentes a 50% do lucro do exercício anterior, a empresa assume-se como um contribuinte líquido para o accionista Estado português. Adicionalmente, será de referir que no final de 2012 o passivo bancário da APS era nulo.

O exercício de 2012 foi igualmente marcado pelo elevado valor do investimento realizado, o qual totalizou 14,2 milhões de euros com destaque para a conclusão física da empreitada relativa à 2ª fase de ampliação do Molhe Leste, investimento da maior importância para o assegurar da protecção marítima ao desenvolvimento faseado do Terminal de Contentores, para o desenvolvimento da actividade portuária em geral e, consequentemente, para o crescimento equilibrado e sustentado da capacidade de geração de receitas da empresa e da criação de riqueza ao nível regional e nacional.

Relativamente às políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência social, as mesmas continuam a aplicar-se a vários domínios: diversas modalidades de apoio social a funcionários trabalhadores e trabalhadoras no activo e reformados aposentados e aposentadas como prestação de serviços médicos, apoio medicamentoso, auxílio na infância e auxílio para estudos de filhos de funcionários trabalhadores e trabalhadoras, transporte entre a empresa e os principais pólos populacionais da região para o pessoal administrativo e para o pessoal em regime de turno e, noutra vertente, o acolhimento de estágios curriculares e profissionais. O apoio da APS ao Grupo Desportivo e Cultural é igualmente um meio de desenvolvimento social, cultural e desportivo dos seus colaboradores e colaboradoras.

Destaque também para o mecenato, concretamente o apoio a organizações sem fins lucrativos com destaque para o apoio às Associações de Bombeiros de toda a região e a eventos culturais da região, contribuindo para a promoção do porto junto das populações locais.

Durante o ano de 2012, o Porto de Sines continuou a estar aberto a iniciativas que envolvam a população mais jovem (escolas de vários níveis de educação), ciente de que é da maior importância que os mais jovens tenham conhecimento da infraestrutura portuária de Sines e do papel determinante que esta desempenha na região onde se insere e no país.

Por outro lado, com a aplicação da Política da Qualidade, Ambiente e Segurança da Administração do Porto de

Sines, S.A visa-se a satisfação das necessidades e expectativas dos clientes, colaboradores e colaboradoras, accionistas, fornecedores e sociedade envolvente, através da prestação de serviços de elevada qualidade, da inovação, do desenvolvimento sustentável da actividade, promovendo a segurança e saúde de todos os colaboradores e colaboradoras envolvidos(as) nas suas actividades e seguindo os princípios da melhoria contínua.

Esta política concretiza-se no Sistema de Gestão Integrado da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho e Segurança de Informação e tem como princípios:

- Melhorar a qualidade e eficácia dos serviços prestados;
- Assegurar que os colaboradores próprios e subcontratados têm formação adequada, promovendo a sensibilização para a melhoria contínua dos serviços prestados, bem como para as questões ambientais e segurança e saúde no trabalho;
- Estabelecer relações, com os seus fornecedores, numa óptica de benefício mútuo, privilegiando os que melhor atendam aos requisitos estabelecidos;
- Melhorar os resultados económicos e cumprir o plano de actividades aprovado;
- Cumprir e fazer cumprir os requisitos legais, regulamentares e normativos aplicáveis aos serviços prestados, aspectos ambientais e à segurança e saúde;
- Prevenir, controlar e minimizar a poluição, designadamente os resíduos gerados pelas suas actividades, promovendo o recurso ao investimento em novas tecnologias e processos menos poluentes;
- Identificar e prevenir os riscos inerentes à sua actividade, promovendo a implementação de acções com vista ao controlo e à minimização desses riscos;
- Promover a identificação e minimização dos aspectos ambientais significativos e dos riscos existentes incentivando a implementação de acções correctivas e preventivas adequadas pelas entidades por si licenciadas e concessionadas;
- Assegurar que na concepção de novas instalações e procedimentos de trabalho sejam tidos em conta factores de saúde e segurança no trabalho e ambiente;
- Desenvolver acções que permitam garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação em suporte electrónico, bem como o seu cumprimento por todos os utilizadores;
- Promover uma actuação pró-activa de incremento dos níveis de segurança física e lógica dos sistemas, nomeadamente na implementação de novas infra-estruturas tecnológicas e desenvolvimento de sistemas de informação.

Neste domínio, durante o ano de 2012, a APS renovou as suas certificações nos sistemas de Gestão da Qualidade (conforme a norma ISO 9001:2008), de Gestão Ambiental (de acordo com a norma ISO 14001:2004) e de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (em conformidade com a norma OHSAS 18001:2007), reforçando o seu compromisso de focalização no cliente e na sustentabilidade da sua actividade.

A APS promove ainda políticas activas de melhoria dos seus processos, no sentido de os adequar permanentemente às necessidades dos seus clientes, através, entre outros, do tratamento expedito e transparente das reclamações recebidas e dos inquéritos à satisfação de todas as partes interessadas.

IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS RISCOS PARA A ACTIVIDADE E PARA O FUTURO DA EMPRESA

Num porto com as características de Sines tem de se registar a movimentação de grandes volumes de matérias perigosas, característica de um porto historicamente ligado ao abastecimento energético, o que, em caso de acidente, pode provocar a interrupção das operações, num ou mais terminais, por longos períodos de tempo. A contínua aposta na manutenção e desenvolvimento das condições de segurança, seja através do investimento em equipamentos de vigilância e combate a acidentes, seja através da contínua melhoria dos processos associados à movimentação destas cargas é a única forma de minimização deste risco.

Por outro lado, apesar do Porto de Sines ser um importante elo de ligação nas cadeias de transportes de mercadorias, tem sido, pelas suas características históricas de porto de base energética e industrial, um porto ligado a um número reduzido de clientes que garantem elevados volumes de cargas. Mesmo com a entrada em actividade do Terminal de Contentores, tal situação não se alterou significativamente com uma grande parte das escalas a serem asseguradas por um mesmo armador.

A expansão e a diversificação da actividade do Terminal de Contentores ajudarão futuramente a minimizar este risco. Para tal será imprescindível a existência de uma ligação ferroviária competitiva à fronteira com Espanha, com a construção dos novos troços Sines-Grândola Norte/Variante de Alcácer do Sal e Évora-Caia, bem como uma solução adequada em termos da ligação rodoviária entre Sines e a auto-estrada A2.

FORMA DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS INERENTES A UMA ADEQUADA GESTÃO EMPRESARIAL:

a) Responsabilidade social

a1) Garantia de promoção da igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos, e de não discriminação

A APS adopta uma política de transparência, livre de práticas discriminatórias dispendo de um Código de Ética e de Conduta, formulado com base na Norma NP 4460, onde constam como princípios gerais de atuação, a justiça e imparcialidade, os direitos humanos e igualdade, a boa governança, a responsabilidade social, a segurança e saúde dos seus trabalhadores e trabalhadoras, a sua valorização profissional e o desenvolvimento sustentável.

Para o alcance deste princípio muito tem contribuído a certificação do Sistema Integrado da Qualidade, Ambiente e Segurança (SI) assente numa lógica de melhoria contínua, bem como a existência do Código de Ética e de Conduta, formulado com base na Norma NP 4460, pretendendo-se que com a nomeação do Provedor do Cliente do Porto de Sines, seja reforçada a defesa e promoção dos direitos, garantias e interesses legítimos dos clientes do porto de Sines.

Importa ainda salientar a aprovação pelo Conselho de Administração do Plano para a Igualdade de Género 2013/2015.

a2) Gestão adequada do capital humano da empresa, com promoção da valorização individual dos recursos humanos, instituição de sistemas que garantam o bem-estar e premeiem o mérito dos colaboradores

No sentido da melhoria da gestão do capital humano, encontra-se a funcionar em pleno o ERP SAP HCM, que disponibiliza ferramentas e funcionalidades capazes de potenciar uma gestão de competências que contribuem para o crescimento da organização e para o aumento da qualidade da prestação de serviços, que se irá associar ao sistema de "Avaliação do Desempenho dos Recursos Humanos" já em vigor.

a3) Adopção de práticas ambientalmente correctas

Durante o ano de 2012 a APS manteve a certificação ambiental, de acordo com a norma ISO 14001:2004, tendo alargado o âmbito da certificação, ao Porto de Recreio e à gestão da ZALSINES – Zona intraportuária, estando por isso obrigada a adotar, assegurar e manter políticas de redução do impacto da sua atividade no ambiente.

De acordo com a implementação de planos e do programa de gestão ambiental, a empresa estabeleceu como meta assegurar em que as atividades de construção e manutenção de infraestruturas e outras instalações portuárias são controladas ambientalmente desde a fase de projecto até à obra tendo, durante o ano 2012, efectuado o acompanhamento ambiental e garantido que os aspectos e impactes ambientais identificados e avaliados, na obra da 2ª fase de ampliação do molhe leste do Porto de Sines, foram controlados.

A estratégia ambiental do porto assenta em duas vertentes. Na vertente reactiva, através do adequado planeamento e apetrechamento para o combate à poluição e como medida de resposta a situações de emergência e, noutra vertente, na aplicação de medidas preventivas que minimizem as emissões para o ar, água e solo e no controlo e monitorização ambiental, efectuados por entidades ligadas à investigação e ensino ou outras, abrangendo áreas como os ambientes marinhos, o ar, água balnear e solo.

Encontram-se também definidas e implementadas na organização medidas relacionadas com a recolha selectiva

de resíduos, com os requisitos e critérios ambientais enquadradas na Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas, assim como medidas preventivas de minimização de emissões para o ar, água e solo, que incluem práticas de controlo e monitorização ambiental asseguradas por entidades direccionadas para a investigação e ensino, designadamente a monitorização dos ambientes marinhos do porto, o controlo da qualidade das águas balneares

A APS por considerar fundamental uma estratégia de desenvolvimento sustentável, patente nas certificações do sistema de qualidade, ambiente e segurança segundo os mais elevados padrões internacionais e ainda no âmbito da atribuição da Bandeira Azul da Europa à Praia Vasco da Gama, promoveu, também, actividades de educação ambiental, que se realizaram na sua área de jurisdição durante o ano 2012.

A Praia Vasco da Gama e o Porto de Recreio de Sines foram, mais uma vez, distinguidos, em 2012, pela sua qualidade ambiental e por um conjunto de condições que permitem o seu usufruto por banhistas e nautas, sem causar danos ao ambiente, através da atribuição da Bandeira Azul.

A Praia Vasco da Gama foi também distinguida com a "Qualidade de Ouro" pela Quercus e como "Praia Acessível, Praia para todos". A primeira distinção é baseada apenas na avaliação da qualidade da água da praia e tem como objectivo realçar as praias que ao longo de vários anos apresentam sistematicamente boa qualidade ou qualidade excelente. A distinção "Praia Acessível, Praia para todos", significa que esta praia reúne um conjunto de condições que a tornam acessível às pessoas com mobilidade condicionada.

a4) Saúde e segurança no trabalho

A APS possui serviços de Segurança e Medicina no Trabalho e de um corpo de enfermagem próprios que desenvolvem as atividades previstas na legislação geral, promovendo a elaboração de normas internas para a melhoria das condições de segurança e saúde na sua área de jurisdição, impondo o seu cumprimento por parte de todas as entidades que nela desenvolvem as suas atividades, empreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e outras.

No sentido de beneficiar socialmente os seus trabalhadores e trabalhadoras, a APS possui ainda um serviço de Medicina Social, um seguro de saúde para os subscritores e subscritoras do Regime Geral de Segurança Social e um regulamento de obras sociais que, em matéria médica, medicamentosa e hospitalar, complementa o sistema de saúde dos subscritores e subscritoras da Caixa Geral de Aposentações e, portanto, beneficiários e beneficiárias da ADSE.

As obras sociais preveem ainda diversos apoios em matéria de prestações sociais, como sejam fundo de auxílio, auxílio para estudos, auxílio na infância e transporte, abrangendo todas as trabalhadoras e trabalhadores.

b) Desenvolvimento sustentável

b1) Criação de valor para o accionista

Ver anterior ponto relativo às “Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade”.

b2) Promoção da protecção ambiental

Conforme atrás referido, a APS manteve em 2012 a certificação do Sistema de Gestão Ambiental, baseado no referencial NP EN ISO 14001:2004 com o qual se pretende apoiar a protecção ambiental e a prevenção da poluição, alcançar um comportamento eco-eficiente, contribuir para uma melhor imagem exterior e aceitação das partes interessadas, evidenciar o cumprimento da legislação, identificar, avaliar e diminuir os impactes ambientais, diminuir os riscos de acidentes através de uma abordagem estruturada, estabelecendo objectivos e definindo e demonstrando como foram atingidos, em equilíbrio com as necessidades sócio-económicas.

No âmbito deste sistema são continuamente desenvolvidos ou aperfeiçoados procedimentos de Boas Práticas, sendo o procedimento de Boas Práticas relativo à aquisição e consumo de produtos e equipamentos com características susceptíveis de contribuir para a redução de impactos ambientais, em vigor desde 2007, um exemplo a destacar.

b3) Contribuição para a inclusão social (empregabilidade)

A contribuição para a inclusão social é promovida por uma dupla via, ou seja, por um lado pela valorização profissional e desenvolvimento de competências dos seus trabalhadores e trabalhadoras, que para além das vias formais, podem através das sinergias criadas pelo contacto com pessoas em regime de estágios curriculares ou profissionais melhorar as suas competências, e por outro pelo incremento de competências dos próprios estagiários acolhidos na APS, que os potenciam para o mercado de trabalho, principal preocupação da maioria dos jovens que finalizam ou estão a finalizar os seus estudos.

c) Serviço público e de satisfação das necessidades da colectividade

O cumprimento das atribuições de serviço público, inerentes ao seu próprio estatuto, é integralmente assumido no desenvolvimento da actividade da APS. Sendo o Porto de Sines um importante factor económico de desenvolvimento regional e local, a empresa presta, assim, um inegável contributo para o respectivo desenvolvimento e para o bem-estar social.

O compromisso que a empresa vem mantendo ao nível ambiental, não só na área da segurança e prevenção de acidentes e poluições, mas também na recuperação e ordenamento da orla marítima e das áreas adjacentes, traduz-se, igualmente, na melhoria da qualidade de vida das populações.

Também o apoio prestado ao nível de formação profissional e patrocínios a colectividades locais, entre outros, é a prova do empenhamento da empresa na satisfação das necessidades da comunidade local e regional.

No âmbito do desenvolvimento sustentado, uma das apostas estratégicas do Porto de Sines foi garantir uma gestão suportada num SI — Sistema de Gestão Integrado da Qualidade, Ambiente e Segurança, totalmente certificado segundo os referenciais das normas ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001. Este objectivo, concretizado em 2008, é sustentado numa política de satisfação das necessidades e expectativas dos clientes, trabalhadores e trabalhadoras, accionistas, fornecedores e sociedade envolvente, através da prestação de serviços de elevada qualidade, da inovação, do desenvolvimento sustentável da actividade, promovendo a segurança e saúde de todos os trabalhadores e trabalhadoras envolvidos(as) nas suas actividade e seguindo os princípios da melhoria contínua.

A responsabilidade social e o relacionamento com os “stakeholders” do porto, vem sendo uma preocupação acrescida da empresa. Depois da introdução do Código de Ética e de Conduta em 2009, assistiu-se em 2009 e 2010 à implementação gradual de um Plano de Prevenção de Riscos de “Compliance”. No plano inicial eram identificados por unidade orgânica da empresa, os riscos de corrupção e infracções conexas, os graus de risco associados e as correspondentes medidas preventivas. Na revisão realizada em 2011, este plano passou a incluir todos os processos operacionais da empresa.

Tendo em vista o melhoramento contínuo da qualidade do serviço prestado e do grau de satisfação dos clientes/utentes, a APS tem adoptado várias metodologias nesse sentido. Uma das metodologias adoptadas foi a criação do FSP — Fórum para a Simplificação de Procedimentos no Porto de Sines onde se reúne todas as partes interessadas no desenvolvimento e na competitividade do porto, entidades públicas e agentes económicos, para estudar e decidir sobre medidas de simplificação e harmonização dos procedimentos a que os mesmos estão sujeitos.

No final do ano de 2010 foi designado o Provedor do Cliente do Porto de Sines, o qual tem por função, em termos gerais, a defesa e promoção dos direitos, garantias e interesses legítimos dos Clientes do Porto de Sines, assegurando a regularidade das relações entre os aludidos clientes e os diversos intervenientes no transporte marítimo e actividades complementares a ele directamente interligadas.

A relação da APS com os concessionários e licenciados assume também primordial importância uma vez que deles depende, em grande medida, a qualidade da prestação dos serviços portuários. Esta relação efectua-se com base no Processo “Gestão de Contratos de Concessão”, um dos processos incluídos e certificados no SI. Este processo tem por objectivo concretizar processos de acompanhamento e monitorização das actividades das empresas concessionárias e licenciadas que permitam aferir o respectivo cumprimento das obrigações

contratuais e dos níveis de serviço que o porto, de forma global, deve prestar aos seus clientes (os donos das cargas e os seus transportadores). Tem ainda associado um procedimento que exige que, para cada contrato ou licença, haja um GC—Gestor de Contrato nomeado e um PQ—Plano da Qualidade aprovado, a partir do qual é possível identificar as actividades de monitorização e fiscalização a realizar, os respectivos responsáveis de competência técnica e os documentos que conformam os requisitos aplicáveis e os resultados a obter. Além destes requisitos básicos, é também necessário cumprir o PQ e evidenciar esse cumprimento. Tendo em conta os princípios da melhoria contínua, este processo de acompanhamento das concessões e licenças tem vindo a evoluir no sentido de serem melhoradas as actividades de monitorização e fiscalização realizadas pela APS, nomeadamente nas áreas de ambiente e segurança.

MOLDES EM QUE FOI SALVAGUARDADA A COMPETITIVIDADE DA EMPRESA, DESIGNADAMENTE, PELA VIA DE INVESTIGAÇÃO, DA INOVAÇÃO, DO DESENVOLVIMENTO E DA INTEGRAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS NO PROCESSO PRODUTIVO

Nos pontos 6 e 7 do Relatório de Gestão são apresentados os principais projectos de desenvolvimento em curso no Porto de Sines. Nestes têm especial destaque os projectos ligados às tecnologias de informação e comunicação e aos procedimentos electrónicos integradores do despacho de navios e mercadorias e relativos à segurança e supervisão portuária. Estes são factores essenciais para a competitividade do Porto de Sines.

PLANOS DE ACÇÃO PARA O FUTURO

O Porto de Sines tem actualmente uma posição consolidada no “shipping” mundial de contentores, através de linhas directas aos principais centros de produção e consumo do mundo, sendo escala dos grandes navios de 14.000 TEU, e encontra-se presente **um novo conjunto de desafios** face a esta nova realidade que motiva uma nova análise estratégica.

As grandes mudanças que se preconizam a prazo nas rotas marítimas transcontinentais, influenciadas pelas alterações das dinâmicas de crescimento das várias regiões do globo, pelas alterações geofísicas como será exemplo o alargamento do canal do Panamá e pelo constante aumento do porte dos navios na tentativa de maximizar as economias de escala, são temáticas que agora se colocam e assumem a maior relevância para o futuro crescimento do porto.

A transformação constante dos fluxos de mercadorias entre cadeias logísticas globais, que paulatinamente vão optando por tirar partido das vantagens de Sines, deve ser alvo de particular atenção, tendo em conta que desde 2010 o Porto de Sines acumulou pela primeira vez à já tradicional liderança em volume de mercadorias movimentadas, a liderança de primeiro porto nacional em mercadorias exportadas.

A aposta nas ligações ferroviárias para ligar o porto ao hinterland nacional é já uma solução consolidada, mas o po-

tencial de continuar a crescer além-fronteiras até Madrid deve ser dinamizado, tirando partido das novas plataformas logísticas que se desenvolverão no futuro, sendo a do Sudoeste Europeu incontornável no corredor referido. A melhoria das acessibilidades rodoviárias em curso e a melhor futura solução para o transporte ferroviário de mercadorias continuam a ser factores da maior relevância para se atingir convenientemente o grande potencial do porto.

A continuação da expansão do segmento de contentores através da última fase do TXXI e do futuro Terminal Vasco da Gama, para uma capacidade de 4,5 milhões de TEU, são um dos vectores fundamentais de desenvolvimento estratégico do porto, associado a uma política comercial agressiva junto de operadores de terminais e armadores, respondendo às projecções de procura que se vão impondo no mercado e que mesmo num período adverso continua a ser uma excepção pela positiva face às claras vantagens de Sines.

A consolidação dos mercados já servidos por Sines como os Estados Unidos ou o Extremo Oriente, através do crescimento dos tráfegos nos serviços existentes (e eventuais novos serviços para estas regiões), deverá ser acompanhada pelo estabelecimento de serviços para outras regiões como a América do Sul (que se está a iniciar) e futuramente para África, fazendo de Sines uma verdadeira plataforma giratória de mercadorias entre as grandes rotas e destas para uma grande rede de *feeders* para os mercados mais próximos.

Ao nível da simplificação de procedimentos importa transpor o bom exemplo da Janela Única Portuária ao longo da cadeia logística, de forma a torná-la mais competitiva e atractiva para os importadores e exportadores. A integração de todos os modos de transporte, das plataformas logísticas e dos transitários, são acções que devem ser desenvolvidas sem hesitação, sustentadas numa forte articulação e parceria com os diferentes organismos públicos, nomeadamente com as Alfândegas.

Equacionar a construção faseada de uma plataforma rodo-ferroviária em Sines, a possibilidade de construção de uma Zona Franca, o estabelecimento de parcerias para a construção de grandes centros de distribuição de produtos de e para o Brasil ou para a China, são temáticas que agora se colocam e que importa analisar. Não é fácil encontrar na Europa uma localização perto do cruzamento de grandes rotas marítimas, com águas profundas e capacidade de crescimento no porto e uma tão vasta área de retaguarda pronta para a instalação de grandes unidades, como é o caso de Sines.

A expansão em curso do Terminal de Gás Natural irá elevar a capacidade deste terminal para servir o mercado nacional e abrirá novas oportunidades no mercado ibérico.

Importa, pois, enquadrar adequadamente estes e outros factores que agora se colocam e definir um novo rumo estratégico de gestão, pois as oportunidades não esperam e a concorrência está em forte actividade. Valência e TangerMed são duas realidades relativamente próximas que estão em forte crescimento e que têm uma estratégia bem definida e em constante adaptação.

| c |

08

VIABILIDADE
DO CUMPRIMENTO
DOS PRINCÍPIOS
DE BOM GOVERNO

Considera-se não existirem condicionamentos ao cumprimento dos Princípios de Bom Governo, considerando-se também que os mesmos são cumpridos na totalidade mesmo que com diferentes graus de desenvolvimento na sua implementação.

| c |

09

EXISTÊNCIA DE CÓDIGO
DE ÉTICA

A APS aprovou em Março de 2009 o seu Código de Ética, o qual veio a ser revisto e substituído ainda em Dezembro desse ano pelo Código de Ética e de Conduta. Este código encontra-se divulgado interna e externamente através do portal Internet da empresa.

Na prossecução da missão da empresa, este código define um conjunto de valores e de princípios de que deverão reger a actuação da mesma, bem como estabelece normas de conduta para os seus colaboradores e colaboradoras ao nível interno e externo, nomeadamente com clientes, fornecedores, partes interessadas, entidades reguladoras e sociedade em geral.

| c |

10

INFORMAÇÃO SOBRE
A EXISTÊNCIA DE UM SISTEMA
DE CONTROLO COMPATÍVEL COM
A DIMENSÃO E COMPLEXIDADE
DA EMPRESA

Para além dos diversos sistemas de controlo que a empresa tem implementados nos seus diversos domínios de actuação, em linha com as melhores práticas de governação e com as recomendações internacionalmente reconhecidas, a APS dispõe de um plano de prevenção de riscos de “*Compliance*” que, na revisão realizada em 2011, passou a incluir todos os processos operacionais da empresa.

Uma referencia ainda às concessões e licenciamentos em que todo o risco relativo a condições financeiras ou de mercado decorre por conta dos concessionários ou licenciados não assegurando a APS quaisquer níveis mínimos de volume de negócios ou de tráfego.

| c |

11

IDENTIFICAÇÃO
DOS MECANISMOS ADOPTADOS COM
VISTA À PREVENÇÃO DE CONFLITOS
DE INTERESSES

As despesas realizadas por qualquer dos administradores são visadas por qualquer dos outros administradores. Foi dado cumprimento ao disposto no nº 22 da RCM nº 49/2007, de 28 de Março.

Por outro lado, o Plano de Prevenção de Riscos de “Compliance”, mencionado no ponto anterior, é a peça fundamental na prevenção deste tipo de conflitos.

| c |

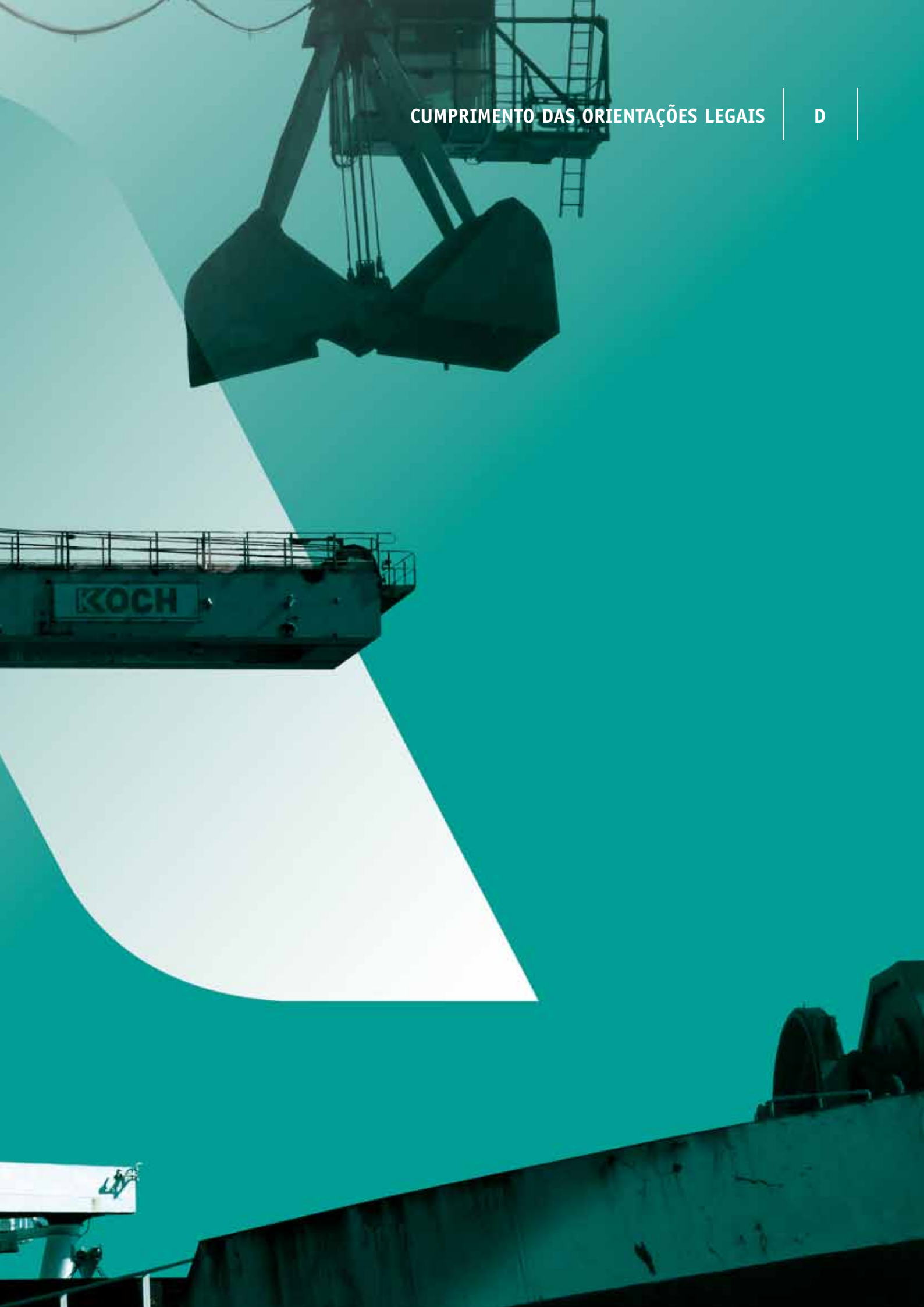
12

EXPLICITAÇÃO FUNDAMENTADA
DA DIVULGAÇÃO DE TODA A
INFORMAÇÃO ACTUALIZADA
PREVISTA NA RCM N° 49/2007,
DE 28 DE MARÇO

INFORMAÇÃO A CONSTAR NO SITE DO SEE	DIVULGAÇÃO			COMENTÁRIOS
	SIM	NÃO	N.A.	
Estatutos actualizados (PDF)	x			
Historial, Visão Missão e Estratégia	x			
Ficha síntese da empresa	x			
Identificação da Empresa:				
Missão, objectivos, políticas, obrig. serv. Púb. e modelo financ.	x			
Modelo Governo / Ident. dos órgãos sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	x			
Estatuto remuneratório fixado	x			
Remunerações auferidas e demais regalias	x			
Regulamentos e Transacções:				
Regulamentos Internos e Externos	x			
Transacções Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	x			
Outras transacções	x			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	x			
Avaliação do cumprimento dos PBG	x			
Código de Ética	x			
Informação Financeira histórica e actual	x			
Esforço Financeiro do Estado	x			

INFORMAÇÃO A CONSTAR NO SITE DA EMPRESA	DIVULGAÇÃO			COMENTÁRIOS
	SIM	NÃO	N.A.	
Existência de Site	x			
Historial, Visão Missão e Estratégia	x			
Organigrama	x			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identificação dos órgãos sociais	x			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	x			
Identificação de comissões existentes na sociedade	x			
Identificar sistemas de controlo de riscos	x			
Remunerações dos órgãos sociais	x			
Regulamentos Internos e Externos	x			
Transacções fora das condições de mercado	x			
Transacções relevantes com entidades relacionadas	x			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	x			
Código de Ética	x			
Relatório e Contas	x			
Provedor do cliente	x			





| D |

01

EXPLICITAÇÃO DAS CONDIÇÕES
E NÍVEIS DO CUMPRIMENTO
DE ORIENTAÇÕES E OBJECTIVOS
DE GESTÃO PREVISTOS NO ARTIGO
11º DO DL Nº 300/2007

Para além das Orientações para o Sector Marítimo - Portuário que encontram tradução no Plano Estratégico do Porto de Sines, o Anexo I ao Contrato de Gestão para o mandato 2008-2010 define um conjunto de orientações estratégicas específicas e de objectivos de gestão com metas quantificadas.

As orientações estratégicas específicas encontram-se igualmente traduzidas no Plano Estratégico do Porto de Sines e são as seguintes:

- **Consolidação do modelo de gestão *landlord port***

Com a concessão do Terminal de Granéis Líquidos em 2008, a exploração comercial do Porto de Sines assumiu integralmente uma tipologia de *landlord port*. Do conjunto de instalações portuárias de Sines, apenas o Porto de Recreio continua a ser explorado e gerido directamente pela autoridade portuária.

- **Desenvolver a info-estrutura portuária**

No âmbito do Plano Estratégico do Porto de Sines, este objectivo integrava 4 projectos, todos já concluídos. Não obstante, esta é uma área em que a empresa continua a apostar fortemente, conforme mais adiante se detalhará no ponto relativo aos principais projectos em desenvolvimento, aposta continuamente traduzida, de forma marcante, na execução do plano de investimentos.

- **Aumentar a segurança marítima e portuária**

Tal como se refere a propósito do objectivo anterior, é igualmente uma área em que a empresa continua a apostar fortemente. Inclusivamente pode referir-se que são duas áreas com grande complementaridade já que uma boa parte do desenvolvimento da info-estrutura portuária é efectuado no sentido da melhoria da integração e da automação dos procedimentos de supervisão e de segurança portuária.

- **Consolidação do saneamento financeiro da empresa**

A consolidação dos resultados líquidos positivos da empresa que vêm sendo registados desde 2005 e o saneamento do passivo bancário efectuado em 2008 com recurso ao encaixe financeiro resultante da alienação dos equipamentos do Terminal de Granéis Líquidos, então concessionado, com a decorrente diminuição do pesado serviço da dívida até aí registado, permite afirmar que este é um objectivo já alcançado e que importa agora manter. Adicionalmente, em 2011 com a liquidação da última prestação do reembolso do empréstimo do BEI contratado no início da década de 90 para financiamento das obras de reabilitação do Molhe Oeste, o passivo bancário da empresa passou a ser nulo.

Quanto às metas fixadas para 2012 no âmbito do Plano de Actividades e Orçamentos, apresentam-se seguidamente os resultados atingidos:

OBJECTIVO	META 2012	RESULTADO 2012	GRAU DE CUMPRIMENTO (%)
Volume de negócios (m€)	32.190	32.600	101,27
Margem do EBITDA (ajustado da imputação de subsídios) (%)	75,1	85,2	113,45
Resultados Líquidos (m€)	9.910	9.723	98,11
ROACE (%)	3,62	3,94	108,84
Movimento de mercadorias (mT)	28.600	28.563	99,87
PMP (nº de dias)	32	39	82,05
Cumprimento do plano de investimentos (m€)	26.200	14.236	54,34
Eficiência (Custos Operacionais / EBITDA)	1,15	1,13	101,77

Aplicadas as ponderações definidas para cada indicador no Contrato de Gestão para o mandato 2008/2010, o grau de cumprimento dos objectivos de gestão, tendo presentes as metas do Plano de Actividades e Orçamentos para 2011, foi de 100,83%.



02

GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO NOS
TERMOS DO DESPACHO Nº 101/2009
– SETF, DE 30 DE JANEIRO

GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO - DESPACHO N.º 101/09 - SETE, DE 30-01	CUMPRIDO			DESCR- ÇÃO
	S	N	N.A.	
Procedimentos adoptados em matéria de risco e medidas de cobertura respectiva				
Diversificação de instrumentos de financiamento	x			
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis			x	
Diversificação das entidades credoras			x	
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado			x	
Adopção de política activa de reforço de capitais permanentes				
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis			x	
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação			x	
Minimização da prestação de garantias reais	x			
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)			x	
Medidas prosseguidas com vista à optimização da estrutura financeira da empresa				
Adopção de política que minimize afectação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos	x			
Opção pelos investimentos com comprovada rentibilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP	x			
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento	x			
Inclusão nos R&C				
Descrição da evolução tx média anual de financiamento nos últimos 5 anos		x		
Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos	x			
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro			x	
Reflexão nas DF 2012 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira			x	

Sendo sempre uma matéria da maior importância no governo das sociedades, pode, no entanto, dizer-se que a gestão do risco financeiro na APS se encontra actualmente simplificada por força de acontecimentos de anos anteriores. Com efeito, relativamente ao passivo remunerado, o encaixe financeiro obtido em 2008 com a alienação do equipamento afecto à concessão do Terminal de Granéis Líquidos permitiu a liquidação, sem penalizações, da quase totalidade do passivo bancário da empresa. Subsistiu apenas o empréstimo contraído junto do BEI no início da década de 90 para financiamento da obra de reabilitação do Molhe Oeste, o qual foi totalmente liquidado em Fevereiro de 2011.

A APS tem no seu historial uma política de eficiente aproveitamento dos instrumentos de financiamento comunitário para os quais se constitui como entidade elegível, quer seja ao nível dos Programas integrados nos Quadros Comunitários de Apoio ou do Quadro de Referência Estratégico Nacional quer seja ao nível dos programas de Iniciativa Comunitária, traduzida na obtenção de significativos subsídios ao investimento a fundo perdido. Embora com montantes bem menos expressivos, a estes acrescem os subsídios do capº 50º do Orçamento de Estado, pelo que o recurso a capitais alheios, se bem que tendo num passado recente atingido montantes muito expressivos, face aos pesados investimentos no desenvolvimento do porto, foi sempre efectuado pelo montante mínimo imprescindível para que os respectivos encargos pudessem ser cobertos pelos meios gerados pela exploração da empresa.

EVOLUÇÃO DO PASSIVO REMUNERADO E SEUS ENCARGOS

-euros-

DESCRIÇÃO	2012	2011	2010	2009	2008
Total de Empréstimos Bancários em 31/12	0	0	2.392.690	4.686.870	9.206.497
Juros	0	11.484	113.151	215.138	1.850.765
Outros Encargos	0	0	1.766	7.424	23.514
Taxa de Aval	0	672	6.625	12.351	18.341

03

| D |

EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO
DE PAGAMENTOS (PMP) EM
CONFORMIDADE COM A RCM
34/2008, DE 22/2 E RESPECTIVA
ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELO
DESPACHO Nº 9870/2009, DE 13/4

O Prazo Médio de Pagamentos que vinha apresentando uma descida sustentada nos anos anteriores, sofreu um agravamento em 2012 mas exclusivamente por efeito pelo peso das verbas relativas à empreitada da 2ª fase de Ampliação do Molhe Leste. Finalizado este investimento e regularizados todos os seus pagamentos, aponta-se para um prazo médio próximo dos 30 dias em 2013.

	2012	2011	2010
Prazo médio de pagamentos (dias)	39	32	38

| D |

04

DIVULGAÇÃO DE ATRASOS
NOS PAGAMENTOS (“ARREARS”)
CONFORME DEFINIDOS NO
DECRETO-LEI Nº 65-A/2011,
DE 17 DE MAIO

No final do exercício de 2012 não existiam dívidas a fornecedores superiores a 90 dias. Esta informação é actualizada trimestralmente no portal web da empresa www.portodesines.pt.

TIPO DE ENCARGOS E COMPROMISSOS NOS TERMOS DO ARTIGO 2.º DL N.º 65-A/2011	APÓS 90 DIAS	APÓS 120 DIAS	APÓS 240 DIAS	APÓS 360 DIAS	OBSERVAÇÕES
Aquisições de bens e serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aquisições de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saldo em dívida (Total)	0,00	0,00	0,00	0,00	

05

| D |

CUMPRIMENTO DOS DEVERES
ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO,
NOS TERMOS DO DESPACHO
Nº 14277/2008, DE 23 DE MAIO

Durante o ano de 2012, foram cumpridos os deveres de informação junto da DGTf e IGF em matéria de Planos de Actividades e Orçamentos de Exploração e Investimentos, Relatórios Trimestrais de Execução e Cópias de Actas de Assembleias-gerais.

06

| D |

DILIGÊNCIAS TOMADAS
E OS RESULTADOS OBTIDOS
NO ÂMBITO DO CUMPRIMENTO DAS
RECOMENDAÇÕES DO ACCIONISTA
EMITIDAS AQUANDO DA APROVAÇÃO
DAS CONTAS DE 2011

A APS deu cumprimento às orientações do accionista, nomeadamente no que se refere à contabilização dos bens reversíveis das concessões de serviço público que incorporam já o balanço da empresa em 31/12/2012.

| D |

07

CUMPRIMENTO
DAS ORIENTAÇÕES
LEGAIS RELATIVAS
A REMUNERAÇÕES

Conforme discriminado no ponto 6 do capítulo relativo ao Governo da Sociedade no exercício de 2012 foram cumpridas todas as orientações legais relativamente a remunerações dos órgãos sociais, incluindo o Revisor Oficial de Contas, nomeadamente:

- Não atribuição de prémios de gestão ao Conselho de Administração, nos termos do artº 29 da Lei 64-B/2011;
- Aplicação da redução de 5% nos termos do artº 12 da Lei 12-A/2010.

Adicionalmente a todo o universo da empresa abrangido foram aplicadas as seguintes orientações:

- Reduções remuneratórias, nos termos do artº 20 da Lei 64-B/2011;
- Suspensão do pagamento de subsídios de Férias e de Natal, nos termos do artº 21º da Lei 64-B/2011.

Foi ainda aplicado o disposto no artº 32º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo DL nº 8/2012, no que se refere à utilização de cartões de crédito e ao reembolso de despesas que caíam no âmbito do conceito de representação pessoal.

08

| D |

CUMPRIMENTO DA ORIENTAÇÃO
CONSTANTE NO DESPACHO Nº 438/10
– SETF, DE 10 DE MAIO, RELATIVA
ÀS NORMAS DE CONTRATAÇÃO
PÚBLICA

A APS é uma sociedade que atua exclusivamente no âmbito dos sectores especiais (portos) pelo que, nos termos do art. 7º do CCP, apenas está sujeita aos procedimentos nele previstos para contratos de valor superior aos respetivos limiares comunitários. Não obstante, dispõe de procedimento interno específico, aprovado no âmbito do seu Plano de Qualidade, que, abaixo desses limiares, assegura a transparência, não discriminação e concorrencialidade dos procedimentos de adjudicação. Este procedimento foi elaborado para cumprimento do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Dec.-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, que transpôs, designadamente, a Diretiva 2004/17/CE, aplicável aos sectores especiais.

As adjudicações são publicadas no portal dos contratos públicos, nos termos do Código dos Contratos Públicos. No ano de 2012 foram lançados cinco concursos públicos, tendo três deles sido objeto de publicação no Jornal Oficial da União Europeia. Estes concursos deram lugar a quatro adjudicações.

Não se registaram transações fora das normais condições de mercado e não foram celebrados contratos com valor superior a 5 milhões de euros.

| D |

09

ADESÃO AO SISTEMA NACIONAL
DE COMPRAS PÚBLICAS E PARQUE
DE VEÍCULOS DO ESTADO

No quadro da racionalização da política de aprovisionamento de bens e serviços, o Conselho de Administração aprovou no ano de 2010, a adesão da APS, S.A. ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) como entidade voluntária. No entanto, ainda não efectuou qualquer aquisição ao abrigo do mesmo por verificar que as condições aí obtidas, nomeadamente em termos de preço, não são competitivas face às condições oferecidas pelo mercado.

O parque automóvel da empresa era no final de 2011 de 67 viaturas, nelas se incluindo os veículos de combate a incêndios, acidentes e poluições, tendo sido reduzido para 60 no final de 2012. Destas 60 viaturas, 23 abrangem também o uso pessoal, tendo sido objecto de contrato com os seus utilizadores a partir de 20/04/2012.

| D |

10

MEDIDAS ADOPTADAS
RELATIVAMENTE AO PRINCÍPIO DA
IGUALDADE DO GÉNERO, CONFORME
ESTABELECIDO NO N° 1
DA RCM N° 19/2012 DE 23
DE FEVEREIRO

No decurso de 2012 foi aprovado o Plano para a Igualdade de Género 2013/2015.

| D |

11

CUMPRIMENTO DO PLANO
DE REDUÇÃO DE CUSTOS, CONFORME
DESPACHO Nº 155/2011-MEF,
DE 28 DE ABRIL

PLANO DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS	ANOS				VAR.%		
A. CMVMC+FSE+GASTOS C/PESSOAL	2009	2010	2011	2012	2012/2009	2012/2010	2012/2011
61 – CMVMC	29.213	34.693	1.172.189	1.238.628	4140,0%	3470,3%	5,7%
62 – FSE	4.725.082	4.846.112	3.323.112	3.703.116	-21,6%	-23,6%	11,4%
63 – Gastos com Pessoal (sem indemnizações)	11.214.195	10.717.151	8.327.197	8.090.634	-27,9%	-24,5%	-2,8%
63 – Gastos com Pessoal (sem indemnizações e sem especialização subsídio férias 2013)	-	-	-	7.713.992	-31,2%	-28,0%	-7,4%
TOTAL A 61+62+63	15.968.491	15.597.956	12.822.498	13.032.378	-18,4%	-16,4%	1,6%
TOTAL A 61+62+63 (sem especialização de subsídio de férias 2013)	15.968.491	15.597.956	12.822.498	12.655.736	-20,7%	-18,9%	-1,3%
B. CMVMC+FSE+GASTOS C/PESSOAL EM % VOLUME DE NEGÓCIOS	2009	2010	2011	2012	2012/2009	2012/2010	2012/2011
71+72 – Vendas + Prestações de serviços	30.427.423	30.809.261	30.897.127	32.600.288	7,1%	5,8%	5,5%
	52,48%	50,63%	41,50%	39,98%	-23,8%	-21,0%	-3,7%

O forte crescimento da actividade do porto no ano de 2012 não permitiu a continuação da forte redução de gastos operacionais verificada nos dois anos anteriores, com o conjunto destes gastos a crescer 1,6% face a 2011. Ainda assim, tal só aconteceu devido à especialização do subsídio de férias a pagar em 2013 na sequência da decisão do Tribunal Constitucional conhecida ainda antes do encerramento das contas de 2012. Caso tal não tivesse acontecido, o total destes gastos operacionais teria apresentado uma redução de 1,3% mesmo em ano de forte crescimento da actividade.

Mesmo com esta condicionante, o peso destes gastos operacionais no volume de negócios da empresa continuou a diminuir em 2012, tendo pela primeira vez ficado abaixo dos 40% que comparam com os 41,5% de 2011 e os quase 53% de 2009.

| D |

12

REDUÇÃO DO NÚMERO DE EFECTIVOS
E CARGOS DIRIGENTES

O quadro seguinte apresenta a evolução dos efectivos da empresa nos últimos três exercícios, bem como dos respectivos custos e a valorização da aplicação das orientações legais sobre as remunerações:

DESIGNAÇÃO	2010	2011	2012
Gastos com pessoal (€)	10.717.150	8.601.872	8.257.010
Gastos com Órgãos Sociais (€)	342.307	264.680	247.762
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	6.033	43.476	37.562
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)			
Gastos com Dirigentes sem O.S. (€)			
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)			
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)			
Gastos com Efectivos sem O.S. e sem Dirigentes (€)	10.374.843	8.337.192	8.009.248
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	0	510.450	1.152.244
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)			
Rescisões / Indemnizações (€)	0	274.675	166.376
DESIGNAÇÃO	2010	2011	2012
Nº Total RH (O.S. + Dirigentes + Efectivos)	211	176	172
Nº Órgãos Sociais (O.S.) (número)	3	3	3
Nº Dirigentes sem O.S. (número)	0	0	0
Nº Efectivos sem O.S. e sem Dirigentes (número)	208	173	169

Relativamente aos dirigentes, os respectivos contratos de comissão de serviço de 2009-02-01 cessaram a sua vigência em 2012-01-31 mantendo-se os seus titulares em funções até que sejam designados novos cargos dirigentes.

13

| D |

CUMPRIMENTO DO PREVISTO
NO ARTIGO 17º DA LEI
Nº 12-A/2010, DE 30 DE JUNHO,
AO NÍVEL DO PRINCÍPIO
DA UNIDADE DE TESOURARIA
DO ESTADO

A APS cumpriu em 2012 as obrigações decorrentes do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado. No final do exercício, 95,7% das suas disponibilidades totais de 7,6 milhões de euros, correspondendo a 7,3 milhões de euros estavam depositadas junto do IGCP. A existência de disponibilidades colocadas junto da banca comercial prende-se principalmente com a necessidade de utilizar essas contas para o pagamento dos vencimentos dos trabalhadores e trabalhadoras. Foi solicitada, com carácter prioritário, ao consultor encarregue da manutenção da aplicação SAP a construção da solução destinada a permitir esses pagamentos através do IGCP, os quais se iniciarão logo que concluída essa solução e validados os respectivos procedimentos.

ANEXO AO CAPÍTULO D. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	CUMPRIMENTO			
	S	N	N.A.	
Objectivos de Gestão:				
Volume de negócios (m€)				
Margem do EBITDA (ajustado da imputação de subsídios) (%)				
Resultados Líquidos (m€)				
ROACE (%)				
Movimento de mercadorias (mT)				
PMP (nº de dias)				
Cumprimento do plano de investimentos (m€)				
Eficiência (Custos Operacionais / EBITDA)				
Gestão do Risco Financeiro	x			
Limites do Crescimento do Endividamento	x			
Evolução do PMP a fornecedores	x			
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	x			
Deveres Especiais de Informação	x			
Recomendações do accionista na aprovação de contas:				
Contabilização dos bens reversíveis das concessões de serviço público	x			
Remunerações:				
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos do art.º 29º da Lei 64-B/2011	x			
Órgãos Sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 20º da Lei 64-B/2011	x			
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	x			
Órgãos Sociais - suspensão sub. Férias e natal, nos termos do art.º 21º da Lei 64-B/2011	x			
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do art.º 26º da Lei 64-B/2011	x			
Restantes trabalhadores - redução remuneratória, nos termos do art.º 20º da Lei 64-B/2011	x			
Restantes trabalhadores - suspensão sub. Férias e natal, nos termos do art.º 21º da Lei 64-B/2011	x			

	QUANTIFICAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO
	101,27%	A quantificação do nível de cumprimento dos objectivos de gestão tem por base a comparação com meta definida no Plano de Actividades e Orçamento 2011. Aplicadas as ponderações definidas para cada indicador no Contrato de Gestão para o mandato 2008/2010, o grau de cumprimento dos objectivos de gestão, tendo presentes aquelas metas, foi de 100,83%.
	113,45%	
	98,11%	
	108,84%	
	99,87%	
	82,05%	
	54,34%	
	101,77%	
	Não aplicável	Ver quadro inserido no ponto 2. do D. Cumprimento das Orientações Legais do Relatório de Gestão e Contas. Apenas a alínea relativa à divulgação da taxa média de financiamento se considera não ter sido cumprida por se condiderar não relevante face ao tipo de empréstimos obtidos (nos últimos 3 anos, exclusivamente um empréstimo contraído no início da década de 90 junto do BEI)
	Não aplicável	Ver no ponto 2. do capítulo D. Cumprimento das Orientações Legais do Relatório de Gestão e Contas. A APS não tem passivo remunerado desde 2011.
	7 dias	Ver ponto 3. do capítulo D. Cumprimento das Orientações Legais do Relatório de Gestão e Contas. O PMP no final de 2012 aumentou 7 dias relativamente ao final do ano anterior (39 dias em 2012).
	0,00	
	Não aplicável	Capítulo D. Cumprimento das Orientações Legais do Relatório de Gestão e Contas.
	Não aplicável	
		Ver ponto 7. do capítulo D. Cumprimento das Orientações Legais do Relatório de Gestão e Contas.
	Não aplicável	
	23.244	
	12.248	
	34.579	
	2.070	
	453.419	
	698.650	

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	CUMPRIMENTO			
	S	N	N.A.	
Artigo 32º do EGP				
Utilização de cartões de crédito	x			
Reembolso de despesas de representação pessoal	x			
Contratação Pública				
Normas de contratação pública	x			
Normas de contratação pública pelas participadas	x			
Contratos submetidos a visto prévio do TC	x			
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	x			
Parque Automóvel	x			
Princípio da igualdade do Género				
Aprovação do Plano para a Igualdade de Género 2013/2015	x			
Plano de redução de Custos				
Gastos com pessoal	x			
Fornecimentos e Serviços Externos	x			
Redução nº Efectivos e Cargos Dirigentes				
Nº de efectivos	x			
Nº de cargos dirigentes	x			
Princípio da Unidade de Tesouraria	x			

	QUANTIFICAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO
		Ver ponto 7. do capítulo D. Cumprimento das Orientações Legais do Relatório de Gestão e Contas.
		Ver ponto 8. do capítulo D. Cumprimento das Orientações Legais do Relatório de Gestão e Contas.
	Não aplicável	
	Não aplicável	
	0	
	0,00%	A empresa aderiu no ano de 2010 ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) como entidade voluntária. No entanto, ainda não efectuou qualquer aquisição ao abrigo do mesmo por verificar que as condições aí obtidas, nomeadamente em termos de preço, não são competitivas face às condições oferecidas pelo mercado.
	-10,45%	Redução de 10% no parque automóvel da empresa face a 2011 Ver ponto 9. do capítulo D. Cumprimento das Orientações Legais do Relatório de Gestão e Contas.
	Não aplicável	Ver ponto 10. do capítulo D. Cumprimento das Orientações Legais do Relatório de Gestão e Contas.
		Ver ponto 11. do capítulo D. Cumprimento das Orientações Legais do Relatório de Gestão e Contas.
	-21,60%	Var.% relativamente a 2009, ano de início do Plano
	-27,90%	Var.% relativamente a 2009, ano de início do Plano
		Ver ponto 12. do capítulo D. Cumprimento das Orientações Legais do Relatório de Gestão e Contas.
	-39	Var. relativamente a 2010 (-18,5%)
	-	
	95,74%	Ver ponto 13. do capítulo D. Cumprimento das Orientações Legais do Relatório de Gestão e Contas.



RELATÓRIO ANUAL DO CONSELHO FISCAL

E

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2012
DA APS - ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE SINES, S. A.
LISBOA, 27 DE MAIO DE 2013



I – INTRODUÇÃO

Nos termos da alínea c) do artigo 16.º dos Estatutos da APS - Administração do Porto de Sines, S.A., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 337/98, de 3 de novembro, com as alterações decorrentes na Assembleia Geral realizada em 18 de abril de 2008, conjugada com a alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), o Conselho Fiscal apresenta o seu Relatório anual, sobre o Relatório de Gestão e Contas de 2012.

A APS, S.A, é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, regendo-se pelos estatutos aprovados pelo mencionado Decreto-Lei n.º 337/98, tendo por objeto a administração do Porto de Sines, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento.

O presente Relatório incorpora a avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, bem como a apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na Empresa, nos termos do previsto no ponto 17 dos Princípios de Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado, aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março.

O Revisor Oficial de Contas PRICEWATERHOUSECOOPERS&ASSOCIADOS – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas emitiu a respetiva Certificação Legal das Contas que se anexa.

II – AÇÃO FISCALIZADORA

No âmbito das suas competências, definidas pelo artigo 16.º dos Estatutos da APS, S.A., na sua atual redação, bem como do artigo 420.º do CSC, o Conselho Fiscal procedeu ao acompanhamento da gestão da APS, S.A., através, fundamentalmente, da análise da documentação de prestação de contas que lhe foi disponibilizada e da leitura das atas das reuniões do Conselho de Administração, bem como de documentos anexos a essas atas, solicitados por este Conselho.

Foram, ainda, realizadas reuniões com o Conselho de Administração, a Direção Financeira e Económica e o Revisor Oficial de Contas, tendo sido prestados todos os esclarecimentos solicitados.

Este Conselho reuniu, periodicamente, com a presença de todos os seus membros, tendo as suas considerações sido registadas nas atas que estão arquivadas na APS, S.A..

Realça-se, igualmente, a produção, em 2012, de três relatórios trimestrais para acompanhamento da atividade da Sociedade, elaborados tendo por base, quer os relatórios produzidos pelo Conselho de Administração, quer os Relatórios Trimestrais do Revisor Oficial de Contas, dos quais foi dado conhecimento ao Conselho de Administração e ao Acionista Estado.

III – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2012

O Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2012, apresentado pelo Conselho de Administração, evidência de forma adequada a atividade e ações desenvolvidas pela APS, S.A., nele se compreendendo as ações desenvolvidas para cumprimento dos Princípios de Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado e das orientações estratégicas e objetivos de gestão definidas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2008, de 27 de março.

O Relatório cumpre os requisitos previstos no artigo 13.º-A do Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 558/98, de 17 de dezembro, na sua atual redação, no artigo 66.º do CSC e no ponto 29 dos Princípios de Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado, encontrando-se as análises nele efetuadas coerentes com a posição financeira, o desempenho económico e os fluxos de caixa evidenciados nas demonstrações financeiras e integrando capítulos individualizados relativamente ao governo da sociedade e ao cumprimento das obrigações legais.

No Relatório é destacado que, apesar da retração da economia nacional, o Porto de Sines alcançou novos máximos de movimentação portuária e a entrada no ranking 25 dos principais portos europeus, com a movimentação de mercadorias a atingir um total de 28,6 milhões de toneladas, e a de contentores a alcançar os 553.063 TEU, o que resultou numa taxa de crescimento de 11 % face a 2011, a maior taxa de crescimento dos portos europeus.

É ainda salientado que em 2012 entraram no porto de Sines 1653 navios, o que representou um acréscimo de 5% face ao ano anterior e significou um novo recorde no movimento de navios. Este crescimento foi acompanhado pela continuação da tendência de aumento do porte médio dos navios que escalam o porto de Sines, o qual se cifrou em 2012 em 28.794 GT (*Gross Tonnage*).

Entre os acontecimentos ocorridos em 2012 com relevância no desenvolvimento futuro do Porto de Sines, o Conselho de Administração salienta a inauguração da Fase 1B do Terminal XXI, a conclusão da expansão do Terminal de Gás Natural Liquefeito de Sines e ainda a assinatura de um protocolo de cooperação com a entidade gestora do Canal do Panamá.

Para a obtenção dos resultados verificados, tiveram um papel preponderante os terminais especializados Multipurpose, de Contentores e de Granéis Líquidos, com variações homólogas face a 2011 de, respetivamente, 34%, de 23% e de 7%, assegurando, respetivamente, 19%, 24% e 50% do movimento global do porto, que no seu conjunto representaram 93% do total das mercadorias movimentadas no porto.

Relativamente aos investimentos efetuados da responsabilidade da APS, S.A., os mesmos ascenderam ao montante global de 14.236.841 euros, representando 54,3% do investimento planeado. Do investimento realizado em 2012, 96% (13.714.318 euros) correspondeu à empreitada da 2ª Fase de Ampliação do Molhe Leste do Porto de Sines, fisicamente concluída no final de Outubro. Este investimento foi principalmente assegurado pelo financiamento do Fundo de Coesão à empreitada da 2ª Fase de Ampliação do Molhe Leste (12.959.662 euros), tendo o diferencial sido assegurado pelos meios disponíveis da empresa.

No que concerne às Demonstrações Financeiras, saliente-se que no exercício de 2012 a APS, S.A., procedeu à contabilização dos bens dos concessionários de serviço público reversíveis no final da concessão, tendo igualmente efetuado a reexpressão das Demonstrações Financeiras de 2011 por forma a permitir a comparabilidade das mesmas.

No ano de 2012, a APS, S.A., obteve resultados líquidos no montante de 9.722.723 euros, representando uma variação positiva de 33,70% face ao valor reexpresso do ano anterior, o que demonstra a sua capacidade para gerar resultados.

Os resultados operacionais e o EBITDA foram, respetivamente, nos montantes de 12.568.699 euros e de 27.766.676 euros, revelando acréscimos de 21,69% e de 9,89% face ao ano anterior. Para estas variações contribuiu o aumento dos proveitos operacionais em 6,92%, superior ao incremento de 1,98% verificado nos custos operacionais. Nos proveitos saliente-se a redução dos provenientes das rubricas Fornecimentos e Serviços (-36,47%) e da Náutica de Recreio (-7,74%), enquanto os aumentos foram sobretudo verificados nas Vendas (7,94%), nas Concessões (6,63%) e nos Outros Rendimentos e Ganhos (11,04%). Quanto aos custos verifica-se que o agregado Fornecimentos e serviços externos e Gastos com o Pessoal ficou praticamente inalterado face a 2011 (+0,29 %).

Em relação à estrutura financeira e patrimonial, entre 2012 e 2011, verificou-se um aumento do capital próprio em 4.671 mil euros (1,47%), do Ativo em 21.801 mil euros (4,82%) e do Passivo em 17.130 mil euros (12,65%).

Salienta-se, ainda, que a estrutura financeira continua equilibrada, evidenciada designadamente pelos rácios de solvabilidade (2,11), autonomia financeira (67,8%) e liquidez (1,38), não existindo qualquer dívida remunerada.

É, ainda, realçada no Relatório a prossecução da política de qualidade, tendo sido renovadas as certificações nos Sistemas de Gestão da Qualidade, de Gestão Ambiental e de Gestão da Segurança e Saúde no trabalho, bem como a inclusão de todos os processos operacionais da sociedade no plano de prevenção de riscos de compliance.

IV – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES TRANSMITIDAS PELO ACIONISTA, ATRAVÉS DO OFÍCIO CIRCULAR N.º 843/2013, DE 30 DE JANEIRO, DA DIREÇÃO-GERAL DO TESOIRO E FINANÇAS

No âmbito do disposto no artigo 420.º do CSC, declara este Conselho Fiscal que, tanto quanto é do nosso conhecimento, a APS, S.A., deu cumprimento às orientações legais vigentes para o SEE, designadamente o cumprimento das reduções remuneratórias previstas na Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, aplicáveis às remunerações dos órgãos sociais, de gestão e de fiscalização, e dos restantes colaboradores.

Quanto aos objetivos de gestão e respetivas metas, previstos no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, na sua atual redação, refere-se que não foram objeto de contratualização entre as tutelas e a sociedade para o exercício de 2012.

Neste âmbito, pode referir-se que no contrato de gestão para o mandato 2008-2010 foi definido um conjunto de orientações estratégicas específicas, as quais estão traduzidas no Plano Estratégico do Porto de Sines, que se prolonga até 2015. Neste plano foram definidos 5 objetivos, os quais globalmente se encontram alcançados.

No que se refere à gestão do risco financeiro, prevista no Despacho n.º 101/2009-SETF, de 30 de janeiro, importa salientar que, no final de 2012, não existe passivo financeiro e que os investimentos nesse ano foram assegurados por recurso ao autofinanciamento (1,2 milhões de euros) e ao Programa Operacional de Valorização do Território-Fundo de Coesão (13 milhões de euros).

Relativamente à evolução do prazo médio de pagamentos a fornecedores, conforme estipula a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, que aprovou o Programa Pagar a Tempo e Horas, e atento o Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, em 2012 foi de 39 dias, em 2011 de 32 dias, em 2010 de 38 dias e em 2009 de 39 dias, o que evidencia uma descida continuada deste indicador até ao final de 2011 e um agravamento em 2012, o qual é explicado pelo peso das verbas relativas à empreitada da 2.ª fase de Ampliação do Molhe Leste.

Quanto à divulgação dos atrasos nos pagamentos (“arrears”), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, salienta-se que a sociedade no seu portal informa que não dispõe de faturas, aceites e aprovadas, por pagar há mais de 90 dias, pelo facto de não existirem dívidas exigíveis a 31 de dezembro de 2012.

No que respeita aos deveres especiais de informação a reportar à DGTF e à IGF, conforme determina o Despacho n.º 14277/2008, de 23 de maio, e mais concretamente aos documentos diretamente acompanhados por este Conselho Fiscal, a APS, S.A., deu cumprimento ao respetivo envio, designadamente os relatórios trimestrais de execução.

Quanto às diligências tomadas e aos resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidos aquando da aprovação do Plano de Atividades e o Orçamento para o ano 2012, aprovados na assembleia geral realizada no dia 22 de maio de 2012, no sentido de dar cumprimento às recentes orientações da Associação dos Portos de Portugal, tendo em vista a adoção de uma política contabilística concertada com as demais administrações portuárias no reconhecimento, registos, mensuração e divulgação de bens adquiridos ou construídos por concessionários de serviço público e por concessionários de usos privativos de bens dominiais afetos à atividade portuária, que revertem gratuitamente para a empresa no final dos respetivos contratos, destaca-se que a A.P.S., S.A., colaborou com as restantes Administrações Portuárias na elaboração da política contabilística que veio a ser aprovada pela Associação de Portos de Portugal, recolheu e tratou os dados dos concessionários, os quais estão incorporados nas contas de 2012.

No que diz respeito às orientações relativas às normas de contratação pública, transmitidas através do Despacho n.º 438/10-SETF, de 10 de maio, a A.P.S, S.A., publica as adjudicações no portal dos contratos públicos e, nalguns casos, no Jornal Oficial da União Europeia.

Quanto à adoção de uma política de racionalização de aprovisionamento de bens e serviços, refere-se que a A.P.S., S.A., aderiu ao Sistema Nacional de Compras Públicas, não tendo no entanto efetuado qualquer aquisição ao abrigo deste Sistema por ter concluído que as condições não são competitivas com as restantes oferecidas pelo mercado.

No que se refere ao parque automóvel, o qual em 2011 atingia um total de 67 viaturas, passou em 2012 para 60 viaturas, das quais 23 são de uso pessoal dos colaboradores da sociedade.

No que se refere a endividamento, definido no Despacho n.º 155/2011-MEF, de 28 de abril, salienta-se que era inexistente no final em 2012.

Em matéria de redução do número de efetivos e cargos dirigentes, constata-se que o número de efetivos tem vindo a decrescer, 176 em 2011 e 172 em 2012, incluindo estes totais os 3 membros do Conselho de Administração. Neste âmbito, importa referir quanto aos dirigentes que os respetivos contratos de comissão de serviço cessaram em 31 de janeiro de 2012, mantendo-se, contudo, em funções até que sejam designados novos cargos dirigentes.

Quanto ao Plano de Redução de Custos, e tendo por base a orientação do acionista transmitida no ofício circular n.º 82, de 6 de janeiro, verifica-se, entre 2012 e 2009, uma redução do peso do agregado Fornecimentos e serviços externos, Custo das mercadorias vendidas e Gastos com o pessoal no Volume de negócios, tendo este rácio passado de 52,48% em 2009 para 39,98% em 2012, considerando para efeito do cálculo deste rácio a especialização do subsídio de férias de 2013 e excluindo as indemnizações por cessação de funções.

Por último, salienta-se que no final do ano a A.P.S, S.A, dispunha de conta aberta junto do IGCP cujas disponibilidades à ordem, no montante de 7,3 milhões de euros, representam 95,7% do total das disponibilidades da sociedade em 31.12.2012. Neste âmbito, importa referir que a existência das restantes disponibilidades, colocadas junto da banca comercial, é justificada pela necessidade de utilização para pagamento dos vencimentos aos colaboradores, enquanto não é alterado o respetivo programa informático, alteração esta em curso.

V – AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO INDIVIDUAL DOS GESTORES

Determina o previsto no ponto 17 dos Princípios de Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado, aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, que o Conselho Fiscal emita anualmente um relatório sobre a avaliação de desempenho dos gestores executivos.

O atual Conselho de Administração da Administração do Porto de Sines, S.A., foi nomeado em Assembleia-Geral anual realizada em 18 de abril de 2008, para o triénio de 2008-2010, encontrando-se em gestão corrente desde 31 de dezembro de 2010.

Nesta sequência, considerando que para o ano de 2012 não foram atribuídos objetivos pelo acionista Estado aos membros do Conselho de Administração da APS, S.A., e não sendo possível a identificação de elementos diferenciadores que permitam a este órgão de fiscalização avaliar de forma qualitativa e quantitativa o desempenho e mérito individual dos administradores, entende o Conselho Fiscal que a avaliação do desempenho será apreciada coletivamente, tendo por base os indicadores, e respetivas ponderações, definidos no Contrato de Gestão para o mandato de 2008/2010, e as metas fixadas no Plano de Atividades e Orçamento para 2012.

Desta forma, considerando os dados evidenciados no Relatório de Gestão e Contas de 2012, verifica-se que o grau de cumprimento dos objetivos de gestão fixados para 2012 foi de 100,83 %, conforme se demonstra no quadro seguinte:

INDICADORES	PONDERAÇÃO	ANO DE 2012			
		META 2012	RESULTADO 2012	TAXA DE ATINGIMENTO	TAXA DE ATINGIMENTO PONDERADO
Volume de negócios (m€)	10,00%	32.190	32.600	101,27%	10,13%
Margem EBITDA (ajustado da imputação de subsídios) %	18,70%	75,1	85,2	113,45%	21,21%
RL (m€)	21,30%	9.910	9.723	98,11%	20,90%
ROACE %	10,00%	3,62	3,94	108,84%	10,88%
Mov. Mercadorias (mT)	25,00%	28.600	28.563	99,87%	24,97%
PMP (dias)	8,00%	32	39	82,05%	6,56%
Grau de cumprimento do Plano de Investimentos (m€)	2,00%	26.200	14.237	54,34%	1,09%
Eficiência	5,00%	1,15	1,13	101,77%	5,09%
TAXA DE CUMPRIMENTO	100,00%				100,83%

É ainda de realçar o seguinte:

- A APS, S.A., tem desenvolvido o Plano de Atividades e Investimento, assente em princípios de equilíbrio económico-financeiro;
- A APS, S.A., apresenta anualmente o Relatório de Sustentabilidade da Empresa;
- A APS, S.A., tem obtido resultados operacionais líquidos sustentados e positivos.

A ver pelos resultados alcançados, que permitiram atingir um Volume de Negócios de cerca de 32,6 milhões de euros, mais 5,5 % do que o alcançado em 2011 e de 9,7 milhões de euros de Resultados Líquidos, é parecer do Conselho Fiscal da APS, S.A., que o desempenho do Conselho de Administração no exercício de 2012 é globalmente positivo.

**VI – APRECIÇÃO GLOBAL DAS ESTRUTURAS
E DOS MECANISMOS DE GOVERNO
(N.º 17 DO ANEXO À RESOLUÇÃO DO CONSELHO
DE MINISTROS N.º 49/2007)**

Em cumprimento do previsto no Código das Sociedades Comerciais, em Assembleia - Geral Anual realizada em 18 de abril de 2008, foi assegurada a transição para o novo modelo de fiscalização das sociedades, através da alteração dos Estatutos da APS, S.A.. Assim, a fiscalização da sociedade passou a ser da competência de um Conselho Fiscal e de uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Desta forma, a estrutura de governo da sociedade passou a adotar a modalidade de Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e SROC, cujos membros dos respetivos órgãos, eleitos para o mandato 2008-2010 e ainda em exercício, estão devidamente identificados no Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2012, conforme com as exigências legais.

No que se refere ao cumprimento das obrigações estabelecidas nos Princípios de Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado, realça-se a inclusão no Relatório de Gestão e Contas do Exercício de uma avaliação ao grau de cumprimento destes princípios, de um capítulo específico sobre o “Governo da Sociedade” e de informação relativa à forma como foi cumprida a política de responsabilidade social e do desenvolvimento sustentável.

VII – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Na Certificação Legal de Contas o ROC entende que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade em 31 de Dezembro de 2012, estando a informação financeira constante no Relatório de Gestão, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

A Certificação Legal inclui dois ênfases decorrentes da apresentação no âmbito da Certificação Legal das contas de 2011 de duas reservas relacionadas:

- 1 – Com o fato de a Empresa não ter procedido à relevação contabilística dos ativos das concessões de serviço público e concessões e licenças de uso privativo, adquiridos ou construídos pelos concessionários e que reverterem para a A.P.S., S.A., no final das concessões. Considerando que na Nota 2 do Anexo às demonstrações financeiras, com referência ao exercício findo de 2012 esses bens foram registados e as demonstrações financeiras de 2011, apresentadas para efeitos comparativos, foram reexpressas, esta reserva já não é aplicável;
- 2- Com o fato de se encontrar registado na rubrica de Ativo Fixo Tangível um terreno, o qual, tendo por base o objeto da sua desafetação e características de utilização, deveria ser classificado como Propriedade de Investimento. Considerando que em 2012, no âmbito da clarificação da política contabilística para o reconhecimento dos ativos das concessões e do conceito de atividade portuária e não portuária, esta reserva já não é, igualmente, aplicável.

VIII – CONCLUSÃO

Tendo em conta os elementos disponibilizados, bem como o teor da Certificação Legal das Contas, com o qual este Órgão expressa a sua concordância, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 452.º do Código das Sociedades Comerciais, conclui este Conselho Fiscal, no âmbito das suas competências que o Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2012 responde às exigências legais aplicáveis, relevando a situação da sociedade, pelo que é de parecer que sejam aprovados:

- O Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2012 apresentado pelo Conselho de Administração da APS – Administração do Portos de Sines, S.A.;
- A proposta de aplicação de resultados, no montante 9.722.722,98, da seguinte forma:

APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO	2012	% DO RL	% DO RD
Resultado líquido (RL)	9.722.722,98		
Reserva indisponível - bens reversíveis	1.825.324,81	18,77%	
Reserva legal	972.272,30	10,00%	
Resultado distribuível (RD)	6.925.125,87	71,23%	
50% reservas livres	3.462.562,93	35,61%	50,00%
50% dividendos acionista	3.462.562,94	35,61%	50,00%

IX – NOTA FINAL

Finalmente, manifestamos o nosso apreço pela colaboração recebida do Conselho de Administração e dos colaboradores da Sociedade, bem como do Revisor Oficial de Contas.

Em 28 de Maio de 2013

A Presidente do Conselho Fiscal,

(Ana Paula Azurara)

Os Vogais do Conselho Fiscal,

(Teresa Moraes)

(Dino Santos)







Certificação Legal das Contas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da Administração do Porto de Sines, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2012 (que evidencia um total de €474.255 milhares de euros e um total de capital próprio de €321.724 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de €9.723 milhares de euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, as alterações no seu capital próprio, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Administração do Porto de Sines, SA em 31 de dezembro de 2012, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa e as alterações no seu capital próprio no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

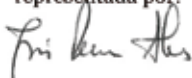
8 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

- 9 Sem afetar a opinião expressa no parágrafo nº 7 acima, salientamos as seguintes situações:
- a) a Certificação Legal das Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, incluía uma reserva por a Empresa não ter procedido à relevação contabilística dos ativos das concessões de serviço público e concessões e licenças de uso privativo, adquiridos ou construídos pelos concessionários e que revertem para a APS no final das concessões. Conforme referido na Nota 2 do Anexo às demonstrações financeiras, com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, esses bens foram registados e as demonstrações financeiras de 2011, apresentadas para efeitos comparativos, foram reexpressas pela que a referida reserva já não é aplicável;
 - b) a mesma Certificação Legal das Contas continha ainda uma reserva relacionada com o facto de se encontrar registado na rubrica de Ativo Fixo Tangível um terreno, o qual, tendo por base o objeto da sua desafetação e características de utilização, se considerou dever ser classificado como Propriedade de Investimento. Em 2012, no âmbito da clarificação da política contabilística para o reconhecimento dos ativos das concessões e do conceito de atividade portuária e não-portuária, a referida reserva deixou de ser aplicável.

24 de maio de 2013

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Pereira Alves, R.O.C.

Certificação Legal das Contas
31 de dezembro de 2012

Administração do Porto de Sines, SA
PwC 2 de 2

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2011

EDIÇÃO: APS - ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE SINES, S.A.

DESIGN: Milideias, comunicação visual, Lda.

—

APS - ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE SINES, S.A.

Apartado 16, EC Sines, 7521-953 SINES - Portugal
TEL. +351 269 860 600 / FAX. +351 269 860 690
E-MAIL. geral@portodesines.pt
www.portodesines.pt

NIPC 501 208 950 | SOCIEDADE ANÓNIMA
CAPITAL SOCIAL 80 MILHÕES DE EUROS MATRÍCULA C.R.C SINES

N. DL: 346868/12



ZALSINES
Zona de Actividades Logísticas de Sines



JANELA ÚNICA PORTUÁRIA

cartão único portuário